**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**MARIA ELIANE FEITOSA LIMA**

# Produção do Espaço Urbano e Impactos Socioambientais na Cidade de Manacapuru-AM – o Bairro do Biribiri

**(Versão Revisada)**

**São Paulo**
**2011**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**MARIA ELIANE FEITOSA LIMA**

# Produção do Espaço Urbano e Impactos Socioambientais na Cidade de Manacapuru-AM – o Bairro do Biribiri

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.**

**Orientadora: Profa. Dra. Vanderli Custódio**

**São Paulo**

**2011**

**Nome: LIMA, Maria Eliane Feitosa.**

**Título: Produção do Espaço Urbano e Impactos Socioambientais na Cidade de Manacapuru-AM: o Bairro do Biribiri.**

**Aprovado em:_____**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dra . Claudete de Castro Silva Vitte**

**Assinatura: _____**

**Prof. Dra Glória da Anunciação Alves**

**Assinatura_____**

**Profª. Drª. Vanderli Custódio_____**

**Assinatura:_____**

“A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história-mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos aos espaços pela sociedade”. (SANTOS, 1992)

Dedico este trabalho aos meus filhos: Dayane Lima, Sanay Lima, Sanayane Lima e Ícaro Gabriel Lima, por compreenderem a minha ausência de mãe e me apoiarem na conquista dos meus ideais;

Ao meu esposo Sebastião de Souza Lima, pelo apoio, ajuda, incentivo e tolerância sem os quais não teria conseguido terminar este estudo.

Ao meu pai Boanerges Gomes Feitosa por compreender a minha ausência de filha.

A minha orientadora Vanderli Custódio, pela confiança desprendida ao longo dessa jornada, possibilitando a construção de um trabalho sobre Manacapuru.

A todos os meus familiares que souberam compreender a minha ausência neste período.

Aos dois amores da minha vida, Maria Samyra Lima Ribeiro e Pedro Henrique Lima Pessoa meus netos.

A minha mãe Maria Diza Rosas Ferreira (in memorian )

## AGRADECIMENTOS

A minha professora Vanderli Custódio, minha orientadora, sem a qual este estudo não teria sido possível. Agradeço pelos momentos de amizade, crescimento intelectual, dedicação, incentivo e paciência.

A todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho especialmente meus familiares, meu pai, meu esposo, meus filhos, minha irmã Meire Ane Feitosa pelo incentivo.

Aos demais professores que trabalharam conosco nas disciplinas do mestrado.

Aos Drs. Elvio Martins e Glória da Anunciação Alves, examinadores deste trabalho na banca de qualificação, por suas críticas e contribuições valiosas.

Às minhas colegas Kátia Porto, Dilza Marialva, Yolanda Medeiros, Tereza Santos, Jociane Trindade, Dilma Braga, Arliene A. Vilaça, Nilciana Dinely, Cristiane Barroncas, Maria de Nazaré Ribeiro, Joaquim Hudson Ribeiro, Emerson Euzébio Cleverton José e Fabiana Beatriz Pereira pelo companheirismo no período de estágio em São Paulo.

Às professoras Rosa Ester, Mônica Arroyo, Glória da Anunciação e Sandra Lencioni pela acolhida e orientações no período de estágio em São Paulo.

À Ana Elisa Rodrigues Pereira do Laboratório de Planejamento (LABOPLAN) pela sua calorosa acolhida, paciência e dedicação com todos do Amazonas.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa durante o estágio.

À Universidade Estadual do Amazonas, pelo convênio firmado com a Universidade de São Paulo, que oportunizou a realização do mestrado.

À professora Sanay Feitosa Lima, da Escola Estadual José Seffair, que contribuiu com os seus alunos durante a pesquisa.

Ao professor Wilson Acácio ex diretor do Centro de Estudos Superiores de Tefé, pelo incentivo e apoio.

Aos moradores do Bairro do Biribiri pelas informações concedidas durante a aplicação dos questionários.

## RESUMO

O presente trabalho de Geografia Urbana trata dos principais problemas socioambientais ocorridos no Bairro do Biribiri, na cidade de Manacapuru, no estado do Amazonas. Objetiva analisar como ocorreu a produção do espaço geradora dos impactos socioambientais existentes no Bairro do Biribiri; analisar os tipos de impactos que há; discutir a produção do espaço urbano pelos agentes produtores do espaço de Manacapuru e verificar quem são e como esses agentes constroem o espaço, com destaque para o Bairro do Biribiri. Para tanto, foi selecionada a área mais crítica do referido Bairro, o trecho do Igarapé do Areal, no rio Miriti, por possuir ocupação residencial tipo palafita adensada na área de várzea. O referencial teórico pautou-se na utilização de autores que tratam da questão urbana em geral, como Carlos (1994, 2003, 2008), Corrêa (1994, 2004) e Santos (1989, 1993, 1994, 1999), assim como autores que tratam especificamente da realidade das cidades da Amazônia, por exemplo, Becker (1990), Trindade Jr. (1997) e Oliveira (2000, 2003). Espera-se que este trabalho possa contribuir para o estabelecimento de políticas públicas urbanas para a área de estudo e para outras áreas semelhantes do município de Manacapuru.

**Palavras-chave**: Produção do espaço urbano; Impactos socioambientais; Manacapuru; Bairro do Biribiri; Amazônia.

## ABSTRACT

This dissertation in Urban Geography deals with the major socio-environmental problems occurred in Biribiri neighborhood, in city of Manacapuru, in Amazonas state. It aims to analyze how the production of space generate socio-environmental impacts in Biribiri neighborhood; analyze the types of impacts; discuss the production of urban space by the spaces agents of Manacapuru, and verify who are and how these agents build the space, highlighting the district of Biribiri. To this end, it was selected the most critical area of that district, the part of affluent Areal of Miriti River, as it has dense occupation of stilt houses in the floodplain area. The theoretical framework was based on the use of authors dealing with urban issues in general, as Carlos (1994, 2003, 2008), Correa (1994, 2004), and Santos (1989, 1993, 1994, 1999), as well as authors who attend specifically with the reality of the Amazon cities, for example, Becker (1990), Trinidad Jr. (1997) and Oliveira (2000, 2003). It is hoped that this work can contribute to the establishment of urban public policies to the studied area and other similar areas of the city of Manacapuru

**Key-words**: Production of urban space; socio-environmental impacts; Manacapuru; Biribiri neighborhood; Amazon.

# SUMÁRIO

**1 Introdução**..... **1**
**2 A Cidade de Manacapuru-AM**..... **5**
2.1 Caracterização Geral..... **5**
2.2 Manacapuru na Região Metropolitana de Manaus..... **16**
2.3 A Expansão Urbana de Manacapuru..... **21**
**3 A Produção do Espaço de Manacapuru –AM**..... **27**
3.1 A Produção do Espaço Urbano – Algumas Reflexões..... **27**
3.2 Sobre a Produção do Espaço Urbano de Manacapuru..... **38**
3.3 O Festival de Ciranda de Manacapuru: Atividade Urbana, Cultural e Econômica **49**
3.4 A Importância da Ponte Sobre o Rio Negro Para Manacapuru..... **57**
**4 Manacapuru e a Problemática do Bairro do Biribiri**..... **62**
4.1 O Bairro Como Elemento de Análise..... **62**
4.2 O Bairro do Biribiri e o Rio Miriti..... **66**
4.3 Impactos Socioambientais e o Bairro do Biribiri..... **77**
4.4 A Condição Periférica do Bairro do Biribiri..... **82**
**5 A Produção do Bairro do Biribiri**..... **87**
5.1 Agentes Produtores do Bairro do Biribiri..... **87**
5.1.1 O Poder Público..... **88**
5.1.2 As indústrias..... **93**
5.1.3 Os Proprietários Fundiários e os Comerciantes..... **96**
5.1.4 O Grupo dos Excluídos..... **99**
5.2 Análises dos Questionários Aplicados aos Moradores..... **102**
5.3 Causas Para os Impactos Socioambientais no Bairro do Biribiri..... **114**
5.4 O Bairro do Biribiri no Plano Diretor Municipal..... **123**
**Considerações Finais**..... **127**
**Referências**..... **130**
**Anexos**..... **139**

# LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

APP- Área de Preservação  Permanente

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas

BNH – Banco Nacional de Habitação

BASA – Banco da Amazônia

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

CELETRAMAZON – Central Elétrica do Amazonas (atual Manaus Energia)

CBA – Companhia Brasileira de Abastecimento

CIBRAZÉM - Companhia Brasileira de Armazenagem

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COOMAPEM – Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru

DETRAM – Departamento de Trânsito

EGF – Empréstimo do Governo Federal

ENERAM – Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte

ETEs – Estações de Tratamento de Esgoto

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GEBAM – Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Região do Baixo Amazonas

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICORD – Indústria e Comércio Rodrigues e Dangelo

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

INDUSTRIARTE – Indústria, Artesanato e Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAC – Programa de Assistência ao Cidadão

PIM – Pólo Industrial de Manaus

PIN – Posto Indígena

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PV – Partido Verde

PROSAMIM – Programa Social Ambiental dos Igarapés de Manaus

RADAM – Radar da Amazônia

SNPH – Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias

SEINF – Secretaria de Infra-Estrutura do Estado

SMUC – Sistema Municipal de Unidade de Conservação

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SESC – Serviço Social do Comércio

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SEDUC- Secretaria de Estado da Educação e Cultura

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização.....7
Mapa 2 –. Cidade de Manacapuru e seus limites.....9

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da cidade de Manacapuru ..... 8
Figura 2: Balsa que atravessa o rio Negro do porto de São Raimundo até o de Cacau Pirêra ..... .12
Figura 3: Local de retirada da matéria-prima para a fabricação de tijolos .....14
Figura 4: Área comercial de Manacapuru .....24
Figura 5**:** Av. Cristo Rei, centro histórico de Manacapuru .....24
Figura 6: Depósito de olaria praiano.....41
Figura 7: Forno de olaria .....41
Figura 8: Centro Histórico, primeira rua e primeira serraria, a “Agapito”.....47
Figura 9: Residência reformada pelo Poder Público SESC.....48
Figura 10: Clube Municipal atualmente área comercial .....48
Figura 11: Rotatória localizada na estrada Manuel Urbano entre os bairros Terra .....Preta e São José .....50
Figura 12: Visão artística da ponte sobre o rio Negro .....58
Figura 13: Palafitas no Bairro do Biribiri.....68
Figura 14: Outras palafitas no Bairro do Biribiri.....68
Figura 15: Bairro do Biribiri .....70
Figura 16: Bairro do Biribiri (sem escala) .....71

Figura 17: moradias na parte norte do bairro do Biribiri .....73
Figura 18: Atentemos para o lixo sem o devido acondicionamento no bairro do Biribiri..... 81
Figura 19: Complexo poliesportivo Raimundo Pacheco Teles, no Bairro do Biribiri .....91
Figura 20: Fábrica de sacarias de juta e malva .....94
Figura 21: Hotel no Bairro do Biribiri .....97
Figura 22: Coleta de água do poço artesiano da Escola Magnólia Ventura .....116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa da população residente nas principais cidades do Amazonas, em 1º de julho de 2009 .....11
Tabela 2 – População por bairro da cidade de Manacapuru .....15
Tabela 3 – Aumento da população urbana de Manacapuru entre 1970 e 2005 .....17
Tabela 4 – Condições de trabalho .....83
Tabela 5 – Principais problemas do Bairro .....84
Tabela 6 – Número de habitantes do Bairro do Biribiri entre 2006 e 2010 .....101
Tabela 7 – Famílias em área de risco em Manacapuru .....122

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Aumento da população em Manacapuru entre 1970 e 2005..... **19**

Gráfico 2 – Principais agentes produtores de Manacapuru pelos moradores do Bairro Biribiri..... **88**

Gráfico 3 – Formação escolar do morador do Bairro do Biribiri ..... **102**

Gráfico 4 – Pessoas por residência no Bairro do Biribiri..... **103**

Gráfico 5 – Tipo de moradia do Bairro do Biribiri..... **104**

Gráfico 6 – Renda mensal do morador do Bairro do Biribiri..... **106**

Gráfico 7 – Atividade profissional do morador do Bairro do Biribiri..... **108**

Gráfico 8 – Local de residência antes de morar no Bairro do Biribiri..... **109**

Gráfico 9 – Principais razões para fixar moradia nas margens do Igarapé do Miriti no bairro do Biribiri..... **110**

Gráfico 10 – Fatores que levaram à ocupação do Bairro sem ordenamento urbano..... **112**

Gráfico 11 – Principais problemas enfrentados pelos moradores..... **115**

Gráfico 12 – Programas e/ou projetos desenvolvidos junto aos moradores..... **117**

Gráfico 13 – Principais iniciativas na busca de solução dos problemas ambientais..... **118**

Gráfico 14 – Aspectos originais do Igarapé do Miriti, no Bairro do Biribiri..... **119**

Gráfico 15 – Aspectos atuais do Igarapé do Miriti, no Bairro do Biribiri..... **120**

Gráfico 16 – Alternativas utilizadas para enfrentar a enchente no Igarapé do Miriti..... **121**

# INTRODUÇÃO

O interesse em realizar a pesquisa sobre a área urbana de Manacapuru surgiu pela observação da crescente mudança ocorrida na urbanização e no meio ambiente da cidade, bem como questionamentos sobre a demanda de aquisição de propriedades e ocupações de terras nas margens dos igarapés do rio Miriti. Assim, um estudo sobre o crescimento da cidade de Manacapuru, passa por uma visita aos processos políticos, econômicos e sociais que ocorreram ao longo do tempo e nos possibilita compreender a fisionomia da cidade e conseqüentemente do Bairro do Biribiri. Então, levamos em conta neste trabalho as mudanças ocorridas no processo de urbanização que modificou a configuração espacial da cidade, bem como as mudanças decorrentes da ocupação do espaço urbano.

A urbanização acelerou devido a abertura da rodovia AM 70, em (1970), a implantação da fábrica de juta na cidade (Brasiljuta), pelo setor oleiro, a inclusão do município na área metropolitana de Manaus, da construção do Gasoduto Coari-Manaus e de uma ponte sobre o Rio Negro. Dentre os municípios atingidos pela metropolização, Manacapuru se destaca por ser um dos mais antigos, estando à frente dos demais quanto à sua infra-estrutura básica e proximidade da capital.

Na área urbana há rodoviária, escolas públicas e privadas, uma universidade estadual, hospital, sistema de abastecimento de água, energia elétrica, supermercados, área de lazer, agências bancárias, correio, serviço social do comercio, postos de saúde e uma das tubulações do gasoduto. Na orla urbana, os visitantes contemplam o encontro das águas dos rios Solimões e Manacapuru, mas, o que mais se destaca, é o Miriti que atrai os visitantes pelas suas águas frias e belezas naturais. Podemos postular que houve um incremento cultural urbano significativo devido a implantação de um núcleo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e ao desenvolvimento folclórico das “cirandas”.

Entre os empreendimentos que surgiram cabe destacar as redes de supermercados e lojas de eletrodoméstico e eletrônico que alteraram a escala da centralidade urbana,

provocando, de um lado, a fragmentação do espaço intra-urbano, contribuindo, do outro, para ampliar as relações da capital, Manaus, com os pequenos municípios que compõem a rede urbana regional. Em Manacapuru, os supermercados são as mais modernas formas centrais comerciais, pois ainda inexiste s*hopping centers.*

A construção da citada ponte sobre o Rio Negro é um marco por atrair empreendimentos e instituições, e desencadear intenso processo de especulação de terras e apropriação indébita de propriedades desativadas, e com ele recrudescem os problemas como desmatamento para construção de casas, descaracterização da paisagem natural, impactos socioambientais diversos, sobretudo envolvendo os cursos d'água urbanos.

Assim, a análise sobre como ocorreu a produção do espaço urbano geradora dos impactos socioambientais no Bairro do Biribiri em Manacapuru/AM, vem contribuir para a elucidação dos problemas envolvendo o meio ambiente urbano.

A temática pesquisada é importante, por esboçar uma investigação evidenciando as estratégias usadas pelos produtores do espaço urbano para a cidade de Manacapuru e do Bairro do Biribiri.

No que se referem aos agentes produtores do espaço urbano do Bairro do Biribiri, estes são constituídos pelas ações do Poder Público, pelos comerciantes, empresários, proprietários fundiários e principalmente pelos agricultores, pescadores, ambulantes, não assalariados os quais são denominados de grupo dos excluídos.

Para sustentação teórico-metodológica, a pesquisa fundamentou-se em estudos bibliográficos privilegiaram-se autores que tratam do tema da urbanização, produção e reprodução do espaço. Além disso, foi realizada pesquisa de campo, com levantamento de dados nas instituições públicas municipais (Prefeitura, Secretaria do Meio Ambiente e escolas públicas), e com os próprios moradores da cidade e do Bairro do Biribiri. As entrevistas com base em um roteiro previamente elaborado contiveram perguntas objetivas e dissertativas. Também se fez uso da abordagem informal e de registros em imagens. Esta pesquisa observou fundamentalmente, os aspectos sociais, educacionais, culturais e econômicos que formam os grupos dos agentes produtores do espaço urbano,

especificamente das pessoas que residem no Bairro do Biribiri. Além disso, procurou-se conhecer sobre as atividades laborais dos entrevistados que compõem o universo dos trabalhadores informais.

Ainda quanto à abordagem de campo, através do uso de formulários estruturados, foi possível elaborar gráficos estatísticos. Para Crespo (2002, p.38), "o gráfico estatístico é uma forma de apresentação dos dados, cujo objetivo é o de produzir no investigador ou no público em geral, uma impressão mais rápida e viva do fenômeno em estudo, já que os gráficos falam mais rápido à compreensão que as séries".

Nos estabelecimentos de ensino e posto de saúde realizamos uma entrevista aberta com os gestores das escolas e funcionários do posto, no sentido de observar os atendimentos diários nos serviços para saber se atendimentos realizados atendem a demanda da população do bairro. Foram aplicados questionários (Anexos A e B) para pessoas da comunidade que tiveram ou têm participação na criação e na produção do espaço urbano, tais como: comerciantes, pescadores, professores da escola do Bairro do Biribiri, representantes do Poder Público, industriários, e outros membros da comunidade.

Das duzentos e cinqüenta e cinco casas palafitas do Bairro do Biribiri, cento e vinte foram visitadas. As visitas foram realizadas no mês de julho de 2010, período em que o rio está na vazante. Para acesso a algumas moradias foi preciso utilizar as improvisadas pontes de madeira[1] construídas pela própria comunidade. A pesquisa, na forma de questionário foi realizada em duas etapas: a primeira com os moradores e comerciantes da área que não sofre com o regime da cheia e, a segunda, com os moradores e pescadores que habitam nas áreas alagadiças do Bairro.

Cabe esclarecer que contamos com muita assistência, pois o trabalho de campo foi realizado com a participação dos alunos de Ensino Médio da Escola Estadual José Seffair, cujos professores de Geografia mostraram-se interessados pela pesquisa e se dispuseram a auxiliar.

---

[1] As madeiras utilizadas são doadas pelo Poder Público municipal.

Os dados estatísticos oficiais desse trabalho foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também junto a órgãos vinculados ao setor executivo do Poder Público do município de Manacapuru. Além disso, utilizamos fontes disponíveis em artigos, teses, dissertações disponibilizadas para consulta.

Nessa perspectiva, apresentamos no Capítulo 2 a cidade de Manacapuru, no Capítulo 3 a produção do espaço de Manacapuru e a apresentação do bairro do Biribiri, no Capítulo 4 a produção do Bairro e os problemas oriundos nas margens dos igarapés do rio Miriti e, no Capítulo 5 a dinâmica sócio-econômica e ambiental da ocupação territorial do Bairro do Biribiri e do rio Miriti.

Para a elaboração do Capítulo 4, foi observada e caracterizada a dinâmica de vida do Bairro do Biribiri, nosso recorte de trabalho, e o funcionamento dos equipamentos urbanos e comunitários como: estabelecimentos de ensino, serviços de assistência à saúde, comércio e transportes e sua interação com a evolução histórica da ocupação territorial do Bairro.

Procurando sondar as transformações ocorridas na área de estudo, vários moradores foram ouvidos em alguns casos, as opiniões e respostas foram expressas por mais de uma pessoa, que pelo fato de estarem próximas, participaram do diálogo. Esta condição não comprometeu o trabalho, pelo contrário, enriqueceu-o. Desse modo, a opinião coletiva foi ouvida e não apenas, as opiniões individuais dos sujeitos entrevistados.

# CAPÍTULO 2
# A CIDADE DE MANACAPURU-AM

## 2.1 Caracterização Geral

Iniciou-se a caracterização de Manacapuru utilizando uma assertiva de Milton Santos: “nenhum estudo de geografia urbana que se respeite pode começar sem alusão à história da cidade [...]” (1996, p. 69). Neste sentido, Manacapuru passou de Aglomerado para Freguesia, Vila e depois Cidade. Como Aglomerado, Freguesia e Vila não foram observadas grande mudança até Manacapuru tornar-se uma Cidade.

Manacapuru[2] palavra Manacapuru é de origem indígena derivada das expressões Manacá e Puru. Manacá (*Brunfelsia hospeana*) é uma planta brasileira que em tupi significa flor. Puru, da mesma origem, quer dizer enfeitado, matizado. Em função disso, Manacapuru na língua indígena tupi quer dizer flor matizada. O seu nome foi sempre o mesmo, desde a origem até o momento atual. A cidade é conhecida como a “Princesinha do Solimões”, pois, a sede municipal está localizada à margem esquerda do Médio Solimões, na confluência deste rio com a foz do rio Manacapuru.

Conecta-se por via rodoviária com a capital, Manaus, da qual se distancia 86 km percorridos pela Rodovia AM-070, em linha reta 68 km e dista ainda por via fluvial, 102 km.

O espaço urbano de Manacapuru foi construído seguindo influências européias na arquitetura e na disposição inicial do desenho urbano, resultantes do processo de colonização. A influência do meio natural também foi significativa, pois a cidade acompanha os cursos dos igarapés que compõem a extensa rede de drenagem do sítio urbano, primeiramente, para oeste e, posteriormente, para leste e norte.

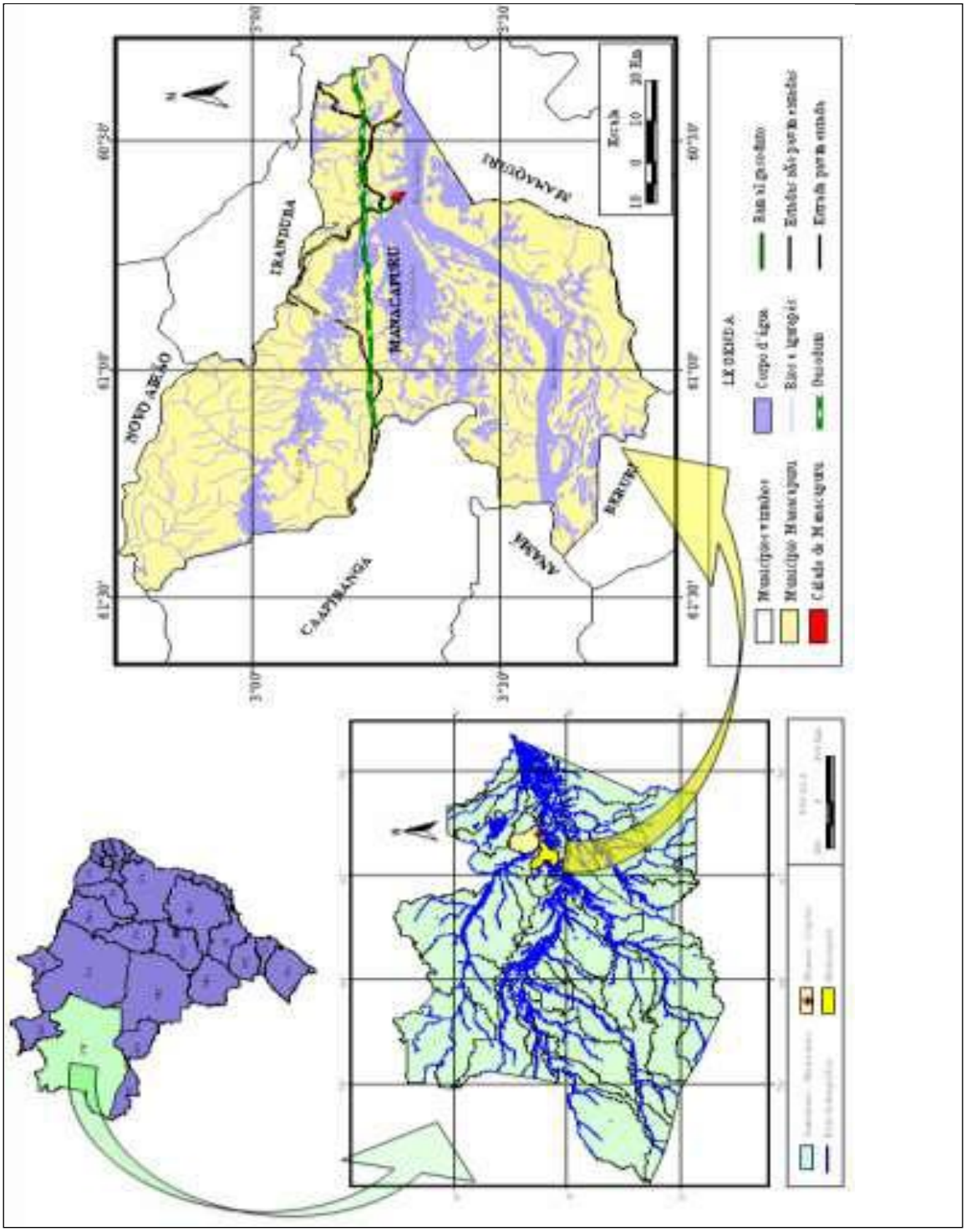
---

[2] Texto com base nas informações do site: www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/manacapuru.php Acesso em: 17 jul. 2010, e da Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio de Manacapuru (SEMATUR).

Manacapuru foi fundado em 15 de fevereiro de 1786. Os primórdios da cidade devem-se a pacificação dos Índios Muras, descendentes das tribos Tupi, que se estabeleceram na região no século XVIII, exigindo grande esforço de pacificação por parte dos colonizadores portugueses.

Em 1865, pela Lei Provincial nº. 148 foram criadas a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru. Em 1894 foi elevada à categoria de Vila e, em 1895, foi tornado município desmembrado de Manaus. Nos anos de 1911, 1933, 1939 e 1981 ocorreram diversas divisões administrativas, aumentando e, posteriormente diminuindo o número de distritos, até atingir a situação atual com um único distrito.

Do ponto de vista da localização, a área territorial do município é de 7.367,9 km² (0,47% do Estado), limitando-se com os municípios de Novo Airão, ao norte; Beruri, ao sul; a leste situam-se Iranduba e Manaquiri; e a oeste ficam os municípios de Anamã e Caapiranga, conforme se pode observar na (Figura 1 e Mapa 1). De acordo com o censo do IBGE 2010, a população no município é de 85.144 habitantes, desse total mais de 80% vive na área urbana, com mais de quatro moradores por domicílio.




**Mapa 1**: Localização do Município de Manacapuru

**Fonte:** Souza 2007

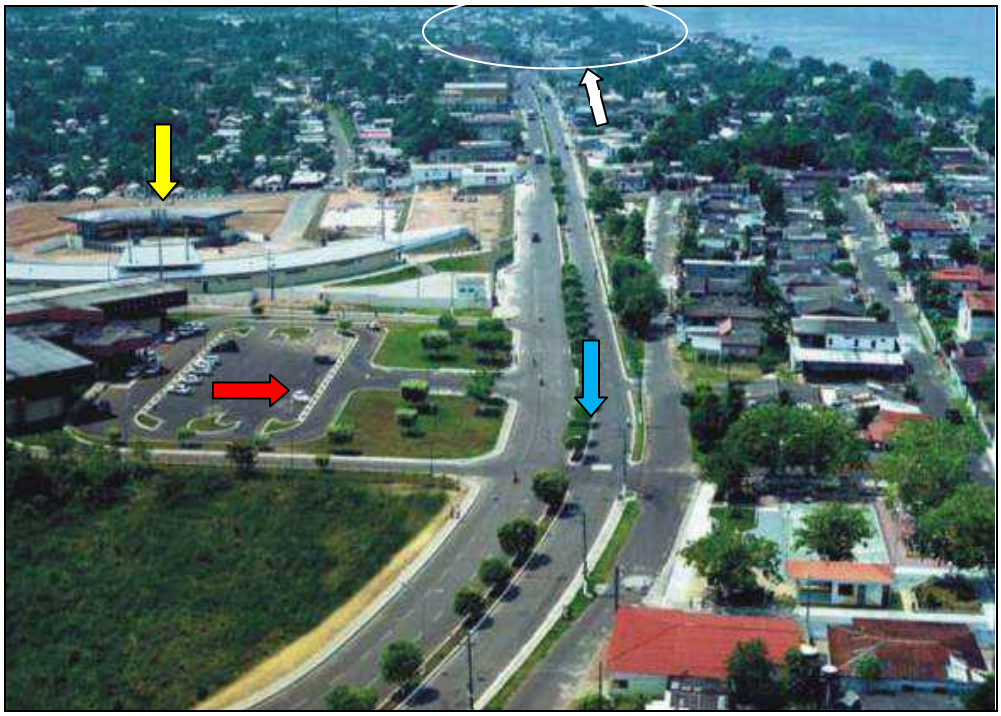


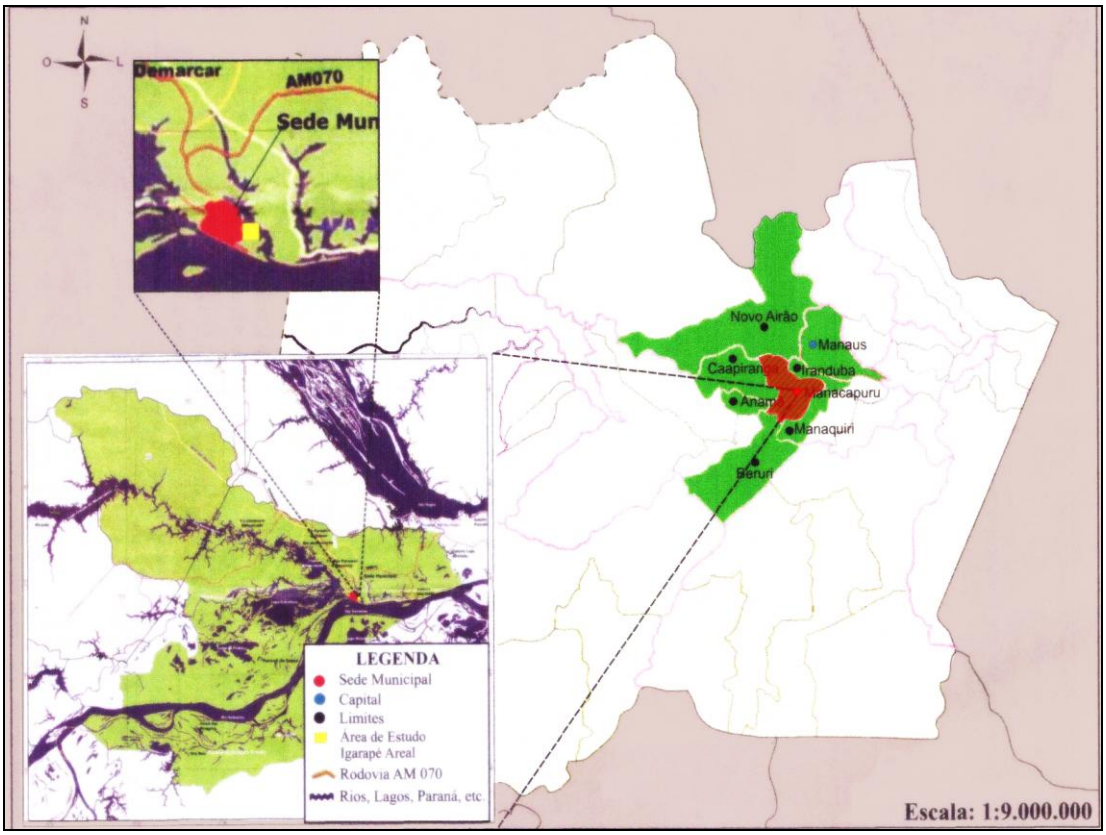
**Figura 1**: Vista aérea da cidade de Manacapuru
**Fonte**: Acervo da Prefeitura Municipal de Manacapuru, 2002.

Estacionamento da Rodoviária

Parque do Ingá

Rodovia Bulevar Pedro Rates

Sentido centro da cidade




**Mapa 2**: Cidade de Manacapuru e seus limites.

**Fonte:** INPE, 2004. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Por se encontrar situada na margem esquerda do Rio Solimões, Manacapuru possui uma área privilegiada e uma posição geográfica que lhe permite, navegação apropriada para o ano todo com os municípios e vilarejo em seu entorno.

A dinâmica fluvial da Amazônia possibilita o uso dos rios como estradas para as mais variadas direções. Neste sentido, concorda-se com Souza (2008, p.113-15) apud (TRINDADE JR, 2005) quando o mesmo afirma que:

> Ainda hoje, os rios da Amazônia funcionam como verdadeiras estradas integrando a região, sendo muitas vezes o único meio de acesso para algumas localidades. A densa rede de drenagem fluvial amazônica desempenhou um importante papel de localização das cidades [Muitas...] interações e modos de vida [...] são estabelecidos entre os citadinos e o rio, seja esse tratado como via de transporte de importância fundamental, seja este considerado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda como referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico.

A circulação fluvial caracterizada pela movimentação de barcos regionais de pesca, de transporte de passageiros para as comunidades, vilarejos e municípios adjacentes é muito intensa durante o ano todo.

Em Manacapuru, como principais fontes de emprego e renda, destacam-se o comércio atacadista de primeira necessidade, o comércio de rua, o varejista, a agricultura familiar, o funcionalismo público (Federal, Estadual e Municipal), as indústrias de beneficiamento de juta e de peixe, o pólo oleiro. A cidade conta com os serviços bancários de cinco agências: Banco Itaú, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco, além de serviços de correios e telégrafos. Podem ser encontradas na cidade restaurantes, pizzarias, hotéis, pousadas, serviços de comunicação realizados por duas emissoras de rádio, sete canais de TV, serviços de internet, entre outros.

Embora Manacapuru apresente uma boa infraestrutura urbana, em relação às demais cidades que compõem o Médio Solimões, como: Caapiranga, Anorí, Anamã, Codajás, Coarí, Tefé entre outras, os bens e serviços produzidos socialmente, (exceto a educação), não acompanham o crescimento da cidade, principalmente no que tange às questões: saúde, segurança, sistema de esgoto, tratamento de água e transporte, coletivo, pois o aumento populacional foi se espraiando e esses serviços se tornaram incipientes.

A cidade de Manacapuru é cortada, conforme citado, por uma extensa rede de drenagem, formada por igarapés que Aziz Ab´Saber (2003), conceitua, em termos de rede hidrográfica, como “cursos d’água amazônicos de primeira ou segunda ordem, componentes primários de tributação de rios pequenos, médios e grandes” (p. 72).

A densa rede de drenagem de Manacapuru constituía, de maneira marcante, a sua principal característica. Os igarapés que adentravam a mata modelavam o sítio estruturando a forma da cidade. Os igarapés que supriam as necessidades da população, por exemplo, no abastecimento de água, aos poucos, foram desaparecendo e sendo transformados em ruas e avenidas.

O núcleo central foi estruturado a partir da igreja, e encontra-se em terras firmes, e na parte mais alta da cidade, tendo como limites primeiros os igarapés. Com o aterramento de alguns destes, implantou-se a Estrada Manuel Urbano, e houve a construção de pequenas pontes, propiciando a expansão da cidade para o norte, leste e oeste. Até meados do século XX, os igarapés mantiveram-se presentes nas franjas urbanas, estabelecendo, de certo modo, os limites urbanos.

Manacapuru é a quarta maior cidade do estado do Amazonas, ficando atrás apenas de Manaus, Parintins e Itacoatiara (Tabela 1).

| **Municípios** | **População estimada** |
|---|---|
| Manaus | 1.738.641 |
| Parintins | 107.250 |
| Itacoatiara | 86.840 |
| Manacapuru | 85.144 |

**Tabela 1:** – Estimativa da População Residente nas Principais Cidades do Amazonas,Censo 2010

**Fonte:** IBGE, 2010

A proximidade da capital do estado e o fácil acesso à sede deste município o tornam uma constante opção para os passeios nos feriados e fins de semana dos

moradores de Manaus e, até mesmo, de turistas estrangeiros dispostos a conhecer um pouco mais do interior amazonense. Até meados de outubro de 2011, chegava-se a Manacapuru, vindo de Manaus por ônibus que sai direto de terminal rodoviário na capital e, que ao chegar ao Porto de São Raimundo, ainda em Manaus, atravessava o rio Negro por balsa que transportava cargas e passageiros[3]. (Figura 2), até o porto de Cacau Pirêra, distrito de Iranduba-AM. Esse trajeto durava em média de 40 a 50 minutos e, a partir de então, segue pela rodovia AM-070.

**Figura 2:** Balsa que atravessava o rio Negro do porto de São Raimundo até o de Cacau Pirêra
**Fonte:** Lima, out. 2010

A segunda opção, muito utilizada pelos trabalhadores que fazem o movimento pendular diário, é partir do Porto de Manaus (*Roadway*), no centro, em uma das muitas lanchas disponíveis a partir das seis horas da manhã. Por ser uma embarcação menor, e exclusivamente para transporte de passageiros, a travessia para o Porto do Cacau Pirêra era bem mais rápida, aproximadamente de quinze a vinte minutos. Entretanto, o passageiro individual pagava o equivalente a R$ 5,00. Pelo trajeto do Cacau Pirêra (Iranduba-AM) até Manacapuru custa, em média, R$10,00 no ônibus e R$ 15,00 nos táxis disponíveis para lotação.

[3] A travessia ocorria diariamente, das 5h até as 23h30 minutos.

Atualmente o percurso da travessia se faz pela Ponte sobre o Rio Negro da qual trataremos adiante.

Manacapuru tem seu território delimitado por estruturas terciárias, cujos terrenos são de terra firme. Mesmo assim, o sistema sazonal de reprodução da vida, dirigido pelo regime de cheia-vazante é marcante. O município tem o privilégio de ser atravessado pelo rio Miriti[4] este é um rio importante para o abastecimento de água urbano, para a navegação e para o lazer, por ser detentor de balneários de águas frias, públicos e privados. Também possui seu próprio "encontro das águas," entre os rios Manacapuru e Solimões, localizado em frente à cidade. O município é muito recortado por igarapés, paranás[5], lagos e furos [6]que facilitam a navegação de embarcações de pequeno calado no período das cheias. O rio Manacapuru e o lago de mesmo nome deságuam no rio Solimões. Outro importante lagos da região é: Pesqueiro, Canabuoca, Manaquiri, Castanho e Janauacá. Há diversas comunidades ribeirinhas estabelecidas às margens fluviais. Segundo Yamamoto et al (2004, p. 654), "normalmente, a enchente no rio começa em novembro e atinge a cota máxima em julho; a vazante inicia-se em agosto quando a água flui do lago [Manacapuru] para o rio, sendo outubro o mês mais seco".

No município de Manacapuru os solos predominantes são resistentes aos processos erosivos, assim como são muito utilizados para a fabricação de telhas e tijolos. (Figura 3).

---

[4] Ou melhor, a cidade foi produzida cortando o rio Miriti.
[5] Pequenos braços de rios.
[6] Pequenos canais de ligação entre rios.

**Figura 3:** Local de retirada da matéria-prima para a fabricação de tijolos
**Fonte:** Lima 2011.

Ainda não averiguamos se é por causa ou não desses problemas ambientais, mas Manacapuru desponta no Estado do Amazonas como o primeiro município a ter um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC). A Lei Municipal nº. 009, de 04 de junho de 1997 criou o citado SMUC, e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Turismo, para proteger a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha; a Área de Proteção Ambiental do Miriti e os Lagos de Manutenção do Paru e do Calado. A Lei Municipal nº. 051, de 04 de junho de 2004[7] instituíram o Código Ambiental de Manacapuru e a exigência e Licenciamento Ambiental.

O rico patrimônio arquitetônico que se concentra ao longo da Avenida Eduardo Ribeiro, no centro, tem sido preservado. Lá se encontram as construções do século XIX, com evidentes marcas do tempo áureo do ciclo da borracha. Destacam-se as residências de famílias tradicionais, os prédios da Maçonaria (1897) e da Restauração (1898). Do início do século XX, destacam-se a igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (1907), a sede da Prefeitura (1934), o Fórum (1930) e a Casa de Cultura (1971).

[7] Decreto Municipal nº. 12.2 18 de agosto de 2004.

No censo de 2000 a cidade de Manacapuru é constituída por dez bairros (Tabela 2), sendo que a maioria deles surgiu de invasões [8] de terras particulares dos latifundiários, que com o tempo foram sendo legalizadas pelo Poder Público. Essa forma de constituição dos bairros trouxe sérios problemas de infraestrutura urbana, entre eles destacam-se os bairros periféricos que apresentam precárias condições de moradia e de infra-estrutura, como é o caso do Bairro do Biribiri, localizado a leste da cidade, este se diferencia dos demais por: se limitar com o Igarapé do Areal no rio Miriti, construção significativa de casas tipos palafita, funcionamento da Fábrica de beneficiamento de juta e malva, complexo poliesportivo, rede de hotelaria.

| **Bairros**[9] | **População** |
|---|---|
| Aparecida | 4.964 |
| Biribiri | 2.935 |
| Centro | 6.747 |
| Correnteza | 3.419 |
| Liberdade | 11.174 |
| Morada do Sol | 1.187 |
| São Francisco | 4.772 |
| São José | 7.580 |
| Terra Preta | 2.959 |
| União | 1.925 |

**Tabela 2 -** População por bairro da cidade de Manacapuru

**Fonte:** IBGE, Censo de 2000.

[8] As palavras invasões e invasores nos remetem a sujeitos e ações criminosos, contudo, os moradores que buscam essa via de obtenção de um teto, não podem, *grosso modo*, ser assim considerados.

[9] Além dos bairros citados na Tabela 2, existe ainda, de acordo com o IBGE, o bairro Nova Manacá, mas por ser criado em 2001 ficou fora do perímetro urbano não fizemos constar da referida tabela.

## 2.2 Manacapuru na Região Metropolitana de Manaus

Os processos globais afetam a estrutura social local das cidades alterando a organização do trabalho, a estrutura do consumo, criando novos padrões de desigualdade social urbana. Ao mesmo tempo em que se difunde pelo espaço, a economia capitalista consolida sua integração na escala planetária. As grandes e pequenas cidades da Amazônia estão inseridas nos processos globais, nacionais e regionais de integração.

No Brasil, a expansão urbana consolidou-se na década de 1970, quando o chamado "milagre econômico" encontrava-se em pleno vigor. Este fator proporcionou a vinda de empresas multinacionais acelerando o processo de êxodo rural e o crescimento das cidades industriais. Neste momento o território brasileiro passou por novas e significativas transformações. As principais bacias hidrográficas foram aproveitadas para a produção de eletricidade; modernizaram-se os portos, e foram construídas algumas estradas de ferro orientadas para produtos especializados.

As condições estavam criadas para um processo de desenvolvimento econômico. A indústria conhece uma grande diversificação e inicia sua desconcentração. A agricultura se moderniza no Sul e no Sudeste e, em outras regiões, onde se destaca o estado do Amazonas. A difusão da irrigação vai permitir ao Nordeste o aproveitamento agrícola de parte de suas terras.

Essas transformações são a base de uma nova fase da organização do espaço e da urbanização, fundada numa vida de relações mais extensa e mais intensa.

A Região da Amazonia teve seu processo de urbanização muito acelerado, a partir da abertura das rodovias na década de 1960, e mais acentuadamente na de 1970. A taxa de urbanização passou de 45,1% em 1970, para 69,7% no ano 2000. A estratégia de inserir a região à acelerada dinâmica capitalista nacional foi um dos fatores responsáveis por este processo, pois a meta era usar os núcleos urbanos como pontos logísticos para uma rápida ocupação. (Becker, 1987).

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, após a implantação das políticas de desenvolvimento, a urbanização da Amazônia, pôde ser caracterizada pela valorização

dos centros localizados às margens das rodovias; reprodução de pequenos núcleos dispersos e concentração populacional nas capitais estaduais. Observam-se recentemente (PEREIRA, 2004) novas tendências, como o reforço das metrópoles de Belém e Manaus e, ao mesmo tempo a proliferação de pequenas cidades, e o crescimento das cidades médias, como é o caso da cidade de Manacapuru.

A lei complementar do Estado do Amazonas, número 52, de 30 de maio de 2007, no artigo 1º instituiu a Região Metropolitana de Manaus – composta pelos municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru – visando ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano comuns. Esta lei, em parágrafo único, contempla a integração à Região Metropolitana de Manaus dos municípios que talvez venham a ser criados em decorrência de desmembramento ou fusão dos já existentes.

A proximidade com Manaus tem atraído para a cidade pessoas das mais distintas microrregiões do Amazonas. A maioria vem em busca de emprego, ou ainda, para se aventurar na prestação de serviços domésticos. Devido a estes fatos, a cidade tem crescido vertiginosamente. Do inicio da década de 1990 ao ano 2000 a população do município aumentou 23,34% e, do ano 2000 ao ano de 2005, o município passou de 73.695 habitantes para 83.703. Um aumento de quase 15% na população total. (Tabela 3)

| **Ano** | **População urbana** | **%** | **População Rural** | **%** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | 7.247 | 15% | 42.222 | 85% | 49.469 |
| 1980 | 18.230 | 30% | 42.788 | 70% | 61.018 |
| 1991 | 36.019 | 63% | 21.154 | 37% | 57.173 |
| 1996 | 40.246 | 61% | 25.331 | 39% | 65.577 |
| 2000 | 47.662 | 64% | 26.033 | 36% | 73.695 |
| 2005 | 54.155 | 65% | 29.548 | 35% | 83.703 |

**Tabela 3**: – Aumento da população urbana de Manacapuru entre 1970 e 2005

**Fonte:** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 01de julho de 2010.

Em Manacapuru observa-se a rápida mudança no espaço urbano pelo acesso rápido à capital Manaus, pela rodovia AM 070, proporcionando a instalação de grandes estabelecimentos comerciais no centro histórico da cidade que antes era ocupado por casas residenciais. Destaca-se a importância para a produção do espaço das indústrias de beneficiamento de juta e pesca que vieram para a cidade, incentivando a migração da população ribeirinha em busca de trabalho nas fábricas. Atualmente, é visível a reprodução do espaço urbano da cidade pela implantação do gasoduto Coari-Manaus, e pelos grupos folclóricos das Cirandas que mudaram a paisagem da cidade e fizeram surgir novas centralidades.

Incentivou ainda o crescimento da cidade, o incremento do comércio de produtos agrícolas e extrativistas, além da cultura da juta, há a indústria de beneficiamento de madeiras e a prestação de serviços de transportes. Contudo, o crescimento não encontrou ou ensejou um desenvolvimento econômico capaz de empregar os migrantes, o que gerou uma ampla economia familiar "informal" [10] e uma expansão urbana com graves problemas socioambientais.

A importância de Manacapuru na Região Metropolitana de Manaus tem aumentado, porque a cidade é um subcentro comercial que atende municípios e comunidades em seu entorno, é também um ponto estratégico planejado pelo governo estadual (Eduardo Braga, 2007, do Partido Liberal), para por intermédio do seu porto fluvial, receber os transportes do médio (Tefé, Coari, Codajás, Fonte Boa, Anori Beruri, Anamã) e alto Solimões (Santo Antonio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Jutaí, Tocantins, Tabatinga, Benjamim Constant e Atalaia do Norte) promovendo assim, o descongestionamento do porto de Manaus. Ademais, o porto de Manacapuru, proporcionará o escoamento da produção e de passageiros vindos destes municípios por via fluvial completando seu trajeto via terrestre até a capital amazonense, perfazendo um percurso de 86 km pela rodovia AM 70. Isso significa que a viagem de Manacapuru à

[10] Aqui entendida somente como atividade exercida sem carteira de trabalho assinada.

Manaus dura em média uma hora por via terrestre e cinco horas por via fluvial (barco). Entende-se que a utilidade do porto de Manacapuru facilita não só o transporte fluvial, mas também o terrestre para todos aqueles que pretendem chegar ao centro comercial da capital do Amazonas.

O gráfico 1 abaixo demonstra o crescimento da população a partir de 1970 e 2005.

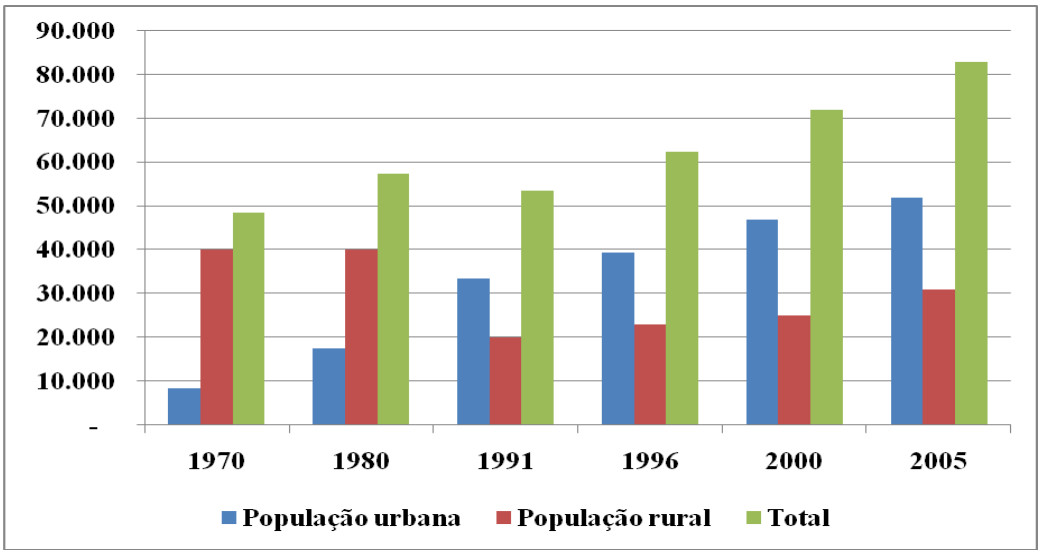



**Gráfico 1:** Aumento da população em Manacapuru entre 1970 e 2005
**Fonte:** IBGE, 2011. Org. Pessoa.

Manacapuru atualmente representa o quarto município da Região Metropolitana de Manaus em termos populacionais e econômicos.

Quanto à atividade comercial, em Manacapuru destacam-se: comércio atacadista de mercadorias de primeira necessidade; comércio varejista; comércio de alimentação e comércio de rua.

O comércio atacadista abastece alguns municípios vizinhos como Anori, Caapiranga, Berurui, Anamã e outros, visto que parte do abastecimento de mercadorias de primeiras

necessidades desses municípios são fornecidas pelos estabelecimentos localizados no Centro da cidade. O comércio varejista é voltado especialmente para atender os consumidores internos, existindo variedades e especificidades de produtos. Quanto ao comércio de alimentos, a cidade conta com bares, pizzarias, lanchonetes, restaurantes, Hipermercados e supermercados como seus principais representantes. O comércio de rua é representado pelas feiras, camelôs e vendedores ambulantes que completam este setor da economia.

Os serviços de saúde são disponibilizados por um Hospital tipo Unidade Mista e o Hospital da Mulher que são interligados, destinados a prestar atendimento de pronto-socorro, maternidade, atendimento cirúrgico, odontológico e hospitalar para a população local e ainda servem aos municípios circunvizinhos, além da Farmácia Popular e mais vinte e cinco postos de saúde espalhados por todo o município.

A população ainda dispõe de atendimento pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA); clínicas particulares e laboratórios de análises clínicas. Vale ressaltar que os casos de doenças de alta complexidade são encaminhados para a capital Manaus, devido à falta de médicos especialistas. Os poucos médicos que atuam no município, são em sua maioria, clínicos gerais. Em Manacapuru os problemas na área de saúde não são diferentes dos do restante do País, devido à falta de políticas públicas, o que tornam deficientes os serviços.

No âmbito educacional, a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC, mantém na sede do município dezoito estabelecimentos, ministrando ensino médio e fundamental e o Município dispõe de mais 169 Escolas Municipais mantidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Na Educação Superior o município agrega sete municípios entre outros que utilizam o campus da Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

## 2.3 A Expansão Urbana de Manacapuru

No final do século XIX, chegou a Manacapuru uma família lusitana, chamada Ventura. Eles criaram o maior comércio da cidade chamado de Restauração. Esta foi a mais importante casa comercial por um longo período (1898-1970), pois como casa aviadora abarcava grande variedade de produtos que a população ribeirinha, seringueiros e pescadores, trocavam pelas mercadorias existentes. Atualmente, na antiga casa, funciona a Secretaria de Serviço do Comércio e a biblioteca do município.

Na década de 1930, Manacapuru possuía cinco ruas que formavam o centro da cidade. A principal era a Rua Eduardo Ribeiro, onde foram construídos prédios públicos, uma serraria e uma praça. A maioria das casas era de madeira, mas havia as de palha, localizadas em áreas mais afastada do centro da cidade, no sentido norte. Oliveira (2000, p.36) confirma: "[...] A rua da frente ou a rua primeira tem as melhores casas e as ruas de trás, casebres cobertos de palha." Os primeiros moradores foram imigrantes judeus, sírio-libaneses, turcos e portugueses que se dedicaram à atividade comercial.

A expansão da cidade aconteceu no sentido oeste, com o surgimento do bairro denominado Terra Preta, que se diferencia dos demais bairros porque concentram três escolas estaduais de ensino fundamental e médio, o Programa de Assistência ao Cidadão (PAC), a terceira Companhia da Polícia Militar, o Quartel dos Bombeiros e as igrejas de Santo Afonso e Santo Antonio, famosas pelos festejos e cirandas que ocorrem no mês de junho – período de maior circulação de moeda no bairro de Terra Preta. A população residente no bairro é a que se poderia classificar de classe média baixa.

Na década de 1960, a administração pública municipal associada à estadual, deu novo impulso à expansão da cidade, implantando a Central Elétrica do Amazonas (CELETRAMAZON), atual Manaus Energia. Outros fatores também contribuíram para que a cidade se tornasse importante núcleo urbano, como por exemplo, a construção da citada rodovia AM-070 (Rodovia Manuel Urbano) que interliga Manacapuru às cidades de Iranduba, Novo Ayrão e Manaus.

A partir da década de 1970, importantes também para o crescimento da cidade foram: os aterros sobre os igarapés; as construções de pequenas pontes que possibilitaram o acesso para a criação de diversos bairros como o Biribiri, Liberdade e Correnteza. Os aterros e as pontes construíram-se em importantes vetores, isto são direções preferenciais de expansão da cidade.

Destacamos as principais pontes: Ponte do Aterro no inicio do Bairro do Biribiri, essa ponte liga o Bairro com o Centro da cidade, Ponte da Avenida Getúlio Vargas, Ponte sobre o rio Miriti localizada na rodovia AM 70, Ponte da rua Regina Fernandes que liga a área central da cidade com o bairro da Liberdade entre outras. A única Ponte de madeira existente liga o Bairro do Biribiri ao Bairro Correnteza.

Essas estruturas terminaram por colaborar com o crescimento da cidade, em seus eixos norte e sul e leste-oeste. Oliveira (2003) discute as Pontes da Bélle Époque e o crescimento de Manaus, acrescenta que "Manaus foi expandida para os quatros eixos pelas principais pontes, sobre o Igarapé Bittencourt, e sobre o Igarapé Mestre Chico". A cidade de Manacapuru, por também ser entrecortados por igarapés foram construídas as Pontes possibilitando a expansão da cidade.

Outras contribuições foram pela implantação da fábrica de beneficiamento de juta "Brasiljuta", e o pólo de indústrias de tijolos. Sobre a Brasiljuta esta funcionou como entreposto comercial do produto da juta e malva que estimulou a vinda de grandes fluxos migratórios dos municípios ao entorno de Manacapuru e da população interiorana que vieram para trabalhar na citada fábrica. A conclusão da rodovia Manuel Urbano- AM 70, ocorreu no ano de 1977, período em que foi inaugurada com camada asfáltica, a conclusão desta rodovia foi significativa para a expansão da cidade, pois em seu entorno há muitas colônias agrícolas de japoneses que trabalham no plantio de frutas, legumes e criação de frangos que abastece a cidade, de Manacapuru e a capital Manaus.

Acrescenta-se ainda, a cheia sazonal que ocorre no Amazonas, nesta época a população vem para a cidade em busca de abrigo ou a procura de um lote de terra para construção de suas moradias, a maioria desta população não retorna para a zona rural.

Porém, a partir dos anos setenta, oitenta e noventa são os conjuntos habitacionais os vetores que desempenham o desenho urbano da cidade. Sobre os conjuntos habitacionais cabe dizer que o primeiro, denominado de Conjunto Habitacional Alberto Ventura, foi construído pelo Poder Público, via Banco Nacional de Habitação (BNH), na administração do prefeito Jamil Seffair (1969-1972), do partido ARENA, (Aliança Renovadora Nacional) nos meados dos anos setenta. Localizado a oeste da cidade. Este conjunto habitacional foi destinado à população com maior poder aquisitivo representado pela classe dos grandes comerciantes, e funcionários estaduais. O segundo foi construído na administração do prefeito Paulo Freire (1983-1986), pertencente ao PMDB, (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e entregue à população que habitava em áreas de risco. Posteriormente, nas quatro administrações[11] do Prefeito Ângelus Figueira (filiado ao PMDB, mas recentemente no PV), outros conjuntos habitacionais foram construídos com madeira de lei e destinados a famílias pobres.

A cidade cresceu em direção ao norte do município criando o bairro São José, este foi implantado no sistema de mutirão. Outrossim, cresceu com as ocupações do bairro da Liberdade, sendo o maior em área e população. Logo após, foram criados o bairro Correnteza leste da cidade, os bairros Morada do Sol e Novo Manacá, indo em direção da rodovia Manuel Urbano, a oeste. Justamente a rodovia Manuel Urbano, bem como a abertura de outras vias, foram fatores importantes de expansão urbana entre as décadas de 1970 e 2000 – as avenidas João XXIII, Gilberto Mestrinho e Coronel Madeira possibilitaram a expansão da cidade em direção ao norte do município. O desenho urbano que surge com a rodovia Manuel Urbano (a oeste) e a abertura da estrada da Correnteza (leste) configuram e determinam a forma urbana que privilegia o rodoviarismo, pois, essas duas rodovias ligam Manacapuru à capital Manaus e estendem-se até a jusante do rio Miriti com o Solimões. Em Manacapuru, o número de automóveis também representa a desigualdade da e na cidade que não dispõe de infraestrutura urbana e malha viária para a circulação segura dos mesmos.

[11] Correspondente aos períodos: 1989-1992, 1997-2000, 2001-2004, 2010 -2012.

Devido ao crescimento da atividade comercial no centro (Figuras 4 e 5) da cidade, as moradias foram substituídas por estabelecimentos comerciais e a população foi forçada a se mudar. O fenômeno de expulsão dos grupos sociais mais pobres das áreas centrais para as áreas distantes do centro acentuou-se entre as décadas de 1980 e 1990 – período de intenso processo de expansão urbana caracterizado pelo crescimento das periferias.

**Figura 4:** Área comercial de Manacapuru
**Fonte**: Disponível em: www.google.com.br. Acesso em: 3 de maio de 2011.

**Figura 5:** Av. Cristo Rei, centro histórico de Manacapuru
**Fonte**: Souza, 2011.

Após essa expansão urbana, o centro de Manacapuru perdeu um pouco de sua diversidade, pois um centro urbano caracteriza-se como um espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas por seus aspectos simbólicos e formais. Ainda que não seja um espaço democrático, perfila-se como um espaço de difícil apropriação, resistente a qualquer tipo de uniformização. O centro da cidade assim como a periferia não é um espaço homogêneo, nem livre de segregação, estão repartidos em espaços territorial e socialmente definidos por acontecimentos significativos que contêm em sua estrutura espacial e social as identidades das lutas fracassadas ou vitoriosas. Segundo Tourinho (2006, p. 280):

> Ainda que não seja possível chamar esse espaço de democrático, por não ser um espaço do igualitário, o Centro assume outra característica importante que pode diferenciá-lo de grande parte do tecido urbano: esta característica é a diversidade.

A referida autora aponta os sentidos da diversidade cultural e racial dos usuários e dos moradores nos quais diversos setores da sociedade e agentes sociais interagem.

Bairros periféricos como Correnteza (leste), Morada do Sol (oeste), Novo Manacá (oeste) e o citado Biribiri (leste) consolidaram-se com a vinda da população ribeirinha e das áreas centrais. A esses bairros somam-se São Francisco, São José, União , Liberdade Aparecida e Terra Preta, constituindo, no conjunto, a periferia de Manacapuru.

A população empobrecida das favelas, ao ocupar áreas impróprias à urbanização, sofre. O agravamento dos seus problemas sociais gera danos ambientais e econômicos, o que, nos dizeres de Santos (1999, p.18), “são reflexos do aumento da mancha urbana e da criação da pobreza dentro da própria cidade”.

Dentre os bairros citados, destacamos o do Biribiri que estendeu sua ocupação até atingir a margem direita do rio Miriti, precisamente no igarapé chamado Areal, tornando-se uma das áreas periféricas de Manacapuru, onde a população sofre com os regimes dos rios. No período das cheias no Amazonas, é comum a comunidade ribeirinha de o rio Solimões migrar para a cidade em busca de abrigo na residência de familiares ou nos

locais cedidos pelo Poder Público, como as grandes quadras esportivas e as escolas públicas[12]. Os que ficam nas residências utilizam estratégias para sobrevivência como elevar o assoalho das palafitas e esperar até que as águas recuem.

Cabe relembrar que o bairro em estudo está situado numa área antes utilizada pela população como área de lazer (balneário) e que a ocupação é ilegal, pois de acordo com Lei Orgânica do Município de Manacapuru, a bacia do rio Miriti é uma área protegida, cujo uso previsto deveria ser compatível com sua importância e condição ambiental. Sobretudo, porque é nessa bacia, precisamente no bairro da Liberdade, zona norte da cidade, onde se localiza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) que abastece parte da cidade de Manacapuru com água potável. Contudo, justamente essa área vem servindo como opção de moradia para a população da cidade, que está em constante crescimento.

Pensamos que a participação da comunidade por intermédio, principalmente, do fortalecimento de associações de moradores, torna-se importante como forma de pressão junto aos demais agentes produtores do espaço urbano (Estado, setor imobiliário e outros) para que ocorra de fato um planejamento da ocupação da cidade, sem riscos e vulnerabilidades e com justiça social.

Mas, como vem ocorrendo a produção do espaço de Manacapuru-AM? E, em que medida o conhecimento do processo nos auxilia a compreender o que ocorre no Bairro do Biribiri? São estas as indagações que deverão servir de fio condutor deste trabalho, ainda que obviamente não se tenha a pretensão de alcançar uma resposta definitiva para qualquer uma delas, é o que tentamos averiguar nos capítulos seguintes.

[12] O que interfere no calendário do ano letivo.

# CAPÍTULO 3

# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MANACAPURU

## 3.1 A Produção do Espaço Urbano: Algumas Reflexões

Para o estudo do processo de urbanização, um conceito essencial é o de espaço urbano, já que a urbanização é justamente a transformação e reprodução deste espaço. Pretende-se nesse estudo estabelecer alguns esclarecimentos sobre esse conceito. Evidentemente, não se trata de esgotar o assunto, mas situar o debate, abordando algumas concepções de espaço urbano a fim de contextualizar e fundamentar melhor o conceito com qual se trabalha.

Achamos necessário ressaltar que o espaço, entendido pela ciência geográfica, é produzido socialmente, e que essa produção traduz-se em bens materiais essenciais à sobrevivência dos homens organizados em sociedade.

O espaço é criado a partir das transformações da natureza processadas ao longo das gerações. Estas transformações, pelo trabalho, pela técnica e pela cultura, constituem-se na mediação necessária da relação sociedade-natureza. Tal relação não pode ser vista como algo harmonioso, esquecendo-se dos conflitos existentes e das múltiplas contradições envolvidas. O espaço produzido é, também, o reflexo das inter-relações entre as partes, da correlação de forças exercidas por cada agente produtor do espaço, por cada um dos sujeitos sociais. Assim, "o espaço é também a história de como os homens, ao produzirem sua existência, fazem-no como espaço de produção, de circulação, da troca, do consumo, enfim, da vida". (CARLOS, 1994, p.36).

Para Corrêa (2004, p.7), "o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si". Este é apenas o seu ponto de partida na busca de uma definição para

o espaço urbano. Não se trata ainda de uma definição acabada, pois para esse autor, os diversos usos do solo compõem um importante aspecto, pois configuram as diferentes regiões da cidade – áreas residenciais, industriais, comerciais, etc.

Até esse momento, o espaço apreendido por Corrêa aparece como fragmentado. Em sua concepção de espaço, a fragmentação é uma das características urbanas. Segundo o autor, "este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado" (CORRÊA, 2004, p. 7).

Entretanto, em um segundo momento, ampliando seu espectro de análise, o autor sustenta que o espaço é ao mesmo tempo fragmentado e articulado. Empiricamente, a articulação é manifestada pelos fluxos cotidianos que podemos observar como o deslocamento por automóveis e transportes coletivos, e pelos deslocamentos de pedestres. Assim, os fluxos das pessoas integram os diferentes e diversos lugares da cidade, fazendo com que cada um deles se relacione com os demais, num todo dinâmico e articulado.

Entretanto, outra forma de articulação é sustentada por ele:

> A articulação apresenta-se também de modo menos visível. No capitalismo, manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia. Estas relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos. As relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade. (CORRÊA, 2004, p. 8).

Corrêa ainda diz que o espaço urbano é campo de lutas de classes – o espaço como reflexo da sociedade. Sustenta, ainda, que o espaço é integrado por um fator que perpassa a estrutura social.

Portanto, não apenas o fluxo das pessoas integra as cidades, mas, a desigualdade de renda, os investimentos de capital e outros fatores ligados a aspectos econômicos da produção e reprodução do capital. Como se pode inferir, os fluxos, deslocamentos e o

consumo de um empresário são diferentes dos de um trabalhador assalariado. Esta questão também se apresenta na habitação, em que se observa relativa homogeneização da origem social dos moradores de determinados bairros. A integração dos diferentes espaços urbanos apresenta, então, uma face mais complexa e desigual. Dentro desse tipo de formulação conceitual para o espaço, Corrêa vê o espaço como "refletindo a complexa estrutura social em classes" (2004, p. 8).

A concepção de espaço para Corrêa é como dinâmico, sendo não só o reflexo da sociedade, mas também um condicionante social. Esse aspecto, segundo Corrêa, "se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção" (2004, p. 9).

Ademais, na concepção do autor, o espaço urbano pode ser resumido como:

> [...] fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (CORRÊA, 2004, p.11)

No entanto, o espaço não é estático, e sua dinâmica é inerente à dinâmica da sociedade, pois cada sociedade produz seu próprio espaço de acordo com as influências que recebe e processa. Santos, dizia que a dinâmica do espaço lhe assegura, antes de tudo:

> "[...] a tendência a reproduzir a estrutura global que lhe deu origem, ao mesmo tempo em que se impõe a essa reprodução social como uma mediação indispensável que às vezes altera o objetivo inicial ou lhe imprime uma orientação particular". (1978, p.149)

Assim, há necessidade de investigar as ações de quem, de fato, produz o espaço urbano por meio dos mecanismos de valorização da terra urbana. E, para evidenciar os atores sociais envolvidos nesse tipo de produção, Spósito (1991, p. 181) e Corrêa (2004, p. 12) elencam agentes privados e públicos e a sociedade civil. Portanto, além de

compreender as ações de quem comanda o mercado imobiliário, é importante estudar as alternativas da população de baixa renda para ter acesso ao espaço urbano, como condição de consumo e de reprodução.

Os autores acima descritos consideram os agentes privados produtores do espaço urbano: os proprietários fundiários, os incorporadores, os construtores, os corretores imobiliários e os agentes financeiros. Os proprietários auferem renda fundiária à medida que a cidade cresce horizontalmente, incorporando áreas rurais ao espaço urbano ou através da expansão vertical da cidade, através da (re)transformação de solos urbanos, que possuíam outras atribuições, em edifícios para moradia ou comerciais. Os incorporadores são os agentes que realizam a administração do empreendimento, intermediários entre os proprietários e os agentes imobiliários. Geralmente, cuidam dos estudos técnicos e das campanhas publicitárias. Os construtores correspondem aos agentes envolvidos diretamente na edificação do terreno que foi incorporado.

Os corretores são os agentes que realizam a comercialização do empreendimento imobiliário e têm papel importante como criadores de desejos ou de demandas. Também, desempenham fundamental importância na produção do espaço urbano, os agentes financeiros, pois oferece os recursos que financiam a compra e/ou a construção para particulares ou empresas. É certo que, em muitos casos, alguns desses agentes se congruem no processo, assim, proprietários tornam-se incorporadores, ou são os próprios construtores e, ainda, administram a corretagem e o financiamento. Corrêa (2004, p. 13), acrescenta os proprietários dos meios de produção, como agentes produtores do espaço. Esses agem como consumidores do espaço em razão da dimensão de suas atividades, quando, por exemplo, necessitam de áreas com vantagens locacionais para instalarem seus empreendimentos, contribuem como produtores do espaço urbano. Obviamente, os especuladores imobiliários também contribuem para a produção do espaço urbano.

Os agentes públicos, para esses autores, são aqueles que atuam nas escalas federal, estadual e municipal. São, portanto, ações de Estado que contribuem para a produção do espaço urbano. As ações podem ocorrer de variadas maneiras, como a produção de legislação específica para regulação do uso do solo para a área urbana

(zoneamento, código de posturas, plano diretor); o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); a expansão do perímetro urbano; o exercício de controle e fiscalização; os serviços públicos; as realizações de empreendimentos para disponibilização de infra-estrutura urbana de consumo coletivo; a construção de moradias; a disponibilização e concessão de financiamentos para construção de obras públicas ou para construção da casa própria.

Também, tem que ser considerada, como agente produtor do espaço urbano, a sociedade civil, entendida como trabalhadores, habitantes e usuários de forma geral. Assim, o espaço produzido tem que ser compreendido não só pela lógica do capital e/ou do Estado, mas também por aqueles que o usam como forma de reprodução da vida humana. Dessa maneira, na (re)produção do espaço há o embate de classes sociais no bojo da reprodução do capital, mas, também, na própria dimensão da vida, para a moradia ou para o consumo coletivo. Portanto, são considerados como agentes produtores do espaço urbano as associações de bairros, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais (ONGs), as agremiações e as corporações (SPÓSITO, 1991, p.181).

Até este ponto, o presente estudo busca compreender a produção do espaço urbano, e de que maneira os agentes produtores se apropriam da renda da terra e produzem, portanto, esse espaço. Não é tarefa fácil dar conta da diversidade teórica, mesmo quando a leitura é convergente. Todavia, a tarefa mais difícil será a pretensão de articular a teoria ao entendimento da realidade posta, da concretude das relações econômicas, sociais e políticas na produção do espaço urbano em uma cidade pequena do interior do Amazonas, como é Manacapuru. Porém, mas partindo dessas concepções, pretende-se analisar as formas de produção, consumo e apropriação do espaço urbano dessa cidade.

A produção do espaço urbano está intimamente ligada ao jogo de interesses entre os citados agentes e partícipes. O espaço urbano tem um aspecto artificial, é construído no meio antes natural e, manipulado numa teia de ações sociais, onde as relações entre os agentes envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem eliminar os problemas e atender os anseios da maioria.

Tanto o espaço urbano quanto a utilização do solo urbano são destinados a poucos agentes, gerando uma crescente massa de excluídos sociais.

A produção do espaço urbano segue os ditames do capital. Nele, o capital se reproduz pelos processos sociais de industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão sócio-espacial, dentre outros. Nesse sentido, a cidade é excludente, vive bem na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece.

O aumento das atividades no espaço urbano é próprio do modo de produção capitalista, pois é aí onde se concentram, em maior proporção, a força de trabalho e os meios de produção. Como é produzido pelo trabalho, o espaço urbano também não é estático nem acabado, e sim, reproduzido sem interrupção, encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhando e condicionando a evolução da sociedade.

Assim, a cidade deve ser vista como um espaço em constante transformação, principalmente pelo ritmo acelerado do crescimento nas últimas décadas, sobretudo nos chamados países subdesenvolvidos. A cidade torna-se, cada vez mais, o local onde residem as pessoas e são desenvolvidas as atividades humanas, especialmente nos chamados setores secundários (atividades de transformação) e terciários (comércio e serviços).

As atividades desenvolvidas numa determinada área da cidade, apresentam uma evolução que pode variar com o decorrer do tempo. As mudanças nessa dinâmica, em um dado momento, trazem conseqüências que devem ser previstas pelas instituições ligadas ao planejamento de ações atuais e futuras.

Um assunto sempre presente nos estudos geográficos é a ocupação do espaço urbano que apresentou aspectos diferenciados que acompanharam a evolução da História. Beaujeu-Garnier (1997) diz que:

> A abordagem geográfica – tal como a natureza do fenômeno urbano – tem vindo a modificar-se progressivamente. Os geógrafos começaram por dar atenção aos aspectos concretos: o sítio e a planta, o abocanhar do espaço, as modalidades diversificadas de utilização do solo. ( p. 7) .

A tradicional autora francesa cita que o “abocanhar do espaço”, ocorre em direções e ritmos que resultam das influências de diversos fatores como industrialização, movimentos migratórios, ampliação da estrutura urbana, entre outros. Esses fatores criam vetores de ampliação e diversificação de funções e caracterizam a cidade que se expande física e sócio-economicamente.

Além do aumento vegetativo, as migrações é o fenômeno essencial que determinam o crescimento urbano. Nos denominados países subdesenvolvidos, a maioria dos bairros cresce sem qualquer planejamento e, acaba por desenhar uma cidade sem planejamento estatal – com omissão ou atuação indevida do Poder Público.

É por isso que Lefebvre (1999, p. 111), diz que “[...] A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto ela cria tudo.”

A cidade permanece como *lócus* de relações humanas, entretanto, conforme Barbosa (2006, p.128):

> Um novo sentido é atribuído à cidade: não mais lugares para se habitar, mas para exibir. As cidades são tratadas como *ambientes visuais*, como se fossem imensos videoclipes publicitários. É nessa direção que se investem e se (re)vestem as cidades como o *design clean* do mobiliário urbano – cabines telefônicas, abrigos de ônibus, caixas postais, luminárias, bancos, lixeiras – destinado a modernizar/disciplinar o uso (mercantil) da paisagem, mediante a concessão de espaços públicos às corporações privadas. Prefeituras de diversas cidades passam, então, a recortar os lugares de otimização da cidade e ceder aos interesses das firmas de “*design* urbano”. Como contrapartida da criação, instalação e da manutenção dos objetos criados, as empresas podem utilizar o “espaço” para fins publicitários [...]. A paisagem é convertida, sob o primado da circulação de imagens, em um capital móvel de consumo seletivo e de massa.

O autor acrescenta (2006, p. 128), “não precisamos de muitos esforços para perceber como as cidades, sobretudo as grandes cidades, estão sendo convertidas em hipermercados de símbolos do fetichismo das mercadorias”.

Assim, reconhece-se a importância das cidades como suporte para a expansão capitalista.

O cotidiano e o futuro próximo do espaço urbano, de acordo com Corrêa (1993) acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais como os movimentos sociais urbanos. Então o espaço da cidade, o espaço urbano, é o local e o objeto das lutas sociais, pois estas visam o direito à cidade e à cidadania plena e igual para todos. Corrêa (2004, p. 11), comentando sobre os agentes produtores do espaço urbano, diz tratar-se de:

> [...] agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

No Brasil, o crescimento das cidades pelas ações dos agentes produtores do espaço urbano tem se dado especialmente nas cidades consideradas médias e tem ocorrido de “modo espontâneo”, ou seja, sem que se tenha realizado um planejamento que direcione o crescimento. Em 2000, o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontavam que 81,2% dos brasileiros residiam nas cidades.

A estratégia de ocupação da Amazônia, além da construção de rodovias aconteceu através da implantação de cidades por parte do Estado, como forma de reforçar o papel do Estado na região. Esta ação do Estado se viabilizou por meio dos financiamentos às

empresas, de implantação de condições para que as mesmas se apropriassem das extensas terras, pela concessão de incentivos e isenções fiscais e pelo planejamento e construção de redes de transporte, comunicação e telecomunicação.

Assim, Oliveira (1999, p. 61), mostra que "uma parte significativa da população urbana da Amazônia está localizada em pequenas cidades. Estas cidades são espaços produzidos socialmente e cimentam uma cultura datada num determinado tempo e lugar".

Perceber e compreender, portanto, a dinâmica e o significado das pequenas e médias cidades amazônicas é essencial para pensar em políticas de desenvolvimento e melhoria da alardeada qualidade de vida de suas comunidades. A racionalidade que reduz as relações vivenciais ao econômico-quantitativo mostra-se em processo de superação, principalmente, nas assim consideradas pequenas localidades da Amazônia brasileira.

O processo de produção do espaço na Amazônia tem sido marcado pela dependência de fatores externos que a ultrapassam, como explica Oliveira (2000, p.148):

> As relações sociais de produção passaram a depender de fatores externos que ultrapassaram o lugar. O espaço passou a ser penetrado e moldado por interesses distantes dele, predominando relações sociais mediadas pelo mercado. Não foi um processo diacrônico nem atingiu ao mesmo tempo todos os lugares da Amazônia. Porém se configurou numa tendência que no final do século XX revela contradições calcadas na lógica do avanço de novas relações sociais de produção e do outro caracteriza-se pelo genocídio às populações indígenas e degradação do meio ambiente, destruindo relações sociais existentes e sendo incapaz de criar novas relações que signifiquem a melhoria das condições de vida das populações locais à medida que destrói suas bases culturais.

Além disso, o espaço que se produziu, e ainda se produz na Amazônia, não perdeu algumas das suas características primordiais, é por isso que Oliveira (2000) acrescenta que os "rios são ainda importantes vias, pelas quais se constituem as redes, ou rotas, ainda que para a exploração da região". Ainda Oliveira, "isso se dá porque o espaço não é produzido somente pelas relações de classes, nem apenas pelas relações de produção, mas também pelas especificidades de sua própria produção". Assim, podemos

compreender o espaço como sendo produto das relações socais, e ao mesmo tempo, um condicionador dessas mesmas relações.

Quando se pensa no espaço geográfico, deve-se compreendê-lo como a conjunção de diferentes categorias – natureza, sociedade e espaço. Isto significa que, ao estudar as transformações socioambientais deve-se estudar ainda, as relações estabelecidas para sua (re)produção e constante transformação. Por exemplo, as redes de transportes em geral são de extrema importância na produção e integração do espaço e, conseqüentemente, no modo como se configura o território numa região.

Este elemento é bastante perceptível na Amazônia pelos dois padrões de configurações espaciais ali encontrados: a dos rios e a das estradas. A malha hidroviária, conforme Mello e Théry (2005, p.181), durante séculos determinou a localização das cidades na calha dos rios, mas nos últimos trinta anos, foi a malha rodoviária que passou a constituir o novo padrão de localização das cidades, terra firme adentro. Têm-se assim espaços que estão sob o domínio de tempos e velocidades de transformação diferentes entre si.

Uma especificidade da produção do espaço na Amazônia é a forte presença do Estado. O papel do Estado no processo de produção do espaço na Amazônia, conforme Oliveira (2000), em primeiro lugar, o de criar condições gerais para atender as novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região. “Daí decorre o empenho na produção de um espaço não apenas do ponto de vista econômico, mas também, social, cultural e ideológico” (OLIVEIRA, 2000, p.158).

As políticas públicas, ou melhor, as políticas de Estado, adotadas para a região foram iniciadas na década de 1950. Na década seguinte, as propostas e ações políticas foram intensificadas. Na análise de Oliveira (2000), foi a partir desta época que a produção de diferentes formas espaciais foram intensificadas para servir de base ao desenvolvimento das atividades econômicas, as quais, devido sua natureza, se chocaram com as relações de produção até então existentes.

As estratégias adotadas para a ocupação contribuíram significativamente para muitos dos impactos socioambientais na região. A interpretação da Amazônia não mais como uma região-problema, mas como um "vazio demográfico", ensejou o redimensionamento de vários órgãos que atuariam exclusivamente (ou não) na Amazônia.

Dentre as políticas públicas, várias estratégias foram empregadas, Oliveira (2000), cita diversos órgãos, instituições ou programas que atuariam com esse propósito, dentre os quais, lista-se: o Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), criado em 1942, visando financiar investimentos nos setores primários e secundários da economia na Amazônia; a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 e que, devido a escândalos de desvios de verbas foi extinta no governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo recriada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2002. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criada em 1967 para administrar os recursos advindos da instalação das empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM), que tem sido o principal responsável pelo crescimento econômico do Estado do Amazonas; a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Posto Indígena (PIN), criados em 1967, que atuariam no desenvolvimento de políticas indigenistas; o Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM), criado em 1968 e depois transformado em Centrais Elétricas do Norte (ELETRONORTE); o Radar da Amazônia (RADAM), criado em 1970, que foi inicialmente concebido para realizar o mapeamento da região, sendo extinto em 1985; o Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Região do Baixo Amazonas (GEBAM), atuante entre 1980 e 1984 e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), atuante entre 1980-1989. Também existiram os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, a transferência do Comando Militar da Amazônia da cidade de Belém para Manaus.

Com isso, a base da política de desenvolvimento passou a ser a ocupação da região e sua integração ao restante do Brasil.

A Amazônia era a última fronteira, era concebida como "território virgem" e precisava urgentemente ser ocupado e transformado em terra produtiva. Entretanto, "a

ocupação do vazio demográfico não significou melhoria nas condições de vida existentes. Ao contrário, muitas vezes criou formas de relação que excluíam antigos modos de vida" (OLIVEIRA, 2003, p. 67). Ou seja, os investimentos em infra-estrutura na região têm contribuído para a geração de desenvolvimento econômico. Entretanto, também contribuem para a geração de impactos socioambientais, especialmente nas cidades, na forma das ocupações irregulares, assoreamento e poluição dos igarapés, crescimento da insegurança, o não atendimento da demanda por mais serviços, e infra-estrutura física e social em cada município.

No estado do Amazonas, o processo se intensificou a partir dos anos 1980. Excetuando o Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, cujas primeiras empresas se implantaram no final da década de 1960, os grandes projetos começaram a ser instalados no Amazonas na década de 1980, tais como: a Usina Hidrelétrica de Balbina e o Projeto de Mineração Pitinga, localizados no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas. A cidade de Manaus, com aproximadamente um milhão e oitocentos mil habitantes, apresenta sérios problemas devido à precariedade dos serviços urbanos prestados à população.

### 3.2 Sobre a Produção do Espaço Urbano de Manacapuru

Em Manacapuru, município com 85.144 habitantes (IBGE, 2010), distante 68 km, de Manaus, a produção do espaço urbano não se difere de outras cidades do Amazonas. A cidade passou nas últimas décadas do século XX por um significativo desenvolvimento urbano. Importantes para isso foram a citada rodovia Manuel Urbano (AM 070), a fábrica "BrasilJuta", a Amazonjuta, as ocupações de terras urbanas, a instalação de um campus da UEA, o gasoduto Coari-Manaus e, também, o setores oleiro e as cirandas incentivaram a migração para a cidade.

Uma rodovia modifica a paisagem tendo uma repercussão geográfica que não se limita ao superficial, indo além, indicando a intensidade e a importância das relações entre os grupos sociais. A própria via sua construção, seus declives, as condições

anteriores a ela e as relações que se instalaram no local, a partir da possibilidade de circulação constituem-se num fato geográfico[13].

A rodovia tem um papel de destaque porque na maioria das cidades da Amazônia chega-se pelo rio, em Manacapuru é possível se chegar pelo rio Solimões e também pela citada AM 070, por isso ela difere-se de outras cidades da região, é sua especificidade. Assim, Manacapuru nos faz lembrar uma das cidades imaginárias descritas por Calvino (1990, p. 21): "Há duas maneiras de se alcançar Despina: de navio ou de camelo. A cidade se apresenta de forma diferente para quem chega por terra ou por mar".

Devido à construção da AM 070, viabilizou-se a implantação das fábricas de gelo, juta, pescado, o setor oleiro e, desenvolveu-se o comércio. Desde a conclusão da rodovia, o ir e vir passou por mudanças importantes para a maioria da população que mora às suas margens ou nos municípios próximos.

Os moradores da cidade de Manacapuru se deslocavam até a capital Manaus de caminhão que foi o primeiro transporte a fazer o percurso da "estrada precária de chão batido", expressão usada por Oliveira (2000), sobre a cidade de Presidente Figueiredo . Em seguida esse tipo de transporte foi substituído pelo micro-ônibus dirigido pelo próprio dono, José de Nazaré Teles.

Contudo, os primeiros transportes regulares para essa rodovia foram implantados por duas pequenas empresas, Mady, de propriedade da família Maddy e Nossa Senhora Perpétuo do Socorro da família Teles. Essas empresas detinham o monopólio do transporte de passageiros por ônibus que fazem o trecho Manacapuru-Cacau Pirêra distrito do município de Iranduba. Atualmente, permanecem duas empresas denominadas Entran e Master a fazer o percurso citado, incluindo Manacapuru, Novo Ayrão e Manacapuru-Manaus. Além das empresas de ônibus também há taxistas de Manacapuru e Iranduba.

A forma de circulação que se implantou após a conclusão da rodovia AM 070, e a concessão de linhas para grandes empresas de transporte se modificaram. Ainda, Oliveira

[13] Jean Brunhes. (1962). *Geografia Humana. Rio* p 94-5.

( 2000), diz que “  o deslocar inseriu-se no contexto maior de circulação da mercadoria e, neste sentido, rompeu com o modo de vida existente terminando a unidade que estava na base das antigas relações, dissolvendo os laços de amizade e solidariedade existentes até então”. E, acrescenta: “o deslocar-se para os moradores da estrada, passou de uma condição em que dependiam da forma de relação direta com pessoas conhecidas para relações impessoais em que passa a predominar o dinheiro”. (OLIVEIRA, p. 42)

As olarias se instalaram no município de Manacapuru porque seu território é delimitado por estruturas terciárias, cujos terrenos são de terra firme.  Confirma Souza (2007), “os tipos de relevo identificados no município são: Planalto Rebaixado da Amazônia, Planície Amazônica e Planalto Dissecado Rio Trombetas-Rio Negro”.

Acrescenta ainda que o Planalto Rebaixado da Amazônia constitui-se na: “maior unidade de relevo que ocorre no município. Este apresenta cobertura vegetal de Floresta Densa e Aberta. A feição geomorfológica predominante na área é de relevos com altimetria em torno de 100m, representados pelos interflúvios tabulares”. O Latossolo Amarelo, é muito utilizado na fabricação de telhas e tijolos, esse tipo de solo é encontrado no trajeto da rodovia, especialmente na faixa de terra localizada ao norte do município na divisa com os municípios de Novo Airão e Iranduba.  As indústrias são de pequeno e médio porte (Figuras 6 e 7).

Poucos proprietários das olarias são da cidade de Manacapuru, como por exemplo, o senhor Adalberto Araujo proprietário da olaria localizada na margem esquerda da rodovia localidade denominada de Ubim, a olaria do senhor Áureo Praiano localizada no bairro de Correnteza e João Dangelo proprietário da olaria Indústria e Comércio Rodrigues e Dangelo, (ICORD). Esta por ser na área central da cidade e causar impactos ambientais, foi fechada em 2007, inclusive porque findou a matéria-prima local.

Destacam-se as indústrias de grande porte: Miranda Corrêa, Nóvoa, Manauara e Manaus. Destas, apenas a primeira usa pó de serragem para cozer as telhas, as demais olarias valem-se do modo rudimentar de produção que consiste na retirada de madeiras para aquecer o forno com lenha.

**Figura 6:** Depósito da olaria Praiano
**Fonte:** Lima, 2011.

**Figura 7:** Forno da olaria Praiano
**Fonte:** Lima, 2011

De acordo com as informações do presidente da Associação dos Olericultores, senhor Francisco Maranhão proprietário de uma grande indústria de tijolos, as cerca de 40 olarias existentes estão entre Manacapuru e Iranduba. Destaca-se que alguns proprietários vieram da região Nordeste para Manacapuru (2000), porque a área é rica em matéria-prima, o solo é barato.

Essas indústrias, com a fabricação de tijolos[14] e telha de barro, abastecem o mercado de Iranduba, Manacapuru (que possui grandes redes de material de construção), e a capital Manaus. Os agentes produtores desse espaço, os industriários, abastecem as redes de construção, e as mesmas possuem convênio com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil no sentido de financiar o material de construção para a população que tem uma renda acima de três salários mínimos. Tanto a Caixa quanto o Banco do Brasil financiam construções. Assim, lembramos Santos, quando escreve que: "no circuito moderno, as linhas de crédito são abertas seletivamente para estimular a produção, no circuito inferior são as necessidades do consumo que estão na origem do crédito" (1979, p.189).

Nesse sentido, esses agentes industriários, empresários e comerciantes produzem(iram) espaço urbano, pois além de estarem vinculados ao setor da habitação, também atraem a população ribeirinha de outras cidades que migram para Manacapuru em busca de trabalho nas olarias, nas empresas e nos supermercados da cidade.

Acrescenta-se, ainda, que a Prefeitura de Manacapuru faz licitação para aquisição de materiais a ser utilizado na construção de escolas públicas e na expansão urbana da cidade.

Também contribuíram para o crescimento de Manacapuru, a decadência das fibras Juta e malva, pois a população ribeirinha, responsável pelo fabrico da juta, migrou para a cidade em busca de emprego, mas acabou por reforçar as atividades do circuito[15] inferior da economia urbana. Ainda cabe citar, novamente, o fenômeno da cheia do rio Amazonas, pois é quando ocorre o maior movimento de migração da população interiorana para a cidade, em busca de moradia e trabalho temporários.

---

[14] O valor do tijolo em Manacapuru atualmente varia de R$ 400.00 à R$ 420,00 o milheiro, em Manaus R$ 500,00, em Tefé R$ 550,00.

[15] Ver. Milton Santos. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp., 2004. O circuito inferior da economia urbana é o "Resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizada por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que tem uma filiação comum" (p.158). "O trabalho é o fator essencial no circuito inferior quando no circuito superior é o capital." (p.160)

Atualmente o mercado de fibra de malva tem como principal empresa do segmento a Companhia Têxtil de Castanhal que possui sede no Pará com filial em Manacapuru e Parintins. A companhia foi fundada em 1966 e operam na produção de fios, telas e sacos de juta para diversas finalidades. Em Manacapuru, possui 7 funcionários fixos e inúmeros temporários, que na época da safra chegam a aproximadamente cem pessoas.

A decadência da produção da fibra ocorreu nos anos 1970, tendo em vista a comercialização da sacaria de polipropileno.

A produção das fibras de malva e juta que, outrora, foi responsável por grande parte da arrecadação do Estado do Amazonas, está retomando seu crescimento, e voltando a ocupar o lugar de destaque entre os grandes produtos da região, visto que no Amazonas se tem dois períodos sazonais, cheia e seca, que contribuem para a fertilização natural do solo, propício para o plantio das fibras. Parte desta retomada é a instalação, em Manacapuru, de outra empresa de juta, a Amazonjuta, em 2002, que transforma toda a matéria-prima em sacos que são vendidos para São Paulo e Minas Gerais. A empresa é de propriedade do Grupo Cidade, precisamente de Orlando Cidade, residente em Manaus, e que nas eleições de 2010 foi eleito deputado estadual pelo estado do Amazonas.

O funcionamento dessa empresa alterou a dinâmica da cidade, pois gera 600 empregos, com salário mínimo. A maioria dos operários são mulheres que trabalham na classificação das fibras e posteriormente nas máquinas para fazer as sacarias, o trabalho se dá em dois turnos de segunda-feira até sábado, segundo informação do funcionário Francisco Gilberto de Souza. As avenidas do entorno que eram utilizadas por transeuntes locais atualmente possuem forte movimento pendular dos trabalhadores que chegam de diversas partes da cidade utilizando-se de motos, bicicletas e carros.

Os fardos da juta e malva chegam até a empresa por via terrestre e fluvial, por via fluvial ocorre quando o rio está cheio, no período de março a julho é quando os barcos navegam no rio Miriti escoando a produção no porto da empresa. No período da seca são os caminhões que transportam o produto no porto principal da cidade.  Ainda, a fibra

chega até o porto da cidade por barcos que navegam no rio Solimões, as fibras são retiradas para os caminhões que as conduzem até a fábrica de sacarias.

Visando atender à crescente demanda pelo ensino superior, o governador Amazonino Mendes, em 2002, implantou em Manacapuru, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA)[16], no bairro São José. Nesse sentido a cidade se expandiu e refletiu a forte influência da instituição no crescimento populacional.

A UEA iniciou suas atividades com um curso preparatório de professores para trabalhar em todo o ensino fundamental PROFORMAR. Atualmente, essa modalidade foi substituída pelo curso de Pedagogia.

Seja pelos empregos, seja pela oportunidade de estudo superior, Manacapuru tem atraído população. Sobre o papel de atração da cidade, Beaujeu-Garnier diz que:

> O importante é considerar que a cidade, concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação...), com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto, a cidade existe materialmente; atrai e acolhe habitantes aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam; é o lugar onde os contatos de toda a natureza são favorecidos e maximizados os resultados a cidade contribui essencialmente para a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço longínquo com o qual mantém ligações complexas. Mas o corolário desta função objeto é um verdadeiro papel de intervenção, de função sujeito. (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 11).

[16] Essa instituição em Manacapuru veio consolidar a esperança de um povo, que por muito tempo ficou esquecido, fazer um curso superior para os manacapuruenses era um sonho, concretizado apenas pelas classes sociais de alto poder aquisitivo que encaminhavam seus filhos para estudar em Manaus na Universidade Federal do Amazonas ou em instituição particular. A UEA iniciou com o curso denominado PROFORMAR (Programa de Formação de Professores), e atualmente existem os cursos de licenciatura de forma modular. Segundo o reitor, José Aldemir de Oliveira, na aula inaugural realizada no dia 12 de abril de 2011, a UEA no primeiro semestre recebeu 233 novos acadêmicos e conta com 8 turmas.

E assim, os grupos sociais utilizam e moldam a cidade, mas, ao mesmo tempo, ocorre grande influência do espaço urbano sobre os seus habitantes. Assim, especialmente nas grandes aglomerações urbanas, o planejamento organiza o espaço e as funções, de modo que se resulte no habitante como usuário. Desse modo, a cidade passa a ter para alguns habitantes, valor de uso e, para outros, valor de troca. Os investimentos realizados em Manacapuru contribuíram para que os investidores, para os quais a cidade tem valor de troca, pudessem estimular a expansão urbana pela ampliação da oferta de emprego. Como se pode depreender, o fenômeno essencial que determina o crescimento urbano do município é a migração: de pessoas provenientes de outras regiões do País (rural-urbana, urbana-urbana), das comunidades ribeirinhas e das comunidades interioranas (rural-urbana), seja fugindo das cheias, seja em busca de emprego.

Em Manacapuru, as sucessivas administrações do prefeito Angelus Figueira reforçaram seu poder local e deram um caráter personalista ao processo de produção do espaço urbano. Um caráter contraditório, marcado por complementaridades e conflitos, pois se houve a produção de significativos avanços sociais (criação da Reserva do Piranha, do Hospital da Mulher, do Parque do Ingá, a ampliação do número de escolas, a extensão da UFAM, criação de postos de saúde e áreas de lazer, um plano urbanístico etc.), houve também a produção de mazelas (favelas, poluição ambiental, etc.). O resultado de sua atuação foi a indução da mudança de direção do crescimento da mancha urbana para norte, leste e oeste fazendo surgir diversos bairros nas décadas de 1970 a 2000, dentre eles o de Biribiri.

Foi durante as gestões do referido prefeito, que a cidade foi mais bem urbanizada: água, esgoto, asfaltamento nos bairros pobres. Houve, também, melhorias na educação municipal, tanto na área urbana como na rural, devido à implantação de escolas para o ensino fundamental e médio; valorização do professores no sentido de melhorar a qualificação profissional e; implantação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que iniciou com o curso de Licenciatura em Letras, em 1994, e prosseguiu com o seu sucessor Eládio Albuquerque.

Novamente, na administração de Angelus Figueira, houve a cessão de uma área pública para a construção de um novo prédio da UFAM, localizado a 7 km da cidade próximo ao balneário do Rio Miriti, que iniciou com os cursos de Educação Física, Ciências Naturais, Matemática, Pedagogia e Geografia e, em 2000, o primeiro curso *Latu Senso* em Especialização de Metodologia do Ensino Superior. Por falta de interesse político os cursos da UFAM inexistem na cidade, e no prédio funcionam as secretarias do Poder Público municipal.

Considerando a dinâmica intra-urbana, uma das mudanças mais expressivas do crescimento recente de Manacapuru talvez tenham sido a implantação e o incremento de empreendimentos comerciais e de lazer, disseminados na área urbana, elementos que desde a fundação da cidade encontravam-se presentes apenas na área central. Cabe ainda mencionar, a construção de quadras poliesportivas em diversos bairros da cidade, a valorização do solo por loteamentos fechados, os grandes supermercados os grandes empreendimentos comerciais como lojas de eletrodomésticos e eletrônicos existiam há décadas atrás, porém com a construção da ponte sobre o Rio Negro aumentou a procura pelo solo urbano na área central da cidade. Atualmente, são diversos supermercados e lojas que fazem concorrência de preços e mercadorias.

De acordo com algumas entrevistas realizadas, a procura pelo Município ocorre pelo fato dele ser próximo da capital Manaus. Acrescenta-se ainda, que além da área central da cidade, os supermercados, lojas de eletrodomésticos e de material de construção estenderam-se para alguns bairros como o Novo Manacá, Liberdade Corretenza, Morada do Sol. A procura pelos bairros ocorreu por serem distantes do centro e serem os bairros mais populosos. Os proprietários dos supermercados, e de lojas de material de construção são da própria cidade, mas os de eletrodomésticos são filiais de lojas da capital Manaus, que compraram residências e até mesmo alguns hotéis na área central por exemplo, o “Coqueiro Hotel”que foi vendido para a instalação da Bemol entre outros a TV Lar, Apa Móveis e Lojas Esplanadas.

A instalação de redes bancárias, de obras federais, como as do Programa de Atendimento ao Cidadão (PAC), e o aumento na frota de carros redesenharam a cidade. Em relação à frota automobilística, em 2009, foram contabilizados 1.275 veículos.

Além das agências bancárias localizadas no centro da cidade existem diversos caixas eletrônicos nos supermercados localizados nos bairros. Ademais alguns bairros surgiram à custa de ocupações como os bairros do Biribiri, Correnteza, Liberdade, Morada do Sol, Novo Manacá, União e Aparecida, outros por loteamento de propriedades particulares atendendo os setores das classes médias como os loteamentos Deus é Fiel, Lago Azul e o loteamento fechado de propriedade do empresário Frazão, essas residências são adquiridas através da Caixa Econômica Federal com financiamento em longo prazo pelo programa do governo federal "Minha casa minha vida".

O surgimento de novos bairros, com a produção da moradia, nos ajuda a compreender, sem abandonar toda a riqueza da morfologia urbana, a aparência da cidade, tornando-se importante no tecido urbano e no conteúdo demográfico da cidade. Neste sentido, os agentes mais importantes da produção do espaço urbano de Manacapuru têm sido o Estado e os agentes imobiliários com interesse na área central da cidade, que passou de local de moradia para local de comércio – as residências mais antigas tornaram-se hotéis, drogarias, supermercados e comércio informal. (Figuras, 8, 9 e 10)

**Figura 8**: Centro Histórico, primeira rua e primeira serraria, a "Agapito".
**Fonte:** Arquivo Araújo

**Figura 9:** Residência reformada pelo Poder Público, atual SESC
**Fonte:** Lima, 2010.

**Figura 10:** Clube Municipal atualmente utilizado por área comercial
**Fonte:** arquivo Sebastião, 1980.

### 3.3 O Festival de Ciranda de Manacapuru: Atividade Urbana, Cultural e Econômica

O estudo da cultura[17] popular tem adquirido importância em estudos geográficos nas últimas décadas, com ênfase em processos sócio-culturais que têm como contraponto as cidades. Há também interesse em investigar o passado, baseando-se no conceito de cultura para desvelar formas de sociabilidade e resistência de grupos sociais, não raros, considerados subalternos na cultura brasileira, como negros, escravos, migrante e outros mais. A cidade pode ser considerada como um espaço de diversas manifestações culturais. Nesse sentido, Braga (2009, p. 08) pensa a cidade "como um espaço de múltiplas manifestações da cultura popular. Lugar de trocas, encontros e desencontros de diferentes atores sociais".

Entende-se, pois, que a cidade é um conjunto de espaços fragmentados com características próprias, balizados na prática sócio-espacial de cada segmento da sociedade que os ocupa.

Assim, no contexto urbano contemporâneo, as manifestações culturais ganham nova visibilidade e legitimidade, apropriadas como elementos de reconstituição de identidades deterioradas e de inclusão social. Este é o caso de Manacapuru.

Em termos de cultura, os festivais culturais e religiosos, e os eventos ligados aos setores da economia de Manacapuru, movimentam milhares de pessoas da própria cidade, assim como de outros municípios próximos, sobretudo de Manaus. Há o festival da Canção de Manacapuru, a Feira Municipal da Indústria, Artesanato e Turismo (INDUSTRIARTE), dentre tantos outros, eventos, porém, nenhum é maior que o Festival de Cirandas (Figura 11), realizado sempre no último final de semana do mês de agosto, durante três noites.

---

[17] Ver Núcleo de Estudos Espaço e Cultura (NEPEC) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

**Figura 11:** Rotatória localizada na estrada Manuel Urbano entre os bairros Terra Preta e São José.
**Fonte:** Lima, 2011.

As cirandas que se apresentam em Manacapuru mostram algo diferente do que se conhece: é uma manifestação cultural complexa e diferenciada que propiciou ao município sair do anonimato nacional e até internacional. Além disso, trouxe para a cidade transformações em seu espaço urbano, social e cultural.

A população manacapuruense recebeu a dança da ciranda de braços abertos, e com isso tornou-se um dos maiores festivais folclóricos do Amazonas, desenvolvendo o turismo e gerando renda para os diferentes grupos sociais locais.

O Festival é promovido pelas Cirandas Grêmio Recreativo Flor Matizada, Associação Folclórica Unidos dos Bairros – Tradicional, e Grupo Recreativo e Folclórico Guerreiros Mura com o apoio da Prefeitura de Manacapuru e do Governo do Estado do Amazonas.

A Ciranda é um complexo folclórico, formado de um aglomerado de cantigas, algumas tradicionais do Brasil e de Portugal.

Manacapuru, a idéia teve início com o professor José Silvestre do Nascimento e Souza, após aceitar a proposta do diretor à época do Colégio Comercial Sólon de Lucena,

em Manaus, para montar um cordão folclórico para a escola. Depois de tentar apresentar outros tipos de cordões folclóricos aos alunos, Silvestre teria ensinado a "Dança da Ciranda", que inicialmente ficou conhecida como Ciranda de Tefé (cidade do Amazonas).

No início dos anos 1980, sob a orientação do próprio Silvestre, uma professora, a Sra. Perpétuo Socorro de Oliveira levou a brincadeira para Manacapuru, a convite do prefeito Pedro Rates de Oliveira, montando a ciranda “Flor Matizada” na Escola Estadual de Nossa Senhora de Nazaré. O sucesso foi imediato e, rapidamente, duas outras escolas entraram na brincadeira: a Escola Estadual José Mota, que criou a ciranda “Guerreiros Mura”, e a Escola Estadual José Seffair, com a “Ciranda Tradicional”.

As três escolas inauguraram o festival e o disputam até hoje. Atualmente, há o envolvimento dos bairros nas apresentações. Cada bairro organiza sua torcida e contribui com o trabalho artístico nos barracões. Em média, 60 pessoas trabalham em cada barracão, executando tarefas coordenadas pelo artista encarregado de desenvolver os temas escolhidos pelas diretorias dos três cordões. A disputa pelo título, a rivalidade entre os grupos de brincantes, que se autodenominam representantes de escolas e bairros onde foram fundadas, fazem com que o trabalho nos barracões desenvolva-se sob segredo.

Os cirandeiros são alunos das escolas do município, que estão localizadas nos bairros da Liberdade, Terra Preta, Biribiri e centro da cidade. Na época dos ensaios cada participante escolhe sua ciranda dando preferência para a localização territorial de cada escola. No caso dos cirandeiros do bairro da Liberdade pertencem à agremiação da “Guerreiros Muras”; os do bairro do Biribiri, São Francisco e Centro, participam da Ciranda “Flor Matizada”, os do Bairro de Terra Preta, Morada do Sol e adjacências participam da “Ciranda Tradicional”.

As disputas entre as cirandas ocorriam somente por ocasião do aniversário da cidade, mas a festa cresceu e culminou com a criação do Festival de Cirandas no Parque do Ingá. Esse local era uma área do Poder Público considerado obstáculo para expansão da cidade, por ser um charco (pântano) e limitar-se com o igarapé denominado de Baixa Grande, localizado na área central da cidade. O local da apresentação das Cirandas é

conhecido como Cirandódromo, o qual concentra em sua estrutura, espaço para arquibancadas, com capacidade para 25 mil pessoas por apresentação e, na sua área externa, cerca de 20 mil pessoas que usufruem a diversificada praça de alimentação.

O primeiro Festival de Ciranda competitivo foi promovido somente em 1997, na gestão do prefeito Ângelus Figueira. A partir de então, a brincadeira tomou *status* de manifestação folclórica e a cada ano apresenta mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade (BRAGA, 2007).

Na atualidade, a ciranda está mais dinâmica, adaptou-se aos novos tempos, buscando mostrar por meio da manifestação popular a história do povo, sua origem e lendas, com novas músicas e ritmos, com indumentárias características ao tema desenvolvido a cada festival, e alegorias, com seu bailado cadenciado, transformando-se na paixão do manacapuruense, esta procura ultrapassar a barreira do regionalismo mostrando ao mundo suas força e arte.

Durante este período, pode-se observar o deslocamento de um número considerável de vendedores ambulantes provenientes de Manaus e cidades próximas que disputam espaço e clientes com os vendedores locais na área externa do Cirandódromo. Diferentes produtos são comercializados, no entanto, predominam os vendedores de comidas e bebidas.

Na opinião dos moradores da cidade, a ciranda gera renda, por isso tornou-se tão importante do ponto de vista econômico e cultural, uma vez que, durante o período que antecede o festival muitos novos empregos são criados com o objetivo de melhorar a infra-estrutura da cidade para receber os turistas. Para os manacapuruenses, a ciranda é a identidade cultural da cidade que se tornou um negócio rentável.

Pode-se observar como o conceito de cultura é associado à cidade, ou seja, um evento que resume e totaliza as manifestações de diferentes categorias de pessoas, administradores, brincantes e demais moradores que estão envolvidos com a promoção e produção de um evento que, em última instância, é assumido como identificador ou significante da própria cidade.

De acordo com Bauman (2005):

> Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, posto que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age, e a determinação de se manter firme a tudo isso, são fatores cruciais para o pertencimento quanto para a identidade.

É assim que verificamos a importância do Festival de Ciranda para a promoção da cultura e do patrimônio imaterial popular urbano, associado à própria dinâmica da cidade, a processos de inclusão dos sujeitos da cultura popular e de novas formas de cidadania.

Do ponto de vista etnográfico, há uma expressiva participação de pessoas na organização da festa, cada um encontra responsabilidade dentro do festejo. Nos finais de semana são realizados eventos para ajudar no custeio da apresentação principal. Embora o evento receba apoio financeiro do Governo do Estado e da prefeitura local, os recursos são insuficientes. Além destes eventos, os ensaios acontecem no horário da noite e nos finais de semana, movimentando também uma boa parte dos moradores da cidade. A familiaridade e a solidariedade são muito presentes durante os trabalhos nos barracões das cirandas. Em geral, são todos amigos que cresceram juntos, donas de casas, autônomos e jovens que se reúnem, principalmente, nos finais de semana para a confecção de fantasias e adereços. São dias e noites de trabalho contínuo das equipes que se revezam. O trabalho é espontâneo e voluntário, com exceção de alguns artistas plásticos provenientes da cidade de Parintins, que desenham as alegorias.

É no barracão que os contornos das alegorias começam a ser delineados. O que pertencia à imaginação de um grupo de pessoas passa a ser retratado pelos artistas plásticos que dão a forma desejada. O amor pela ciranda e o encantamento que ela representa para esta cidade passa ser o dia-a-dia daquelas pessoas que trabalham sem medir esforços.

Festas, trabalho, confecção de fantasias e alegorias, reivindicações, solidariedade, competição, troca, conquistas, construção de sonhos, derrotas, desilusões, todos esses elementos são vividos naquele espaço apropriado e conquistado pelas agremiações.

Inserir-se no espaço garantiu às agremiações, direitos. Aqueles espaços ocupados se personificaram porque as pessoas deram vida a eles. É lá que elas se reúnem e compõem uma fantasia e sonho comuns: a ciranda e a construção da beleza e da arte. Aquele que compõe esse sonho transforma-se momentaneamente em outro ser, uma vez que, por intermédio da festividade, ultrapassa seu cotidiano e sua história pessoal.

Cox (1974), afirma que por meio da concretização da fantasia o indivíduo se transforma:

> A fantasia revela com a festividade, a capacidade do homem ir além do mundo empírico do aqui e agora. Mas a fantasia excede a festividade. Por ela o homem não só vive e antecipa, ela refaz o passado e cria futuros totalmente novos. A fantasia é como que um húmus do qual brota a habilidade do homem novo. A fantasia é a fonte mais rica da criatividade humana.

A Ciranda de Manacapuru é apresentada em arena exclusiva, e está nas transmissões ao vivo dos canais de televisão, competindo no mercado da indústria cultural e servindo de ponte aos interesses políticos e econômicos da cidade que ela representa. Nogueira (2008, p. 132) confirma que:

> Em cinco anos de festival, dois dos quais transmitidos pela televisão, a ciranda já conseguiu mobilizar milhares de turistas. O termômetro desse fenômeno é a ocupação dos hotéis muito antes do evento, que sempre ocorre na última semana do mês de agosto. O cirandródomo fica lotado, embora ainda não seja necessário que o espectador chegue algumas horas antes para garantir vaga na arquibancada, como observei no festival de 2001.

A festa da Ciranda movimenta a economia da cidade, pois são instaladas diversas barracas patrocinadas pela Coca-Cola, por representantes das motos Honda, de celulares da TIM, VIVO e da CLARO, empresários locais, artesanato e restaurantes. Esses

vendedores não são somente da cidade, alguns esperam a chegada das Festas da Cidade e da Ciranda para viajarem até Manacapuru vindo de outras "festas"[18] espalhadas pelas cidades amazônicas. A rua Bulevar Pedro Rates, que é uma continuidade da Rodovia Manuel Urbano, e atravessa a cidade de leste a oeste, dá acesso ao Parque do Ingá, local da apresentação das cirandas. Essa rua torna-se pequena para os transeuntes, torcedores, brincantes com fantasias e barracas que se aglomeram nas proximidades do Parque.

Sobre a questão da festa como momento de mudança social ou válvula de escape da sociedade, Ferlini (2001, p.449) escreve que:

> As festas, neste caso, se constituem em importante espaço de sociabilidade, com suas alegorias, representações e elaborações dos conflitos, uma espécie de válvula de escape, que torna possível a vida comunitária. Por meio da fantasia, da criação/re-criação livre, as revanches são retrabalhadas em espaço lúdico, as frustrações e reivindicações são expressas. É o momento de desarranjo/rearranjo que equilibra a sociedade e torna possível sua manutenção e reprodução.

Como anotou poeticamente Amaral (1998, p.274), na *festa à brasileira* se "reconhece a força nas massas que caminham por grandes avenidas, empurrando carros alegóricos com símbolos de sua história, empurrando a própria história, em toda a sua história, levando em frente suas paixões e suas utopias".

As Cirandas têm contribuído para a produção e reprodução do espaço urbano de Manacapuru, no sentido do incremento da economia urbana e do aumento considerável da rede hoteleira, sobretudo a partir de 1990. Antes dessa data, os hotéis situavam-se na parte central da cidade.

Atualmente essa rede estende-se para todos os bairros, inclusive o Biribiri, que possui um dos melhores hotéis da cidade, assim como o comércio de materiais de construção que na época da Ciranda torna-se mais movimentado, tendo em vista a venda de ferragens para a construção dos carros alegóricos que cada ciranda apresenta – em média de seis a oito carros. Ampliaram-se as áreas de lazer como os balneários da bacia

---

[18] Por exemplo, a festa dos bois bumbas no município de Parintins e Fonte Boa, a festa do açaí em Codajás, da banana em Coari, da castanha em Tefé.

hidrográfica do Miriti e o número de restaurantes, além do incremento da economia do circuito inferior da economia urbana (Santos, 2004), que toma conta das praças e principais avenidas da cidade.

Ademais, a cidade foi reestruturada, pois houve a necessidade de um espaço para a representação das agremiações, como também de um espaço para os ensaios e construção dos carros alegóricos e, nesse sentido, foram construídos pelo Estado três galpões em três bairros da cidade, locais de fundação das agremiações.

O primeiro situado na área central da cidade, de propriedade da Ciranda "Flor Matizada", o segundo no bairro de Terra Preta, pertencente a "Ciranda Tradicional" e o terceiro foram construídos no bairro da Liberdade para a "Ciranda Guerreiros Muras". Esse último bairro se caracterizava, na sua totalidade, por ser periférico, com índice muito elevado de violência e por isso, foi por um período chamado de Chaparrau (atual bairro da Liberdade). Este fato mudou devido à implantação de infraestrutura no bairro como construção de escolas, e local de lazer para os jovens. Para a opção de lazer foi construída uma Quadra Poliesportiva denominada de "Átila Lins". Assim, como as construções das Escolas Estaduais José Mota, José da Luz e Regina Fernandes. Com o funcionamento da Escola "José Mota", a ciranda estendeu-se para essa escola, que a denominaram de Ciranda "Guerreiro Mura". É importante acrescentar que, para participar da brincadeira é preciso ser aluno e ter boa conduta. Ainda, ciranda promoveu, assim, um tipo de política educacional no bairro.

Cabe lembrar, que a construção do Parque do Ingá e do Galpão da Ciranda Flor Matizada, tiveram efeito análogo, além de proporcionarem o aumento do preço do solo urbano no conjunto habitacional Alberto Ventura. Isso é um exemplo de como a ciranda atua na produção do espaço da cidade. Na área do conjunto, há uma especulação comercial, pois algumas residências já estão sendo transformados em restaurantes, lanchonetes, hotéis e pousadas.

Além disso, a Ciranda movimenta a economia da cidade por seis meses desde os ensaios que se iniciam no mês de fevereiro, até a apresentação final no mês de agosto, período que se intensifica o fluxo de transportes terrestre e fluvial em Manacapuru.

### 3.4. A Importância da Ponte Sobre o Rio Negro para Manacapuru

Com 3.595 metros de comprimento, a primeira ponte de grandes dimensões construída sobre um rio em solo amazônico é também a maior ponte estaiada do Brasil em águas fluviais e a segunda no mundo, atrás apenas da ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela. Por isso, ao lado do Teatro Amazonas, vem sendo considerada o maior e mais importante monumento arquitetônico do Estado, além de representar um marco na integração da Região Metropolitana de Manaus (RMM), criada em 2007 com oito municípios amazonenses e cerca de 2 milhões de habitantes.

A extensão total do empreendimento é de 12 km. A ponte foi construída fazendo a interligação da Avenida Brasil no bairro da Compensa, local denominado de Ponta do Pepeta, localizada à margem esquerda do Rio Negro, ao porto da Rodovia AM-70, margem direita Distrito do Cacau Pirêra no município de Iranduba. A escolha deste local específico recaiu sobre dois pontos básicos: menor distância entre as duas margens e menor interferência no sistema viário existente.

É um empreendimento complexo, com muitos detalhes de tecnologia construtiva, que inclui a ponte em si, as instalações de vias de acesso, alteração parcial do traçado atual de vias na zona urbana de Manaus, até subprojetos de drenagem, iluminação, pavimentação, urbanismo e construção de passagens de nível[19].

A ponte tem dois trechos convencionais, localizados próximos às margens do Rio Negro e dois trechos chamados estaiados, (com 400 metros de trecho suspensos por

[19] Outros detalhes podem ser encontrados no Projeto Básico Geométrico, no Projeto Funcional e no Memorial Descritivo constantes do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), disponível onde site *crea-pr.org.br* acesso em 2 de jun. 2011

cabos) localizados na parte central do rio, sustentados por uma torre central em formato de diamante (Figura 12). Copia-se no Amazonas o símbolo da modernidade urbana da atualidade em todo o País – as pontes estaiadas. Comporta quatro vias de acesso para automóveis duas de ida e duas de volta duas pistas para pedestres, estas protegidas por passarelas de proteção em alvenaria e grades de ferro, todas sinalizadas, e controle de velocidade por efetivo do (DETRAM) e policiais militares.

**Figura 12:** Visão artística da ponte sobre o rio Negro
**Fonte:** Disponível em: www.foxitsoftware.com. Acesso em: 28 abr. 2011

O empreendimento, que liga Manaus ao município de Iranduba (a 27 quilômetros da capital), representa muito mais que uma solução logística para o escoamento da produção e o transporte de pessoas. A ponte abre um leque de novas oportunidades e de desenvolvimento socioeconômico para o interior. Com a ponte sobre o Rio Negro, o Governo do Amazonas fomentará a economia e ampliará a oferta de equipamentos públicos, principalmente nos municípios da RMM diretamente influenciados pelo empreendimento: Manaus, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão.

A construção da ponte sobre o Rio Negro surgiu da urgente necessidade básica de se propor alternativas para a expansão urbana da cidade de Manaus. Nesse sentido, o discurso é de que o projeto promove a geração de novos espaços habitacionais, oportunizando a consolidação da Região Metropolitana de Manaus, por conseqüência, desafogando a pressão sobre as áreas urbanas consolidadas. Em verdade, consolida a função de cidade-dormitório para os municípios vizinhos, com ônus para os municípios, inclusive do entorno, ou seja, uma exportação dos pobres de Manaus para as cidades vizinhas.

O interesse por este empreendimento partiu do Governo do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, do Partido Liberal (PL), que governou por duas vezes o Estado no período de 2003 a 2010, e que por intermédio da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado (SEINF), órgão responsável pela condução de todas as ações sobre o projeto de construção da ponte sobre o Rio Negro, deu início à construção. Os recursos financeiros foram solicitados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, o cronograma de execução da obra teve previsão de duração de trinta meses.

O projeto permite a elaboração, a implantação, de um Plano Diretor urbano global e setorizado para o novo espaço – habitação, saneamento básico, transportes, sistemas viário, institucional, industrial e comercial, com incorporação do complexo viário da margem direita (Iranduba) à malha viária projetada, na margem esquerda (Manaus). O acesso à malha viária urbana principal e vias secundárias na região dos bairros envolvidos na parte de intervenção urbana de Manaus sofre mudanças drásticas. Outrossim, com as mudanças ocorridas pela ponte sobre o Rio Negro, as invasões em bairros pobres de Manacapuru tende a aumentar.

A construção da ponte justifica-se pela sua conciliação com os projetos, já em executado, de construção e interligação de novos terminais hidroviários, em especial o de Manacapuru, que irá atender as demandas econômicas dos municípios da calha do Solimões. O projeto tende a diminuir os custos de transporte até Manaus dos produtos provenientes dos municípios da calha dos rios Solimões, Juruá, Javari, Santo Antonio do

Içá, e Purus, atendendo os anseios dos produtores. Neste caso o projeto favorece a recepção de todas as cargas dos produtos oriundos desses municípios e acelerará a sua chegada a Manaus. Já que aproximadamente 65% da produção destes municípios interioranos destinam-se à capital. Nessa perspectiva, o fluxo de transeuntes, a rede de transportes coletivos, e o desembarque de produtos agrícolas para o mercado da capital Manaus, aumentarão. Em Manacapuru (a 68 quilômetros de Manaus), com a revitalização do porto da cidade, a meta do Governo Estadual é tornar o município um entreposto de cargas, reunindo produtos de outras cidades amazonenses com destino ao mercado de Manaus. Para fomentar este corredor, o Estado também já conta com um projeto para duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070), para o qual aguarda liberação de financiamento do BNDES, da ordem de R$ 162 milhões. A estrada liga Iranduba a Manacapuru.

A Ponte atraiu novos investimentos, mais intensamente, ao longo da AM-070 que liga Manaus a Manacapuru, pela confiabilidade de fácil acesso a novos mercados de Manaus. Também, excluiu o forte impacto social (serviço de baixa qualidade, custos crescentes, filas para a travessia, congestionamentos, riscos nas manobras de embarque e desembarque) causado pelo antigo sistema de travessia por balsa, devido ao grande fluxo de pessoas e veículos. Pois cerca de 170.000 pessoas residem em municípios próximos a Manaus que, por intermédio de balsas, atravessavam o Rio Negro.

Assim, a construção da ponte possibilita o fácil deslocamento da população às localidades adjacentes, e acesso ao lazer em diversos balneários existentes entre os quais se destaca o balneário do Miriti, sendo o mais freqüentado pelos banhistas por ser de fácil acesso terrestre, esse rio abrange a cidade no sentido leste-oeste com sua jusante no rio Solimões. Ainda, facilita o deslocamento e o transporte intermunicipal de cargas, principalmente, criando novo impulso para o setor oleiro e atendendo a indústria cerâmica do município de Iranduba e Manacapuru no escoamento de sua produção atual de 50 milhões de tijolos/mês, gerando três mil empregos diretos e dez mil indiretos.

Da mesma forma pressupõe-se, que com o benefício da ponte haverá ampliação da oferta de emprego. A execução do empreendimento gerou, no pico da obra, entre 660 e 1.100 empregos diretos e, aproximadamente, 3.000 indiretos. A mão de obra especializada veio de diversos Estados como Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, e a mão-de-obra operária veio de municípios do entorno da cidade de Manaus, inclusive Manacapuru.

Na fase de operacional da ponte, em função dos serviços de sua manutenção novos postos de emprego seriam disponibilizados em caráter permanente. O empreendimento da ponte foi inaugurado e entregue a população no dia 24 de outubro de 2011.

Considerando o tipo de crescimento predominante dos bairros de Manacapuru, ou seja, à base de ocupações e de construção de conjuntos habitacionais em mutirão, com explícito interesse político paternalista, pensa-se que a ponte poderá resultar no aumento de bairros pobres e precários, com comprometimento social e ambiental urbano, como ocorre no Biribiri.

Observa-se, do exposto no capítulo, que a produção do espaço de Manacapuru atende os interesses econômicos importantes do Estado, como a citada ponte sobre o Rio Negro; as atividades culturais e comerciais, como a Ciranda e a instalação de indústrias como as oleiras e as de fibras de malva e juta. Além do incremento proporcionado pela instalação das universidades públicas.

A valorização de terras urbanas e rurais nas áreas metropolitana fruto dessas atividades, mais as migrações rural-urbano, tem resultado em bairros empobrecidos, com partes ou integralmente em áreas insalubres, ou seja, criando impactos socioambientais negativos, como é o caso do Bairro do Biribiri.

Contudo, cabe questionar como é o Bairro do Biribiri, quais são os impactos socioambientais existentes e como ambos são reproduzidos.

# CAPÍTULO 4

# MANACAPURU E A PROBLEMÁTICA DO BAIRRO DO BIRIBIRI

## 4.1 O Bairro Como Elemento de Análise

Na construção do espaço urbano, o bairro pode ser observado como sendo uma espécie de micro espaço dentro da própria cidade. O bairro constitui-se para um grande número de indivíduos, no principal espaço vivenciado ao longo do seu dia-a-dia. É nele que, muitas vezes, os laços de amizade e vizinhança se estreitam criando uma sensação de pertencimento àquele lugar. Seabra (2003),” é no bairro que diversas experiências da vida social acontecem, tais como a moradia, o comércio, o trabalho, o lazer e outras relações estabelecidas nesse espaço”. Essas experiências suscitam a noção de pertencimento dos moradores ao referido bairro. Portanto, ao se configurar enquanto estrutura em que as relações sociais se concretizam, é possível afirmar que os bairros desempenham um relevante caráter histórico, alicerçado em suas origens, ocupação e formas de uso.

O conteúdo do bairro é definido pela disposição dos caminhos, das ruas, ruelas das casas, da vida de bairro que pode ser apreciada pela sua singularidade, como afirma Seabra (2003), descrevendo os bairros de São Paulo (p. 34): “cada bairro com seu perfil traduzia um conteúdo cultural. É com todas as suas especificidades que a vida de bairro tem estado no substrato mais fundo do processo de urbanização”.

De acordo com Souza (1989, p. 153), a origem etimológica da palavra bairro provém do vocábulo árabe *barr* ou *bar*, cujo significado corresponde a terra, ou campo imediato a uma população.

Existe uma grande discussão acerca da definição dos limites precisos do bairro. Essa delimitação se faz necessária para o planejador e o administrador com vista à elaboração de políticas públicas. Entretanto, para os moradores, tais limites apresentam um caráter muito mais subjetivo. Souza (1989, p. 150) afirma que:

> [...] As pessoas inconscientemente ou conscientemente sempre "demarcam" seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro [...] Para existir um bairro ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais.

Tuan (1980), gravou o termo topofilia para designar a profunda afetividade que as pessoas têm por determinados espaços sociais, afetividade positiva ou negativa. Podemos citar o bairro como um lugar onde a afeição se manifesta de maneira bastante acentuada para alguns de seus moradores devido ao fato dele ser uma porção da cidade com o qual nos relacionamos intimamente. Neste sentido, Tuan (1980, p. 259), escreve que:

> [...] uma cidade grande é freqüentemente conhecida em dois níveis: um de grande abstração e outro de experiência específica. Em um extremo, a cidade é um símbolo ou uma imagem (expressa em um cartão postal ou um lema) pela qual podemos nos orientar; no outro é o bairro intimamente experenciado.

Na visão de Tuan, sobre bairro, em sua obra *Espaço e Lugar* (1983), o autor relaciona-o aos dois conceitos expressos no título da publicação. Para ele, enquanto o lugar representa a segurança, o espaço nos remete à sensação de liberdade, pois as pessoas se sentem apegadas ao lugar, ao mesmo tempo em que desejam a liberdade sugerida pela idéia de espaço. E assim, "quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar" (p.83). Desse modo, o bairro seria uma das representações do lugar, devido à sensação de pertencimento e familiaridade que um indivíduo tem em relação aquela área enquanto espaço vivido e sentido.

O autor ainda diz que:

> [....] Para o novo morador, o bairro é a principio uma confusão de imagens; “lá fora” é um espaço embaçado. Aprender a conhecer o bairro exige a identificação de locais significantes, como esquinas e referenciais arquitetônicos dentro do espaço do bairro. [...] Quando residimos por muito tempo em um determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência (p.20-21).

Baseado na noção de Topofilia mencionada por Tuan o geógrafo brasileiro Marcelo J. L. de Souza sugere a adoção do termo bairrofilia para designar “a simpatia, que se realiza como afeição pelo bairro, apego ao bairro” (1989, p.150).

O conceito de bairro não deve ser reduzido a um espaço geográfico qualquer inserido no todo urbano, mas sim deve ser entendido como o núcleo pulsante da vida cotidiana da cidade, é no bairro que se travam mudanças históricas e sociais que refletem diretamente na modificação morfológica da paisagem urbana e na vida cotidiana de seus habitantes. Assim, é por essa razão que Silva (1999, p.12) escreve que:

> [...] por sua própria natureza, o bairro é concebido como um lugar de grandes potencialidades; um espaço complexo, imbuído de variadas significações conferidas pela própria dialética do cotidiano; é ainda a referência que o usuário tem de pertencimento ao lugar – seu ponto de partida e chegada.

Dessa forma, por ser observado como uma espécie de microespaço dentro do espaço urbano, os moradores estabelecem com o bairro a noção de pertencimento mais efetiva do que com o espaço maior que é a cidade, ou seja, desenvolvem um aspecto identitário em relação a este. É no bairro em que se vive que muitas relações do campo social são vivenciadas no dia a dia em locais destinados ao lazer, ao comércio, à religiosidade, é onde se encontram também os lugares reservados às demandas dos serviços mais imediatos. Nesse sentido, confirma Seabra (2010, p. 273), tratando de bairro da cidade de São Paulo:

> Os bairros funcionaram na história urbana como formidáveis suportes de valores de uso. Formavam um domínio doméstico de elaboração social que, de certa forma, puderam ajustar os desencontros do movimento da reprodução social. E a família, mesmo carregando muitas contradições, chegou a ser o nível social mais evidente dessa possibilidade, porque os bairros configuravam a maior territorialidade das famílias, graças a uma construção da vida que combinava o trabalho produtivo com a reprodução dos indivíduos em âmbito doméstico, coisa que a modernidade iria consumir.

É nos bairros, que se configurarem o *lócus* onde as relações sociais acontecem e a paisagem é modificada no decorrer do tempo pela ação dos grupos sociais que neles residem ou que neles travam relações e são, por excelência, lugares, para os que nele vivem, e locais para os de fora, dotados de historicidade. Ainda, nos diz que são as mudanças referentes a esses aspectos que permitem perceber as reconfigurações da estrutura e das práticas sociais inerentes ao bairro. Pode-se afirmar, portanto, que as mudanças históricas, sociais, estruturais e econômicas do bairro refletem e são refletidas no todo que é a cidade. (2010, p.273)

O bairro, como corresponde a certa parcela da cidade, e por força de relações sociais, constitui para o indivíduo um espaço sentido e vivido. “[...] é certo que fragmento urbano, por mais que encerre unidade de composição material e social, se não desperta o menor afeto, a menor empatia, [...]” não é um bairro, mas tão somente uma parcela de cidade singularizável por este ou aquele critério (SOUZA, 1989, p. 149) .

Corrêa (1995, p.15) nos revela que o uso do conceito de espaço está “associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da casa e de um cômodo no seu interior”, ou seja, o homem como ser social constrói o seu próprio espaço, podendo fazê-lo de forma restrita ou de forma ampla, dependendo do nível de escala em que esse espaço tenha sido produzido.

Seabra (2003, p. 39) diz que:

> Parece necessário reiterar que o bairro, não obstante sua estabilidade provisória, é um acontecer fundado em práticas concretas que articulam, num lugar, parentela, vizinhança, compadrio sob múltiplas formas de solidariedade e, sobretudo de reciprocidade[20]. Define-se como uma unidade em relação à cidade.

O que a autora diz é que a vida de bairro implica na prática social espacializada no bairro. Isto faz dele uma unidade sócio-espacial quase completa, sendo um espaço de representação da vida.

Em se tratando da cidade de Manacapuru, a historiografia a respeito de seus bairros ainda é um assunto um tanto quanto negligenciado. As produções a respeito dessa temática são, muitas vezes, fruto da insistência e curiosidade de pesquisadores, professores e outros profissionais em deslindar o processo de urbanização das cidades do interior do Amazonas, além de produções elaboradas por memorialistas. Algumas dessas pesquisas têm publicação restrita ou não chegam sequer a ser distribuídas, o que contribui para que inexista, de fato, uma vasta bibliografia acerca do assunto.

Mesmo assim, com base na concepção acima explicitada sobre bairro, nos cabe trabalhar com um bairro razoavelmente pequeno, embora rico em elementos contraditórios e instigantes para a Geografia, pois nele ocorrem todas as relações sociais empreendidas pela sociedade trata-se do Bairro do Biribiri.

## 4.2 O Bairro do Biribiri e o Rio Miriti

O processo de ocupação e desenvolvimento do Bairro do Biribiri pode ser dividido em três distintos períodos, marcados por diferentes modelos de uso e ocupação do solo: num primeiro momento o bairro era representado por duas ruas: Marcílio Dias e Luciano Galvão; a expansão se deu na década de 1970, acentuando-se em 1980 a partir das invasões e ocupação ilegal dos loteamentos.

---

[20] Um exemplo, em Manacapuru, é a mobilização de cada bairro nas agremiações da Festa da Ciranda.

As terras pertenciam a família Ventura, Dangelo e Fernandes, que perderam suas propriedades para o Poder Público municipal, por falta de pagamento dos impostos territoriais. Os lotes pertencentes à família Dangelo foram vendidos à população de melhor poder aquisitivo, os da família Ventura foram ocupados por famílias sem moradias, constituindo o Bairro do Biribiri. As terras da família Fernandes, deram início ao maior bairro da cidade, denominado de Liberdade, também ocupado por famílias de menor poder aquisitivo. Segundo o relato de um entrevistado o nome do bairro Biribiri originou-se de uma espécie de peixe, o Aracú Biriri (*Leporinus nigru-taeniatus*), que existia, mas que atualmente não existe mais, em grande quantidade nas margens do Igarapé do Areal, onde fica localizado o Bairro do Biribiri.

O Bairro foi expandido até as margens dos balneários do rio Miriti, por meio da prática de invasões e, por falta de infra-estrutura de luz, recebeu o nome de Breu, e após receber infra-estrutura básica, foi chamado de Biribiri.

No seu entorno, nota-se a instalação de infra-estrutura básica como: posto de saúde, escolas, ruas asfaltadas, luz, água, igrejas católicas e evangélicas, duas quadras poliesportivas, diversos tipos de comércio. A conseqüência de todas estas modificações está na configuração espacial atual, pois o caráter exclusivamente residencial do Bairro foi alterado, mas ainda é caracterizado pela existência significativa de residências tipo palafitas, justamente nas áreas de várzeas. (Figuras 13 e 14) adiante.

**Figura 13:** Palafitas no Bairro do Biribiri, Igarapé do Areal
**Fonte:** Lima, 2010.

**Figura 14:** Outras palafitas no Bairro do Biribiri.
**Fonte:** Lima, 2011.

Quanto à ocupação na margem do Igarapé do Areal, esta ocorreu na década de 1980, devido à crise da juticultura e a migração resultante. Devido à baixa renda e o alto custo de vida, os desempregados da juta buscaram alternativas de moradias nas margens dos igarapés, que por serem áreas inundáveis, tinham o preço da terra baixo, tornando-se fácil a aquisição de um lote para a construção das casas tipo palafita.

De acordo com a pesquisa realizada no local[21], a margem do igarapé é ocupada por 255 palafitas. Vale ressaltar que a margem esquerda do igarapé é de propriedade particular, local onde está situada uma remanescente fábrica de beneficiamento de juta, com a fabricação de sacarias para embalagem de gêneros alimentícios.

O Bairro está ligado por via terrestre à área central da cidade, ao bairro da Correnteza e ao bairro de São Francisco. O fluxo de pessoas, carros e principalmente motos é constante nas ruas do Bairro do Biribiri. Os moradores são pescadores, aliás o Bairro serve de porto para ancorar as canoas, motores rabetas[22] e barcos de pesca e, também agricultores que trabalham no plantio de mandioca para a fabricação de farinha nas áreas próximas do rio Miriti e Calado (comunidade localizada a leste da cidade de Manacapuru, que beneficia farinha de mandioca).

Atualmente, o Igarapé do Areal (no bairro do Biribiri, Mapa 5, adiante) se encontra com graves problemas socioambientais, sobretudo com poluição provocada por resíduos sólidos (lixo) depositados indevidamente.

O trecho final do Bairro do Biribiri limita-se com o rio Miriti o que o configura como bairro ribeirinho, como são também as partes baixas dos bairros da Correnteza e São José, localizados parcialmente sobre a várzea do Miriti, sujeitas às cheias e à poluição. A perspectiva que se abre de revalorização do rio Miriti começa a repercutir nesses bairros. Observa-se a construção de casas residenciais e o pagamento de indenizações para a população que reside nas margens dos rios. Esta prática já foi realizada pela Prefeitura Municipal no bairro da Liberdade, onde houve valorização com a construção de uma orla com área de lazer.

As obras do projeto de valorização do rio Miriti estão em andamento e iniciaram no local destinado a um balneário público denominado “Miriti”. Espera-se que a recuperação se estenda a toda a margem direita do rio que se limita com os bairros de São José, Liberdade, Biribiri e Correnteza. Parte do projeto é a construção de uma ponte entre

---

[21] Da qual trataremos oportunamente. Nota da autora.
[22] Rabeta é um tipo de canoa com motor e hélice na parte de trás. Nota da autora.

os bairros de Biribiri e Correnteza, assim como a construção de moradias para a população da várzea do Miriti.

Esses projetos mobilizam diversos interesses articulados como os das empresas que operam com a produção de material de construção da cidade, aquelas que se dedicam a produzir infra-estrutura urbana, e os proprietários urbanos. Todos disputam informação e influência. Neste sentido, observamos o que menciona Seabra (2003, p.85): "desfrutar de uma posição que permita estar em condições de saber e influir num processo de tal natureza, é o que almejam todos que tem seus interesses econômicos em jogo".

A figura (15) mostra as principais ruas do Bairro do Biribiri, as Escolas Estaduais Agra Reis e Magnólia Ventura, o complexo Poliesportivo, a parte norte do Bairro na área de várzea com construção palafitas.

**Figura 15:** Bairro do Biribiri
Fonte: *Google Earth*. Acesso em: maio de 2011

Escola Estadual Agra Reis (1978)
Complexo Poliesportivo Raimundo Pacheco
Escola Estadual Magnólia Ventura
Casas tipos palafitas. Parte final do Bairro

A figura (16) mostra a área do Bairro do Biribiri.

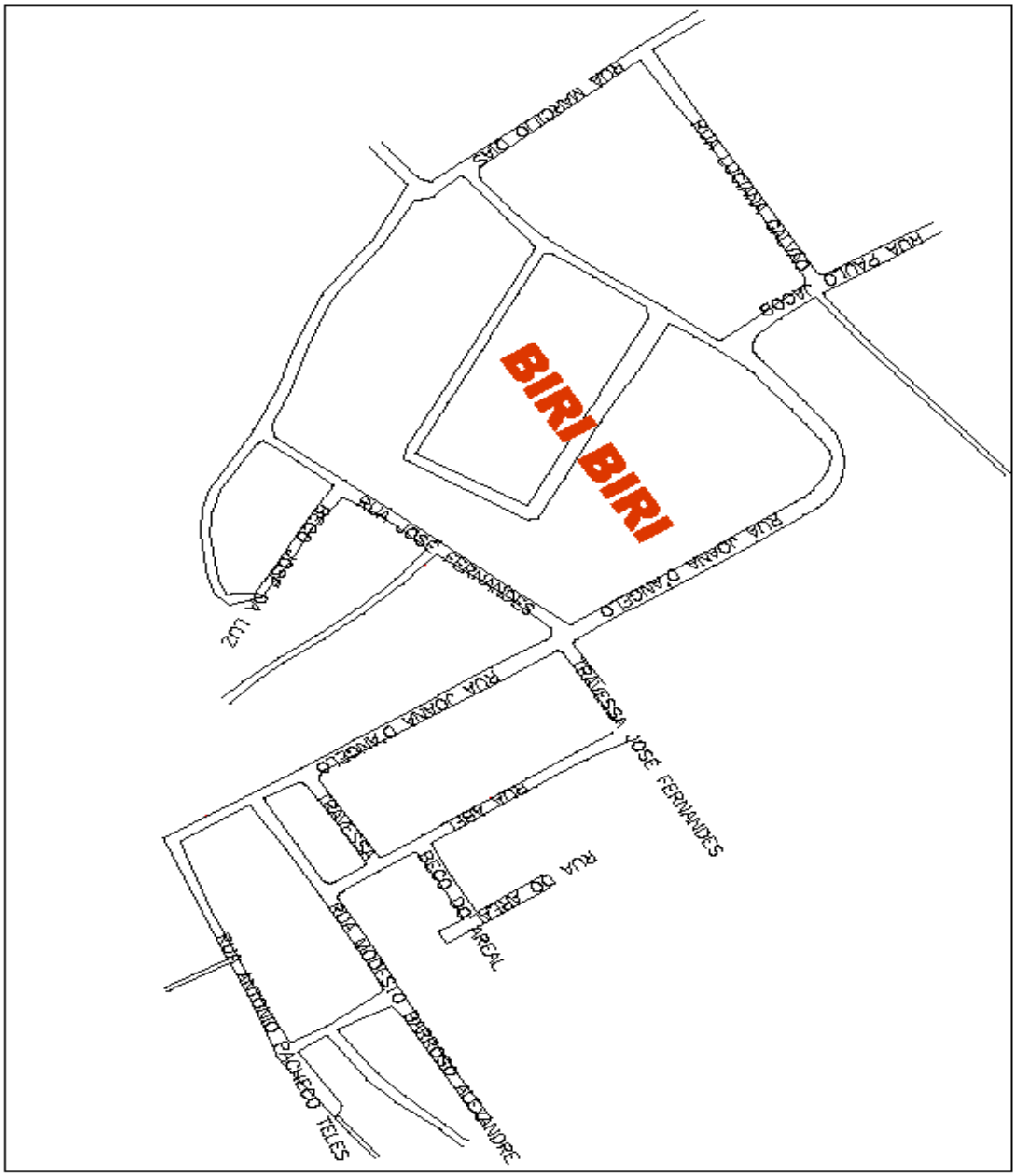



**Figura: 16** Bairro do Biribiri (sem escala).
**Fonte**: Prefeitura Municipal de Manacapuru, 2010

O rio Miriti atravessa a rodovia Manuel Urbano e se limita pela margem direita, com os bairros Morados do Sol, União, São José, Liberdade, São Francisco, Biribiri e Correnteza, no Biribiri, esse rio diminui sua extensão, tornando-se um igarapé do Areal que na primeira metade do século XX apresentava função e forma bem diferentes do que mostra nos dias de hoje. O processo histórico e social pelo qual passou a cidade de Manacapuru ocasionou essas alterações no referido curso d'água abandonando aos poucos sua imagem de paisagem idílica, da década de 1970, para se transformar em uma área assoreada com esgoto a céu aberto no final do século XX. No entanto, as obras de infra-estruturas do Governo Municipal e os investimentos do capital imobiliário estão redefinindo algumas áreas da cidade a exemplo, do bairro de São José na margem direita do rio Miriti, onde se localiza um hotel de propriedade de um migrante alemão esse espaço passa a ser alvo de formas verticalizadas em parte de suas margens.

A moradia e o terreno são fatores indispensáveis para que haja constatação do seu valor de mercado o qual depende dos locais onde ambos estejam localizados. Geralmente, moradias que se encontram em áreas alagadiças como os igarapés, tornam-se sinônimos de miséria o que desvaloriza em muito esses locais. No entanto, um estudo de Trindade Jr. (1997) sobre a valorização do espaço urbano nos alagadiços na cidade de Belém, e outro de Santos, sobre a cidade de Manaus, são bem propícios para entendermos a realidade de Manacapuru.

Ainda os autores citados: "no caso de Belém e Manaus as áreas de baixadas, como são conhecidos esses locais alagadiços, com o tempo transformaram-se em espaços valorizados, principalmente pela verticalização". Em Manacapuru, pelo menos em relação às moradias das margens de igarapés, vem acontecendo um processo semelhante nos bairros da Liberdade e São José.

Nessas moradias, estão pessoas que se enquadram nos chamados grupos sociais excluídos. Estes são um dos agentes produtores do espaço urbano e possuem habitações precárias compatíveis com sua baixa renda, pois não têm como pagar aluguel de uma

habitação salubre e muito menos comprar um imóvel. A periferia é a forma de morar mais comum para esses grupos, por isso, habitam locais negligenciados por outros agentes produtores do espaço urbano. Dessa maneira, constroem suas habitações em encostas íngremes e áreas alagadiças como o que acontece em Manaus, Belém e Manacapuru, com a ocupação de igarapés pela população de baixa renda.

A figura (17) apresenta as moradias encontradas às margens do Igarapé do Areal, no Rio Miriti, que em sua maioria é de palafita. Os moradores desta área de risco que alaga todos os anos no período de cheia do rio Solimões, constroem este tipo de moradia para fugir das enchentes.

**Figura 17:** moradias na parte norte do Bairro do Biribiri
**Fonte:** Lima, 2011.

Durante a pesquisa percebeu-se que na área central do Bairro, as casas são construídas em alvenaria pela facilidade na compra dos tijolos, mencionado no capítulo anterior. No geral, observar o bairro nos faz lembrar Rodrigues (1994, p.19) quando escreve que:

> Espacialmente é suficiente observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferenciação entre as características de moradias dos bairros, tamanho dos lotes das construções, da "conservação'', de acabamento das casas, as ruas asfaltadas ou não, a existência de iluminação, esgotos, para se ter uma noção da segregação espacial.

Na cidade de Manacapuru é visível a grande diferenciação de características entre moradias e loteamentos de terras. As moradias de palafitas geralmente são utilizadas pela população de baixa renda, em locais com ruas sem calçamento e sem rede de esgoto. O diferencial econômico e social é explicado assim por Rodrigues (1994, p.19), ao referir-se à terra urbana:

> Ter um preço que não é definido pelo valor de produção. É uma mercadoria sem valor, cujo preço é definido pelas regras de valorização do capital em geral, pela produção social. Um exemplo desta valorização é o preço de um dos materiais de construção que não pode faltar nas construções é o tijolo: moeda forte, terra: moeda forte e segura. São bens que sempre aumentam de preço, que seguem a dinâmica da acumulação do capital em geral.

Em Manacapuru, por ser uma cidade grande produtora de tijolos, o valor é menor comparado com outros municípios da Região Norte. Contudo, outros materiais de construção têm preço elevado, é o caso do ferro. O preço alto desse material dificulta a construção de moradia adequada por parte da população de baixa renda que segue vivendo em moradias de madeira com péssimas condições.

No entanto, o preço da terra é definido diferencialmente pela localização. Terrenos com as mesmas dimensões, as mesmas características topográficas, terão preços diferentes dependendo da localização na cidade. Ainda, segundo Rodrigues (1994, p.19), "esta diferenciação decorre da produção social da cidade permitindo aos proprietários se apropriarem de uma renda 'extra': a renda diferencial."

Segundo a mesma autora, dentre os vários agentes que produzem o espaço urbano destaca-se o Estado, que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida nas cidades. Entre os consumos

coletivos mais importantes no atual contexto histórico, destacam-se: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, luz, telefone, a instalação de redes correspondentes a sistema viário, transportes coletivos, equipamentos de lazer e esporte, serviços de saúde, educação e habitação para as chamadas classes populares.

Na ausência desses bens de consumo coletivos a população procura viver como dá: adquire um lote, por vezes clandestino, em áreas de periferia pobre e "começa a construção da casa, através de um processo longo e penoso, calcado na cooperação entre amigos e vizinhos ou apenas na unidade familiar: a autoconstrução." (RODRIGUES, 1994, p.19)

Na cidade de Manacapuru, podemos verificar que a situação não é diferente do que foi citado pela autora anteriormente, onde o agente que produz o espaço urbano é o Estado e no Bairro estudado também são os comerciantes e os agentes excluídos. O Estado, atualmente vem deixando insatisfeito os habitantes do Bairro, por falta de melhorias na infraestrutura urbana e de políticas públicas.

Compara-se Manacapuru, com a cidade de Manaus em que a pressão demográfica foi bastante intensa e a cidade cresceu para todos os lados. O vetor principal seguiu direção oeste para aonde se expandem os conjuntos residenciais e as inúmeras autoconstruções. Ainda, Santos (2001) "sobre os igarapés de Manaus dizem que uma das áreas mais procuradas para o uso residencial, principalmente para a população de baixa renda, foi a localizada nas margens dos cursos d'água mais centrais da cidade". Processo igual ao de Manaus acontece em Manacapuru, onde as margens dos igarapés funcionaram como principal solução para o problema de acesso a casa própria para inúmeros imigrantes chegados à cidade. Durante a pesquisa de campo constatou-se que, além dos esgotos sanitários os moradores jogam lixo no igarapé.

E assim, casas e pessoas se amontoam em pequenos casebres localizados nos igarapés que entrecortam a cidade de Manacapuru. Situação igual a essa ocorrem no Bairro do Biribiri no qual as palafitas situadas nos becos, ruelas ou caminho no qual essas moradias, ficam camufladas por trás de ruas asfaltadas.

Acrescenta Santos (2001): “são por essas estreitas passagens que se dá à ligação entre a cidade do capital e a cidade da miséria”. (p.78)

Esses tipos de moradia nas margens dos igarapés da cidade de Manacapuru, caracterizam ao longo do tempo esses espaços como periféricos. E as conseqüências ambientais decorrentes da ocupação por invasão, atingem não apenas os moradores de baixa renda, mas também, são socializados para todos os demais habitantes da cidade de maneira direta ou indireta. Assim, Santos (2001), com estudos realizados no igarapé do Mindú.

> As diferenças de moradias localizadas nas margens da terra urbana do Mindu[23] demonstram as peculiaridades do capitalismo na (des)organização do espaço urbano. Mais do que uma desordem urbana a cidade é o lócus do contraditório entre aqueles que têm direitos e os que apenas possuem uma subcidadania, lembrada apenas em época de eleições. (p.78)

Em Manacapuru, não é diferente, pois em épocas de eleições as promessas são diversas no sentido de construir habitações para os moradores das áreas de riscos.

O Igarapé do Areal é um dos afluentes do rio Miriti. Este igarapé se localiza no Bairro Biribiri na Zona Leste da cidade. Na sua margem direita possuem em média 120 casas na margem esquerda se localiza a Amazonjuta, uma serraria e uma fábrica de tijolo que foi desativada em 2007.

O curso inferior do Miriti, passa pela área norte da cidade desaguando no rio Solimões. É um rio navegável e importante para os pescadores que residem no Bairro do Biribiri, é importante porque, ainda há uma diversidade de peixes como pacu, jaraqui, entre outros que serve de alimentos para a população, além de se navegar por canoas, rabetas, lanchas, e barcos como também dá acesso pelo furo[24] ao caudaloso rio Solimões.

---

[23] A autora refere-se a um igarapé localizado no bairro do Parque Dez de Novembro, na cidade de Manaus-Am.

[24] Furo- comunicação natural entre dois rios ou entre um rio e uma lagoa de várzea.

Mas a alteração social foi a mais significativa, decorrente também do elevado crescimento urbano da cidade, este resultante dos diferentes processos históricos os quais marcaram a transformação das formas e funções desse curso d'água.

Esse igarapé também apresentava em sua forma original uma exuberante vegetação nativa a qual era cercada por águas cristalinas aonde dava até para pescar, tomar banho.

### 4.3 Impactos Socioambientais e o Bairro do Biribiri

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)[25], criado em 1981, foi o primeiro conselho nacional com caráter deliberativo a integrar a sociedade civil por meio de representantes de entidades de defesa do meio ambiente, de empresários, de trabalhadores, além de órgãos de governo. Portanto, a iniciativa da criação do CONAMA, refletiu também a primeira década de mobilizações no Brasil, contra problemas ambientais emergentes, desde comunidades urbanas atingidas por poluição industrial, denúncias de ambientalistas, tais como José Lutzemberger sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos ou o desmatamento da Amazônia enfrentado pelos embates de Chico Mendes com os seringueiros (BRASIL, 2006).

Em 1984, em plena campanha por eleições diretas para presidente, o CONAMA passava a dispor de um regimento interno, podendo se reunir e aprovar as primeiras resoluções voltadas ao controle de poluição industrial, o desmatamento, a criação de unidades de conservação e o estabelecimento de estudos de impactos ambiental.

Assim, a formulação compartilhada de normas e políticas públicas foi, no Brasil, um direito conquistado pela sociedade, e o CONAMA foi beneficiado pelo

---

[25] Segundo a Resolução do CONAMA n° 001 de 23/01/86 sobre alteração ambiental: Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; (V) a qualidade dos recursos ambientais. Ainda sobre Dano ambiental "é a lesão aos recursos ambientais, com conseqüente degradação - alteração adversa ou *in pejus* - do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida" (segundo MILARÉ, Édis. 2001. p.427 e 428).

amadurecimento dessa luta ambiental em todos os setores da sociedade. Em 1986, ambientalistas de todo o país se reuniram pela primeira vez, antecedendo a Constituinte de 1988 e formularam, pioneiramente, o capítulo 225 da Constituição, dedicado ao tema meio ambiente.

Compreender, o que são impactos ambientais e sociais a partir da definição do CONAMA nos leva ao entendimento de que esses impactos estão para além da alteração no meio natural. Em igual modo a alteração da qualidade da água, considerada impacto ambiental, também pode modificar a rotina da comunidade/sociedade. Nesse sentido, atentando para a definição do CONAMA, entendemos que os impactos ambientais também podem ser considerados impactos sociais, pois em realidade ambos estão diretamente ligados. Portanto, dissociar os impactos sociais dos impactos ambientais, ou vice-versa, poderá até servir para fins didático-pedagógicos, entretanto, será praticamente impossível separar as conseqüências e os efeitos das modificações socioambientais quando as observamos de modo integrado.

As transformações socioambientais podem ser identificadas a partir dos elementos indicadores das transformações na vida da sociedade local. Mudanças no contingente populacional, criminalidade, insegurança da população local, importação de doenças, choques culturais, conflitos sociais, modificação na estrutura imobiliária local, demanda de imóveis, processo acelerado de urbanização, alteração da rotina da comunidade, volume do lixo, incremento do setor terciário, aumento do fluxo de veículos, número de hóspedes nos hotéis, prestação de serviços de saneamento básico, dentre outros indicadores que podem ser listados.

Como explica Maurício Waldman (1992, p.31) “o meio ambiente é uma referência de atuação das sociedades ao longo da história, que inventam e reelaboram suas concepções de natureza”. Assim, a avaliação dos impactos socioambientais passa pelo entendimento da relação homem-sociedade-natureza e pela verificação das condições nas quais as relações estão estabelecidas.

Na Amazônia os impactos socioambientais têm dimensões aparentemente maiores, pois se trata de uma região cujas muitas qualidades biofísicas (diversidade biológica, o patrimônio cultural, densa rede hidrográfica) despertam interesse internacional. Enquanto fronteira e área de novos investimentos, ela é o local das novas oportunidades para o capital; e, devido suas condições ecológico-ambientais parece ser mais complexa do que outras áreas do País.

Entretanto, a resultante mudança socioambiental também reflete a espacialização encontrada em outras regiões brasileiras, só que com maior constância: "de um lado, riqueza e bem-estar e, de outro, pobreza e miséria", como explica Oliveira (2000, p. 22). Com isso, depois de conhecer as prerrogativas questionamos, é possível identificar como se darão as mudanças?

Há que se considerar que "os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais" (Coelho, 2005, p. 21). Globalmente, o principal desafio é mudar o estilo de vida, vislumbrando a contenção do consumo, especialmente nas áreas urbanas dos países ricos.

Neste contexto, ressalta-se que a mera legislação de uso do solo é insuficiente para evitar o progresso do processo de degradação ambiental e, conseqüentemente, também social. No entanto, infelizmente o problema da degradação ambiental/social está longe de ser minimizado, pois requer a constituição de uma vontade política geral, concretizada em mecanismos de Poder Público e da sociedade civil organizada, na intenção de ações coletivas voltadas para fortalecer a qualidade ambiental (em curto prazo) e garantir a sobrevivência ecológica (em longo prazo).

Na Resolução n°369/06, o CONAMA (BRASIL, 2006) dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). Dessa maneira, às margens dos cursos de água e entorno de lagos,

lagoas e reservatórios artificiais, devem ser respeitadas faixas mínimas de 15 metros. Maiores as faixas conforme for maior a largura do curso d'água.

Dentro deste contexto "é preciso articular estudos acerca do processo de ocupação urbana em áreas de expansão sobre a floresta" (Oliveira, 2000). Visando, o conhecimento dos processos e dinâmicas que determinam a evolução das áreas de expansão urbana na cidade de Manacapuru sem perder de vista sua natureza ecológico-social.

No Bairro do Biribiri, com seus 3.092 habitantes, diversas casas são encontradas em áreas de preservação permanentes às margens do Rio Miriti, e igarapés em seu entorno. Os moradores se recusam a sair destas áreas, desrespeitando as legislações urbanas e ambientais. A perspectiva para os moradores é que sejam contemplados com o cadastro no programa de habitação anunciado no jornal *Dez Minutos*, de 18/06/2011, pelo governador Omar Aziz (2011) durante audiência pública da Comissão Civil do Senado Federal, realizada na Assembléia de Legislativa do Amazonas (ALE-AM). Ele anunciou que a meta do governo do Estado do Amazonas é construir 10 mil moradias nos próximos dois anos.

Os impactos socioambientais detectados por meio dos trabalhos de campo e entrevistas com moradores do Bairro do Biribiri, mostraram no que tange ao tratamento de esgoto, que o Bairro não possui um sistema de tratamento de efluentes domésticos, prejudicando a qualidade da água dos córregos locais, que posteriormente deságuam no rio Miriti. Entretanto, este é um problema muito sério que atinge não somente o Bairro do Biribiri, mas praticamente os maiores bairros da cidade, devido ao fato do município não possuir estações de tratamento de esgoto que atendam sequer a parte mais adensada da cidade.

A rede de captação de águas pluviais é outro aspecto que merece atenção. As redes de abastecimento e de drenagem localizadas no bairro de São Francisco suprem a parte central da cidade e alguns poucos bairros, como o Bairro em estudo. A única rede de abastecimento da cidade como já dissemos retira água do rio Miriti. Os demais bairros, da cidade são abastecidos por poços artesianos implantados pela Prefeitura Municipal. A

perfuração dos poços artesianos nos bairros, deu-se pelo aumento da população da cidade que foi se localizando em áreas do Poder Público e de particulares, criando diversos bairros nas décadas de 1980, 1990 e 2000 e; o Serviço de Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) não atende toda a demanda populacional.

Apesar do tratamento feito na estação, a qualidade da água está comprometida, visto que em alguns bairros da cidade, como o Biribiri e Correnteza, a população reside sobre as águas do rio Miriti e lhe destina os dejetos.

O Biribiri, configura–se assim como um Bairro de população pobre com sérios problemas sociais dentre eles destaca-se o de moradia: as zonas norte e oeste do Bairro configuram-se por moradias do tipo palafitas com acesso pelas citadas pontes construídas de madeira. A carência de saneamento ambiental (CUSTÓDIO, 2005) – serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário, remoção de resíduos sólidos (Figura 18) e serviços de drenagem urbana – é realmente aguda e compromete a qualidade de vida da população residente, que tem justamente na ausência desses serviços um indicador de qualidade.

**Figura 18:** Atentemos para o lixo sem o devido acondicionamento no bairro do Biribiri.
**Fonte:** Lima, 2010.

O índice de criminalidade e acidentes de trânsito aumentou por motivo da liberação pela prefeitura de coletes para motoqueiros que lhes dá o direto de trabalhar na cidade. O problema é que os mesmos trafegam sem habilitação. Cabe informar que a cidade possui o órgão responsável pelo trânsito DETRAM, (Departamento de Trânsito) e diversas auto-escolas. Em entrevistas realizadas com os motoqueiros, afirmaram que a maioria não tem carteira de habilitação pelo alto valor que é pago para fazer o curso de motorista que está custando R$ 1.000.

Outro fenômeno que está ocorrendo no bairro e merece destaque é a especulação imobiliária. Para Santos (2005, p.106), esse fenômeno resulta da "disputa entre atividades ou pessoas por dada localização", onde, "certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas, e também, uns e outros, mais valorizados".

## 4.4 A Condição Periférica do Bairro do Biribiri

A cidade é o *lócus* do poder, da festa, das trocas, da concentração do excedente coletivo. A cidade atrai e segrega, a periferia é uma constante, mostra-se como o local de reprodução da população de baixa renda, segundo Serpa (2002, p.36) periferia é:

> O lugar da resistência de parcelas da população caracterizada como de 'baixa renda'. Diferenciando-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprime-se, no espaço urbano, um processo espacial maior, de exclusão. A moradia por sua tradução na paisagem urbana é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial.

O Bairro do Biribiri é periférico, onde as condições de moradia, sobretudo de saneamento básico urbano, são precárias. Além disso, a geomorfologia de parte do bairro, com várzea, é inapropriada para a construção de moradia, contudo as palafitas que compõem o Bairro se expandiram sobre as planícies de inundação do rio Miriti, com alto risco de perdas materiais e de vidas – durante as grandes cheias as casas ficam submersas.

Na atualidade o espaço do Bairro é densamente construído e congestionado, e possui diversas ruelas que apenas motos transitam de tão precárias que são. Em outras casas, nem as motos conseguem chegar, pois é apenas um caminho estreito e encharcado onde se transita por cima de paus, que fazem a vez de pontes e caminhos improvisados.

A condição periférica do Bairro vai para além das formas, está ligada intimamente com as condições de trabalho da população, com a sua inserção na divisão social do trabalho. Como observamos na tabela 4 a maioria da população entrevistada (88%, 120 das 255 casas do bairro localizado nas áreas alagadiças) encontra-se desempregada, tendo que viver sempre no limite da sobrevivência.

**Tabela 4 – Condições de Trabalho**

| **Condicões de Trabalho** | **Porcentagem (%)** | **Números Absolutos** |
|---|---|---|
| Empregado com carteira assinada ou estatutário | 12% | 14 |
| Desempregado | 88% | 106 |
| TOTAL | 100% | 120 |

**Fonte:** Pesquisa de campo, janeiro de 2011.

A tabela 5 mostra que o principal anseio da população é a infra-estrutura geral, como asfalto em todas as ruas e iluminação pública; em segundo lugar vem o abastecimento de água eficaz, pois o abastecimento feito pelo Poder Público é de má qualidade, fazendo com que a população se abasteça por meio dos poços artesianos das escolas estaduais e de residências particulares. Os moradores querem ainda, pavimentação em todas as ruas, mais escolas que atendam a necessidade dos moradores, funcionamento do posto policial que se encontra abandonado, policiamento nas ruas e a esperança de se ter um local digno para morar pelo Programa Social Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIN), criado pelo governo estadual de Eduardo Braga (PL) para Manaus, e que em Manacapuru recebeu o nome diminutivo de Prosaminzinho devido à quantidade de casas construídas serem de tamanho menor do que as casas

programadas para Manaus e em menor quantidade. Outro programa, este federal “Minha Casa Minha Vida”, está em andamento desde o final de 2010 em um loteamento do antigo aeroporto da cidade.

**Tabela 5 - Principais Problemas do Bairro**

| Principal Problema no Bairro | Porcentagem | Números Absolutos |
|---|---|---|
| Falta de infra-estrutura geral | 88% | 106 |
| Falta de água potável | 12% | 14 |
| TOTAL | 100% | 120 |

**Fonte:** Pesquisa de campo, janeiro de 2011.

A população do Bairro anseia por melhorias, vive a segregação sócio-espacial da cidade, sabe que o Poder Público privilegia o centro, onde ainda moram as classes mais abastadas, onde são encontrados os serviços públicos eficazes, o emprego e os equipamentos de lazer. A população entrevistada considera que o Poder Público não investe de forma igual em todos os bairros, ou seja, sabe que há privilégio para certos bairros, mostrando que o Estado não está isento dos interesses de classe.

No Bairro do Biribiri, há duas escolas, uma com 8 salas e outra com 4 salas de aula, que não atendem as necessidades dos moradores, que precisam encaminhar suas crianças para estudar nos bairros próximos ou distantes. Tendo em vista, as escolas não oferecerem o ensino médio, os alunos são obrigados a estudar na Escola Nossa Senhora de Nazaré localizada, no centro da cidade ou ainda na Escola Estadual José Seffair, no bairro de Terra Preta (centro-sul da cidade).

Na entrevista concedida por uma moradora, ela afirmou que cansou de reclamar à Prefeitura da ineficiência das escolas, pois não atendem as necessidades dos alunos:

> É muito ruim, poucas salas, não atende as nossas necessidades, nossos filhos têm que sair para estudar fora, somos pobres, não temos dinheiro para pagar as despesas. Queremos uma escola melhor, com mais salas e com todas as séries. (informação oral, 2009).

Das 120 casas visitadas, a metade tem em média de 6 a 9 moradores, sendo que o número de crianças é significativo, o que revela uma elevada taxa de natalidade no bairro. As outras residências possuem ente 4 e 5 moradores. A maioria dos moradores, somando um total de 60% reside em barracos de 3 e 4 cômodos, sem privacidade alguma.

A grande maioria das pessoas migra para as margens dos igarapés por ter maior facilidade de aquisição de lotes e pelo baixo custo de vida, o que lhes possibilita a construção de suas próprias residências, evitando com isso, o aluguel, para que reste dinheiro para as demais necessidades. Como afirma uma moradora:

> A vida é sofrida, moramos aqui, pois não temos outro lugar. Graças a Deus, hoje temos nossa casinha de pernas muito altas devido a enchente, é humilde e falta quase tudo, a rua não tem asfalto, o dinheiro que ganhamos aqui é só do Bolsa Família passamos muita dificuldade com meu filho, mais não tem outro jeito, como você pode ver, muitos ainda estão pior do que nós. (informação oral, 2009).

No Bairro, existe uma associação de moradores que todo mês realiza reuniões para discutir as prioridades, mas que não tem alcançado muito junto ao Poder Público municipal. Existe alguma infra-estrutura no bairro como pavimentação das principais ruas, escolas, posto de saúde, água e luz, mas a população que mora na área de várzea luta para não sair desse local, porque não paga água e nem luz, pois utiliza os chamados “gatos”, ou seja, ligações clandestinas. Em entrevista uma moradora disse que:

> No meu terreno tem a casa da minha mãe e da minha filha, só saio daqui se elas ganharem também uma casa perto de onde vou morar. Aqui não pago água, nem luz, nem tem rua é só um caminho, quando o rio enche aproveito a água dele e a luz é clandestina.

Outra moradora disse que: morar no Bairro é bom porque é perto da água onde posso guardar minha canoa, e ainda posso guardar as canoas dos pescadores que me dão alguns peixes.

Os moradores desse Bairro, já se organizaram solicitando do Poder Público melhoria como asfalto, melhoria na qualidade da água, médicos especialistas, mais atendimento odontológico, a construção de uma escola para atender o ensino infantil, além de um local para melhores moradias, porque a população é consciente de que estão poluindo o rio Miriti, mas pouco conseguiram.

Na cidade, há mobilização popular total para as festas de aniversário da cidade e da Ciranda, como também se organizam para reivindicar melhorias nos motores da usina de geração de energia elétrica da cidade e água de qualidade, mas observa-se que é só isso, pois, o mais comum é a população se distrair com as grandes festas e diversões e esquecer por um bom tempo as mazelas da cidade. Enquanto isso, o Bairro do Biribiri parece andar na contramão do processo de conservação ambiental, pois cada vez mais se percebe habitações sobre as águas, proporcionando males para o ambiente e os moradores. Pouco investimento do Poder Público é aplicado no Bairro.

# 5 A PRODUÇÃO DO BAIRRO DO BIRIBIRI

## 5.1 Agentes Produtores do Bairro do Biribiri

A produção da cidade envolve a atuação de vários agentes, que interagem e influenciam de formas múltiplas no espaço. A identificação e análise desses agentes são complexas, pois eles se agrupam e reagrupam de diferentes formas nas diversas situações que envolvem a produção do espaço urbano, como confirma Corrêa (2011, p. 43), a produção do espaço "é conseqüência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade".

No presente capítulo pretende-se, averiguar os agentes produtores do espaço do Bairro e analisar os aspectos socioambientais e econômicos existentes no Biribiri. O número de população existente no bairro é de 3.092 habitantes. Dos duzentos e cinqüenta e cinco domicílios existentes na margem do Igarapé do Areal, no rio Miriti, foi aplicado questionário em 120, representando uma amostragem de aproximadamente 47% dos domicílios ocupados. Nesse sentido, os dados foram todos organizados em gráficos para facilitar a apresentação e a interpretação dos resultados obtidos. A aplicação dos questionários foi feita durante o mês julho de 2010 e contou com o auxílio dos alunos do ensino médio da Escola estadual José Seffair, de Manacapuru.

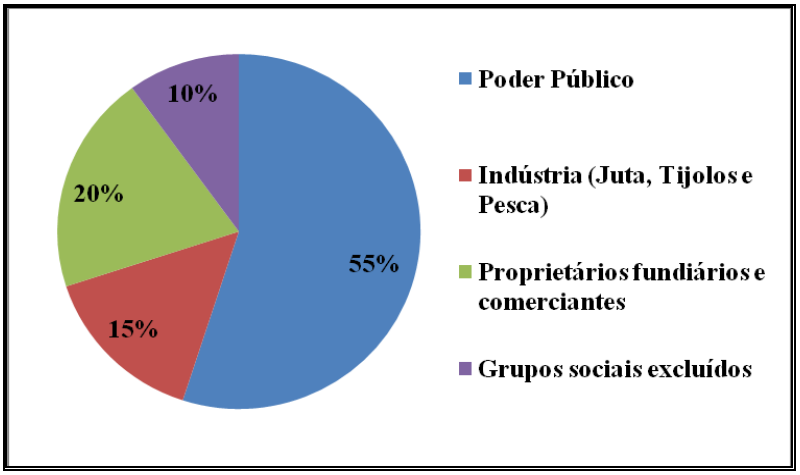
Ciente da dificuldade considerou-se que os agentes produtores do espaço no município são cinco: Poder Público, indústrias, proprietários fundiários, comerciantes e o grupo dos excluídos das *benesses* da sociedade. Nesse sentido, será analisado cada um desses agentes, quais as estratégias que utilizam as conseqüências das atuações para Manacapuru e também para o Bairro do Biribiri, objeto de análise deste trabalho.

Importante dizer que o Bairro do Biribiri foi admitido na pesquisa como exemplo que confirma a situação de vida de muitos moradores da cidade, pois muitos deles são migrantes da zona rural em busca de emprego e de melhores escolas para os filhos. Este Bairro é sujeitado aos imperativos das enchentes periódicas que assolam a cidade como um todo, pois nas grandes cheias se transita utilizando pontes improvisadas de madeira

em todas as ruas que se limitam com o Igarapé do Areal e com os principais logradouros que dão acesso ao Bairro como as avenidas Getúlio Vargas e Barão do Rio Branco, que atravessam a cidade no sentido norte-sul.

No Gráfico 2 vemos o que pensam 120 entrevistados do Bairro do Biribiri quando argüidos sobre quais seriam os principais agentes produtores de Manacapuru.

**Gráfico 2:** Principais agentes produtores de Manacapuru pelos moradores do Bairro do Biribiri




**Fonte:** Acervo Lima, 2011

Mesmo a população não sendo formada em geografia e não tendo muito claro o que significa ou o que é um agente produtor do espaço urbano, ela assinalou as opções constantes no questionário e expressas no gráfico 2. Pode-se, notar que consideram o Poder Público como o mais atuante deles, portanto é de quem viria a solução para os problemas enfrentados pelo Bairro, tais como: pavimentação de ruas, coleta de lixo, abastecimento de luz e água, construção de escola, assistência à saúde, entre outros.

### 5.1.1. O Poder Público

O Poder Público atua diretamente na organização espacial da cidade de Manacapuru. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço,

refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Para modificar, organizar e reorganizar o espaço urbano, segundo Corrêa (1995 p. 25), o Poder Público dispõe de um conjunto de medidas que pode empregar em seu favor, citamos algumas:

> Direito a desapropriação e precedência na compra de terras; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; organização de mecanismos para à habitação.[etc]

Concordamos com o autor, e entendemos que essas são estratégias do Poder Público para a expansão e reprodução do espaço. "Contudo, Spósito (1994, p. 75) questiona o seguinte: "Será que a cidade cresce desordenadamente" Será que o Estado é neutro ao planejar seus investimentos"? A princípio se vêem duas importantes perguntas que têm relação direta com as ações dos produtores do espaço em Manacapuru. Isso porque a cidade, historicamente, cresceu sem ordenamento urbano, ou sem planejamento. Como conseqüência o centro, um lugar privilegiado para moradia está cedendo espaço para o comércio de produtos e serviços. E a população que antes era predominante naquele local migrou para os bairros próximos e afastados, como no caso do Bairro do Biribiri que recebeu parcela dessa população. Percebe-se que os bairros absorvem este contingente populacional, mas há falta de infra-estrutura na ocupação e também há omissão dos representantes públicos.

Cabe indicar as atuações do Poder Público federal, estadual e municipal. O Poder Público federal investiu em instituições e autarquias prestadoras de serviços, como construções de imóveis para atendimento ao cidadão local. Estes imóveis passaram a se localizar no centro ou próximo do centro, dentre os quais se destacam: o prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Bradesco, da moradia pelos programas "Minha Casa Minha Vida", e programas assistencialistas como Bolsa Floresta, Bolsa Escola, entre outros.

Com essa atuação em Manacapuru, foi possível notar uma valorização financeira dos imóveis localizados em todo o centro da cidade. Isso fez com que a concentração de famílias com maior poder aquisitivo realizasse investimentos na reforma, ampliação e/ou

em novas construções. Aqueles proprietários que não tinham condições para realizá-las, acabaram negociando suas propriedades e se deslocando para os bairros afastados do centro, tal processo se acentuou na década de 2000.

O Poder Público estadual atua em investimentos de grande porte, tais como: ponte sobre o Rio Negro[26], Delegacias das Polícias Militar e Civil, PAC, UEA, SESC, SENAC, Hospital, como também a construção de três grandes galpões para ensaios das danças da Ciranda. Acrescentam-se ainda, que os galpões construídos têm diversas utilidades, inclusive diversões noturnas.

Ainda, sobre a atuação do Poder Público estadual apontamos o recapeamento da Estrada AM 70 construção e reforma de escolas, assistência à zona rural com programas de distribuição de implementos agrícolas para a pesca e fabricação de farinha, construção de moradias populares, como o Prosaminzinho, dentre outras medidas.

Destacam-se como estratégias do Poder Público municipal, a implantação de infra-estruturas como posto de saúde, área de lazer como quadra poliesportiva, CAT (Centro de Atendimento ao Turista) e Festival de Cirandas. Com esta última a cidade recebeu formas diferentes, como a construção do Parque do Ingá, local de apresentação da mesma, as conseqüências dessas estratégias para o município foi o aumento da rede hoteleira tanto na área central da cidade como também no Bairro em estudo, além do aumento do comércio nota-se, como problemas, a falta de saneamento ambiental no Bairro e a pobreza.

Cabe registrar que a referida quadra poliesportiva (Figura 19) atende diversas modalidades entre as quais se destacam as aulas de Educação Física das escolas Nossa Senhora de Nazaré, Carlos Pinho e Agra Reis. A Quadra, como é chamada pela população local, é destinada também a outros fins como encontro de igrejas evangélicas, jogos estudantis municipais e intermunicipais entre outras modalidades. Dessa forma, o novo está condicionado pelo anterior, conforme citado por Santos (1992):

[26] A um custo de mais de 1 bilhão de reais, a ponte foi inaugurada no dia 24 de outubro de 2011.

> Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos novos podem se estabelecer (p. 21-22).

**Figura 19:** Complexo poliesportivo Raimundo Pacheco Teles, no Bairro do Biribiri
**Fonte:** Lima, 2011

A citação de Santos mostra a importância da dimensão temporal no estudo da produção do espaço. No local da quadra era um campo de futebol chamado de "Campo do Biribiri", nas décadas de 1970, no local onde funcionava um motor d'água de poço artesiano que abastecia o centro e o Bairro do Biribiri, passou a ser Posto Policial do Bairro do Biribiri, que às vezes funciona, segundo moradores próximos.

Ainda, na esfera da política local vale ressaltar que as disputas políticas em Manacapuru são acirradas entre dois grupos políticos: um grupo do ex-prefeito Washington Régis (PMBD, 2005 a 2008), atualmente deputado estadual, e o grupo do atual prefeito Ângelus Cruz Figueira, do PV.

As principais intervenções do único (2005-2008), mandato do prefeito Washington Regis foram: construção de escolas nas áreas rurais, ampliação da rodovia AM 70 no trecho de bifurcação da rodovia do Novo Ayrão até na rotatória dos bairros de Terra Preta e São José, manutenção de prédios públicos e pavimentação da área central

da cidade e dos bairros Novo Manacá, Correnteza, Morada do Sol, construção de pequenas pontes de madeira no Bairro do Biribiri com o Bairro da Correnteza e uma área denominada de aterro do centro. Implantaram também, asfaltamento e galerias pluviais nas principais ruas e avenidas da cidade, um conjunto habitacional denominado Prosaminzinho, construído no bairro de Terra Preta (centro-sul); outro no bairro da Morada do Sol (oeste), destinado à população que morava na área de risco nos barrancos da margem do rio Solimões, área localizada ao sul da cidade. Estas obras contribuíram sobremaneira para a valorização dos terrenos urbanos de Manacapuru que ainda não tinham sido comercializados, principalmente na porção oeste e centro sul da cidade; vários lotes destas terras foram indenizados pela Prefeitura. Washington Regis elegeu seu sucessor Edson Bessa (PMBD) que administrou a cidade por dois anos e foi cassado por abuso de poder[27].

De acordo com entrevista realizada em agosto (2011), com o vice-secretário de obras do município, o senhor José Roberto Barroso, o Biribiri é um bairro em que a população não tem documento de suas terras, está sendo providenciada a documentação de legalização fundiária. No momento inexistem programas sociais para o desenvolvimento do Bairro. A população está morando dentro da água, afirma o secretário. Sobre o Plano Diretor ele respondeu que só está no papel.

Ainda, o secretário afirma que o atual prefeito Angelus desapropriou um grande empreendimento chamado de Mundo Amazônico que se inicia na rodovia e se estende por toda a margem do rio Miriti, para a implantação de algumas obras sociais entre elas habitações para quem mora em áreas de risco.

Para esta pesquisa é importante saber se a população pobre do Bairro que habita sobre as várzeas do Miriti, no Biribiri, será contemplada com um lote ou com uma casa popular, deixando de morar em áreas de risco e contribuindo para minimizar o impacto ambiental no rio Miriti.

---

[27] O mandato do prefeito Edson Bastos Bessa foi de 2009 a abril de 2010, cassado por irregularidade durante a eleição de outubro de 2008, segundo a denúncia feita ao Ministério Público pelo prefeito atual Angelus Figueira.

O Plano Diretor relaciona sobre que aspectos deverão ser considerados os impactos: formas de uso e ocupação do território local, do entorno e da região; estrutura e valorização fundiária; condições de moradia e distribuição territorial da população local, do entorno e da região; áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental; demandas por infra-estrutura de saneamento ambiental e sistema viário existentes; demandas por infra-estrutura de geração e distribuição de energia elétrica; demandas por equipamentos comunitários existentes, como os de saúde e educação; atividades econômicas e estruturas produtivas; geração de poluição sonora, atmosférica e hídrica; geração de vibração; periculosidade; geração de resíduos sólidos; geração de riscos socioambientais.

Portanto, a produção do espaço urbano em Manacapuru nos últimos anos, ocorreu pela implantação de diversas formas espaciais pelo Poder Público federal, estadual e municipal que impactaram, direta ou indiretamente, no Bairro do Biribiri.

### 5.1.2. As Indústrias

As indústrias são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas, junto a portos, a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade. Segundo Corrêa (1995, p. 2), “as relações entre os proprietários dos meios de produção e a terra urbana são mais complexas”. Isso porque, passa a existir a especulação fundiária, que de um lado onera os custos de expansão na medida em que esta pressupõe terrenos amplos e baratos. Do outro, o aumento do preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho. É importante também considerar, que os proprietários industriais não mais constituem algo absoluto como no passado, e isso se deve ao desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, que torna perigosa a abolição de qualquer forma de propriedade, entre elas a da terra, pois isto poderia levar a que se demandasse a abolição da propriedade capitalista.

Em Manacapuru a indústria de juta, (Figura 20), é uma das pioneiras a se instalar no município nas margens do rio Solimões no bairro da Correnteza e, em 2002, implantada na Av. Barão do Rio Branco com os fundos para o Bairro do Biribiri. Essa indústria acabou "forçando" a chegada de novos moradores no Bairro, isso porque, procuravam emprego e renda. Essa expectativa fez com que o Bairro do Biribiri fosse ocupado de maneira acelerada e sem planejamento urbano.

**Figura 20:** Fábrica de sacarias de juta e malva
**Fonte**: Lima, 2011

O local dessa indústria era denominado de CIBRAZÉM, Companhia Brasileira de Armazenagem, destinada à armazenagem de juta nos anos de 1970/80 e servia de apoio para armazenagem dos produtos adquiridos assegurados pelo Banco do Brasil denominado de EGF (Empréstimo do Governo Federal). O fim da garantia deu-se pela queda na comercialização das fibras amazonenses, visto que o produto importado do Paquistão tornou-se de baixo custo para a indústria brasileira, com isso houve a extinção do programa do governo federal e desestimulou os produtores no fabrico da fibra. O prédio ficou desativado no final da década de 1980, servindo de abrigo para a armazenagem de fibras da Cooperativa COOMAPEM (Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru) e no final dos anos 1990 serviu de abrigo para a montagem das alegorias da Ciranda Flor Matizado, e a partir dos anos 2002, a empresa do Grupo Cidade se

interessou pelo beneficiamento de fibras de juta para a produção de telas para sacarias de embalagem de café em grão destinado as estados de São Paulo e Minas Gerais.

A indústria funciona em 3 turnos para atender a demanda do mercado consumidor de sacarias. Nela trabalham 600 operários sendo 60% mulheres e 40% homens distribuídos por setores de classificação das fibras, processamento de prensagem e produção de telas. Predomina a mão-de-obra operária local, mais a mão de obra técnica é de migrantes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará. Acrescenta-se ainda, que os resíduos da fibra, ou seja, o subproduto denominado de Cardado é vendido para São Paulo e transformado em material para gesso de forro de casa e os resíduos que sobram das fibras são transformados em adubo.

Atualmente a indústria foi ampliada e a parte leste se localiza no perímetro do Bairro do Biribiri, reinaugurada em 25/09/2010, recebeu o nome de COOPERFIBRAS-Fibra Forte da Amazônia. De acordo com as informações do funcionário Francisco Gilberto de Souza 10% dos funcionários é do Bairro do Biribiri. Nota-se então, que a força de trabalho acaba se instalando no Bairro onde a indústria está localizada.

A indústria oleira também se classifica como agente produtor do município de Manacapuru, sob duas especificidades: a primeira por gerar emprego à camada da população excluída; a segunda pelos impactos ambientais causados na retirada da matéria prima utilizada na fabricação de tijolos e telhas.

Sob o enfoque social, a indústria pesqueira também gera emprego e renda além do pagamento de impostos e tributos aos cofres do município e do estado. Assim, como no pólo oleiro, a indústria pesqueira não necessita de trabalhadores com elevada formação, e sim trabalhadores dispostos a realizar as citadas atividades com o uso da força física, como é o caso dos moradores do Biribiri.

Manacapuru, assim como a maioria dos municípios do Estado do Amazonas, sofre por não ter investido em políticas públicas de expansão urbana e paisagística. Mesmo assim, Manacapuru teve um significativo crescimento.

### 5.1.3. Proprietários Fundiários e os Comerciantes

Os grandes proprietários fundiários, também agentes produtores do espaço no município de Manacapuru, se destacaram a partir da década de 1970, quando foi urbanizada a Rodovia Manoel Urbano, que interligou Manacapuru a Manaus. Às margens dessa rodovia grandes propriedades particulares foram se constituindo: fazendas, sítios, chácaras etc. Isso acabou proporcionando atualmente a venda das citadas propriedades em forma de loteamentos, surgindo então a figura do especulador imobiliário. Estas propriedades depois de loteadas e vendidas, trouxeram para Manacapuru outro tipo de morador, o de classe média e alta, com alto poder aquisitivo. E novamente, o habitante pobre (agricultor) de Manacapuru que tinha alguma extensão de terra próxima a estes loteamentos acabou vendendo sua propriedade, vindo a morar em outro bairro, por exemplo, o Bairro do Biribiri.

A inclusão da cidade de Manacapuru na Região Metropolitana de Manaus acelerou a compra de terrenos para reserva de valor, principalmente das áreas de propriedade da família Ferreira localizada na parte oeste da rodovia AM 70. Essas áreas se extremam com o bairro Novo Manacá, onde um lote de terra que mede 10 metros de frente por 25 de fundos é vendido, à vista, por dez mil reais, a prazo, em 10 parcelas, custa quinze mil reais. Para a maioria da população de Manacapuru este valor pode ser considerado alto, isso porque, são trabalhadores que convivem com uma média de dois salários mínimos ao mês, principalmente o grupo de trabalhadores vinculados ao circuito inferior da economia urbana, que corresponde à maioria da população do município. Acrescenta-se ainda que no Bairro existam terras sem habitação mais são de propriedade particular, trata-se de uma grande ilha de propriedade do senhor Sebastião de Souza Lima, nessas terras quando as águas do rio Miriti baixam ou vazam chegam a unir-se com as do Bairro do Biribiri.

Contudo, o que se percebe é a contradição na paisagem, a desigualdade sócio-espacial e econômica devido de um lado termos, nas margens do Igarapé do Areal, as

residências da população pobre e, de outro, uma paisagem de campo natural, na qual se vê um pomar frutífero.

Os agentes produtores do espaço denominados de comerciantes classificam-se em dois subgrupos distintos: o primeiro de comerciantes locais e o segundo de grupos empresariais de Manaus. O grupo de comerciantes locais são prestadores de serviços, como hotelaria (Figura 21), e restaurante, supermercado, etc. Nesse sentido, as casas localizadas no centro da cidade estão se transformando em pontos comerciais.

**Figura 21:** Hotel no Bairro do Biribiri
**Fonte:** Lima, 2011

Na área de estudo encontram-se os tipos básicos de comércio para que o morador não necessite sair do Bairro para resolver seus assuntos; são lojas de materiais de construções, supermercados, mercearias, padarias, postos de saúde, escolas, e nas áreas próximas do Bairro se localizam as redes bancárias do Bradesco, Banco do Brasil, Agencia do IBGE e farmácias.

No Bairro o circuito inferior seria caracterizado por comércio varejista. Os comerciantes são agentes da produção do espaço no Bairro porque são diversos, entre eles destacam-se os que se localizam na entrada do Bairro denominados de mercadinhos e mercearias como o mercadinho “Círio de propriedade do Sr. Raimundo Círio, o Supermercado 24 horas e a Mercearia do senhor Ernesto, na área central do Bairro se

destaca a mercearia do senhor Jesimar, entre outros estabelecimentos de pequeno porte, e as padarias. Tais agentes atuam no processo de valorização do Bairro, comprando áreas ou residências que se limitam com seus terrenos para aumentar e valorizar suas propriedades. Ainda sobre a valorização, quando não há terrenos à venda, eles aumentam suas residências verticalizando-as, também substituíram as casas de madeira existentes quando do início do Bairro por casas de alvenaria.

Os estabelecimentos estão concentrados exatamente onde há mais pessoas vivendo, ou seja, o comércio se estabelece seguindo a lei da oferta e da procura, onde há mais fregueses. O que por sua vez atrai ainda mais moradores para a área já que o mínimo de comércio é encontrado no local, oferecendo, para quem vai ali morar, a infra-estrutura básica para um consumidor, que não necessariamente é um cidadão, pois pode viver às margens da cidade e até da lei (de uso e da proteção do solo).

O que se observou durante a pesquisa é que os estabelecimentos acompanham o vetor de crescimento das áreas leste e oeste. Mostrando que realmente a mancha urbana do Bairro está crescendo nessas direções. Nessas duas áreas é que predomina a população, principalmente a de baixa renda.

Outro grupo é composto pela rede de lojas varejistas, principalmente dos setores têxtil e eletrodoméstico. Manacapuru, devido à proximidade com Manaus, vem se tornando atraente e promissora para esta forma de empreendimento. Ainda em relação ao segundo grupo de comerciantes, é preciso enfatizar que ele criou emprego para a população.

O centro urbano de uma cidade, segundo Spósito (1994) “deveria ser o espaço melhor estruturado quanto à pavimentação e saneamento básico”. Contudo, na prática não é o que identificamos, e ainda existem verdadeiros pontos cegos, “vazios urbanos”, onde inexistem construções, por pertencer a proprietários particulares, pois estes, ao longo das décadas, não fizeram uso dos lotes guardando-os como reserva de valor.

### 5.1.4. Os Grupos Excluídos

O grupo dos excluídos é composto por aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos dos excluídos (CORRÊA, 1995). Restam poucas opções de moradia para este grupo: cortiços, autoconstruções, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas. Transportando esta opinião para a realidade do Bairro do Biribiri é possível concluir que pertencem ao grupo dos excluídos, pois predomina a ocupação por palafitas e outras construções improvisadas em todo o Bairro.

A ocupação de terrenos que dão ensejo à criação das favelas é uma forma de resistência à segregação social e sobrevivência ante a absoluta falta de outros meios habitacionais. Um fenômeno aparente no Bairro do Biribiri é a progressiva urbanização, até se tornar um Bairro dotado de condições mínimas de infra-estrutura. Segundo Corrêa (1995, p. 04): "O Estado se faz presente pelos interesses comuns no poder". Isso quer dizer que qualquer iniciativa de urbanização, em bairro como o Biribiri, de fato acontece quando há o interesse político da classe dominante, para usar oportunamente este serviço como barganha as vésperas das eleições municipais.

No Bairro há uma grande quantidade de pessoas de baixa renda, alta densidade e construções de baixo padrão. Essa população foi segregada para as áreas alagadiças do bairro muitas vezes por falta de opção de moradia, migrando cada vez mais para as margens da cidade. Até a década de 1980, não havia uma grande quantidade de habitações nessas áreas, somente em 1990 passamos ver uma ocupação maior.

Os agentes excluídos utilizam de estratégias para produzir o seu próprio espaço, no caso do Bairro pesquisado a estratégia foi primeiro a invasão e posteriormente a compra irregular de lotes. Nos dizeres de Corrêa (2004, p.30) "resistência e sobrevivência [...] se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para outros agentes do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças". O grupo dos excluídos produz o seu

próprio espaço não independente de outros agentes, pois a atuação deles condiciona a atuação dos excluídos.

Ademais, o crescimento nos meados de 1980 e 1990 foi o que mais segregou muitas pessoas das áreas centrais da cidade e as levou para as zonas periféricas criando as favelas, que se acentuaram nas décadas seguintes até atingirem as áreas ambientalmente frágeis para moradia do Bairro do Biribiri, sem infra-estrutura básica tanto no que diz respeito à construção quanto à rede de esgoto.

Acrescenta-se ainda, que a infra-estrutura ajuda a manter e atrair mais a pessoas, nesse sentido Milton Santos (1998), acrescenta: "conforme a infra-estrutura é fornecida nessas novas áreas informais, as mesmas ganham valor. O que leva a uma nova segregação da população mais pobre para locais ainda mais distantes". A área leste do Bairro já está comprometendo o abastecimento de água, pois o rio Miriti está assoreado pelos imóveis construídos em suas margens.

Para Lynch (1999), os estudos sobre os impactos provocados pela urbanização em cidades brasileiras desde há muito são investigados por uma corrente historiográfica comprometida com os movimentos sociais, iluminando os processos de não incorporação espacial dos pobres em áreas centrais, ou mais urbanizadas. Ao trazer a opinião crítica de Lynch (1999) para o contexto histórico e geográfico do município de Manacapuru, é possível considerar a razão pela qual existe uma relação dos impactos provocados pela urbanização, principalmente os sociais, visto que as camadas pobres acabam de algum modo se instalando numa área sem condições mínimas.

Nota-se que os últimos dos agentes produtores, os grupos excluídos, ou a camada da população mais pobre, na grande maioria trata-se de imigrantes da zona rural, trabalhadores informais, que passam a ocupar áreas onde praticamente inexistem políticas públicas.

Nos dizeres de Rodrigues (1991, p.14), "morar é preciso". "Morar não é fracionável, pois é necessário ter capacidade de pagar por uma mercadoria não divisível e não reproduzível, ou seja, a terra e a casa". Assim, o monopólio de uma classe sobre a outra, por intermédio da propriedade privada da terra e/ou edificações, implica a extração

de renda fundiária por intermédio da comercialização de frações da terra ou da cobrança de aluguel e, ainda, da extração de lucros por meio da comercialização das edificações.

Para Spósito (2002):

> [...] a produção da cidade na maioria das vezes não é realizada para atender aqueles que têm necessidade de morar, mas para aqueles que já moram e passam a ter novos desejos de consumo criados pelos agentes produtores do espaço urbano ou da continuação da especulação imobiliária por aqueles que compram terrenos como reserva de valor.

A citação acima é um exemplo do que ocorre em Manacapuru, onde se acentuou a reserva de terras por conta da estratégica ponte sobre o Rio Negro, que influenciará além de Manacapuru, os municípios de Iranduba e Novo Ayrão.

A tabela abaixo demonstra o crescimento da população do Bairro do Biribiri de acordo com o IBGE (2011).

**Tabela 6 - Números de habitantes do Bairro do Biribiri entre 2006 a 2010**

| **Bairro** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** |
|---|---|---|---|---|---|
| Biribiri | 3.482 | 3.583 | 3.684 | 3.793 | 3.902 |

Fonte: IBGE, 2001 – pesquisa local

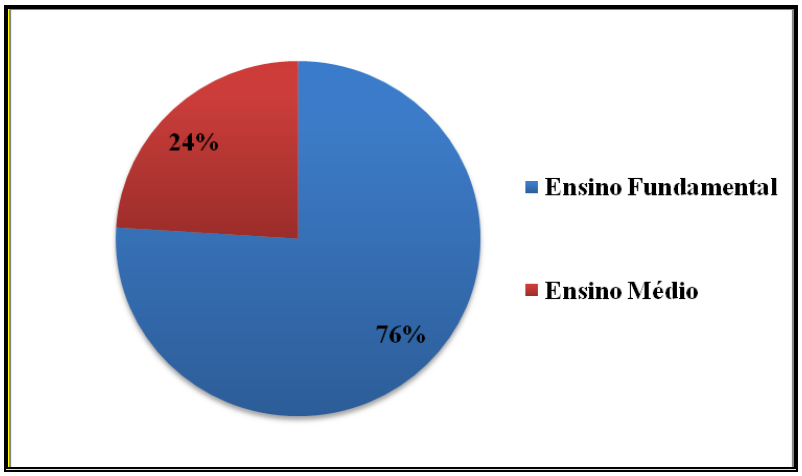
De acordo com o IBGE 2010, a população da zona urbana de Manacapuru é de 60.178 habitantes, desse total 6,48% residem no Bairro citado. O crescimento foi pequeno como mostra a tabela acima, isso porque no Biribiri não há mais espaço para a construção de novas habitações, o que está se iniciando nas principais ruas do Bairro é um processo de verticalização pelos proprietários de hotéis e comerciantes. Isso significa que o Poder Público deveria implementar políticas para que a área final do bairro, justamente onde se localiza a população pobre, não seja ampliada com moradias sobre as águas.

Averiguados, os moradores do Bairro nos forneceram informações importantes sobre o Bairro do Biribiri.

## 5.2 Análises dos Questionários Aplicados aos Moradores

Os gráficos em forma de pizza demonstram os percentuais estatísticos acerca das respostas obtidas junto aos moradores do Bairro do Biribiri. Além disso, realizamos coleta de dados junto ao Poder Público local no sentido de desvelar os problemas relacionados à ocupação do Bairro. A princípio, não há planejamento urbanístico e paisagístico para Manacapuru, nem tão pouco para o Bairro do Biribiri, mesmo que se comprove a existência de Plano Diretor. Portanto, as metas estabelecidas nesse documento não são sequer consultadas para efetivação de políticas públicas de expansão urbana.

**Gráfico 3:** Formação escolar do morador do Bairro do Biribiri



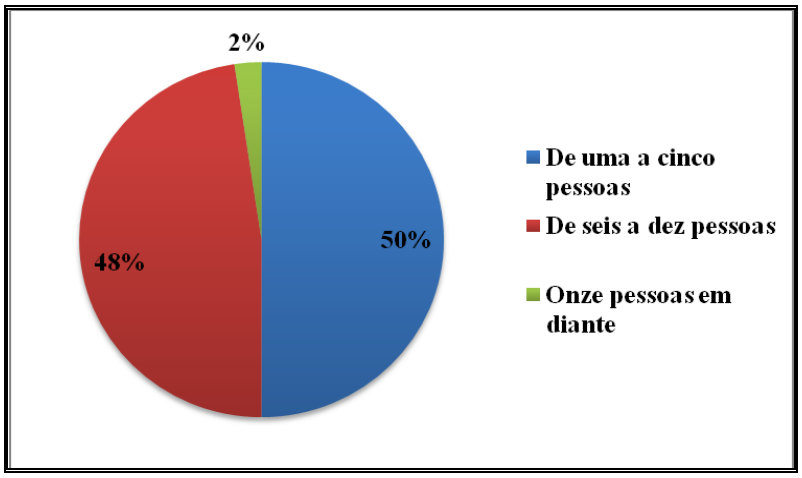

**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Este gráfico identifica o perfil escolar do morador do Bairro do Biribiri, é possível notar que o nível de escolaridade é baixo, fato este ao que parece também não sensibilizou o Poder Público. É possível salientar que o nível de escolaridade é algo que tem relação direta com a própria história do Bairro que surgiu devido ao crescimento populacional iniciado na década de 1970. Na época o perfil do morador em relação à escolaridade provavelmente era semelhante, porque os primeiros eram agricultores e

pescadores advindos de comunidades rurais onde também, praticamente, inexistiam escolas. O destaque em relação ao nível de escolaridade e que pode estar contribuindo negativamente para a qualidade de vida desses moradores é a falta de informação acerca dos direitos de moradia digna, direito este previsto na Constituição Federal de 1988. Para mitigar o problema, uma iniciativa válida seria educar o cidadão na escola, para que no seu cotidiano consiga sensibilizar pessoas da sua própria comunidade, portanto, o nível de escolaridade se vincula à qualidade de vida. É preciso cobrar das autoridades em Manacapuru a construção de mais escolas para atender a demanda do Bairro do Biribiri, elevando assim o nível de escolaridade desses moradores, caso contrário esta população continuará refém da própria ignorância.

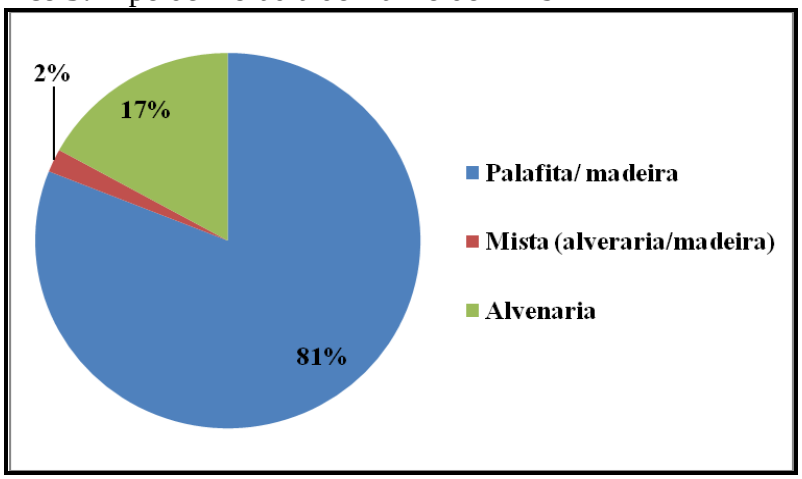
Considerando os gráficos 4 e 5, percebemos que ao relacionar o número de pessoas por residência com o tipo de moradia, a precariedade do morar se torna evidente. São muitas pessoas vivendo amontoadas em casas tipo palafita. É assim que os grupos excluídos conseguem produzir o espaço urbano da moradia - de forma precária.

**Gráfico 4**: Pessoas por residência no Bairro do Biribiri




**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

**Gráfico 5:** Tipo de moradia do Bairro do Biribiri




**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

A maioria dos lares existentes no Bairro do Biribiri são constituída de 1 quarto, sala, cozinha e banheiro. Para 50% dos entrevistados, o número de residentes por casa se encontra entre 1 a 5 pessoas. É possível deduzir que este número de ocupantes seja superior a capacidade do imóvel no que se refere ao conforto e à privacidade, portanto, essa característica acaba revelando a baixa qualidade de vida. Segundo Andrade (2002), a conformação da estrutura interna de uma casa depende das características delineadas pelo tipo de atividade econômica dos seus moradores. Sua forma de configuração dependerá ainda do nível de ajustamento de sua construção, limites e ação coletiva dos seus habitantes.

Para 48% dos entrevistados o número de moradores por residência se encontra entre 6 e 10 pessoas. Isso porque, durante a coleta de dados nessas casas, se observou que as crianças e jovens correspondem em parte pela quantidade de moradores/casa. No geral há superpopulação por residência. Dos 120 moradores entrevistados, 2% salientaram que dividem o espaço de suas casas com mais de 11 pessoas.

Considerando que 74% dos moradores do Bairro do Biribiri são de nível fundamental, é importante também diagnosticar o número de pessoas por residência e tipo de moradia. Nesse sentido é justificável analisar que tipo de material de construção é utilizado pelos moradores do referido Bairro em suas casas, considerando que no município existem diversas indústrias para a fabricação de tijolos. O que notamos no

gráfico foi um percentual reduzido de construção com tal matéria-prima, pois é cara a mão-de-obra de um pedreiro.

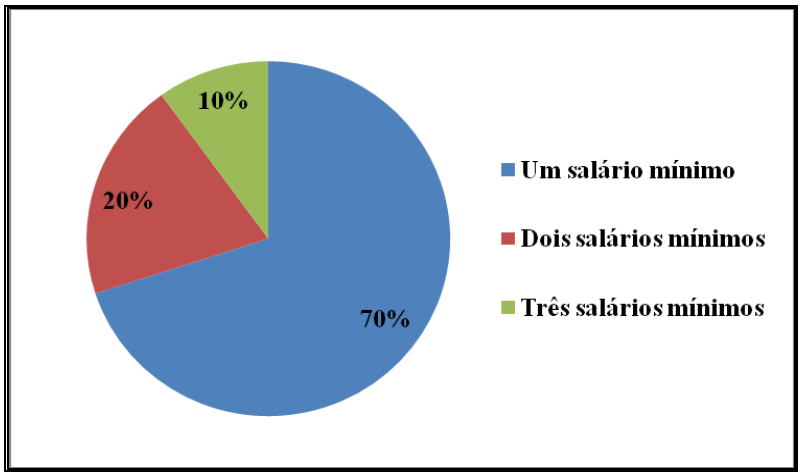
Para 81% dos entrevistados, a madeira é o material de construção mais utilizado nas casas localizadas no Bairro do Biribiri. É possível deduzir que este grupo, também é o responsável pela extração da madeira na floresta localizada as margens do rio Miriti. Estes moradores utilizam suas próprias ferramentas (moto-serra, machado, terçado, etc). Além disso, é preciso levar em conta que a madeira é abundante, e que o gasto para sua retirada é baixo, ou seja, o mesmo trabalhador que extrai a madeira é o responsável pelo transporte e pela construção de sua casa. É importante o registro de que a madeira extraída e utilizada na construção das casas no Bairro do Biribiri não tem autorização dos órgãos ambientais.

As palafitas incluem-se nesse percentual porque são casas também construída de madeira. Sob o ponto de vista da geografia, nota-se que este tipo de construção se localiza as margens de rios, lagos, paranás, igarapés etc. e atende quase sempre a população que trabalha na agricultura ou na pesca. As palafitas promovem a favelização da paisagem, nesse cenário, também é possível perceber que o saneamento ambiental é praticamente inexistente. O lixo e o esgoto domésticos são despejados diretamente no curso d'água. Isso tudo causa impactos ambientais negativos, bem como compromete a própria sobrevivência da população. Para Andrade (2002), é preciso que nas cidades, as autoridades implantem medidas necessárias para assegurar tanto desenvolvimento econômico quanto proteção ao meio ambiente natural.

Para 17% as moradias são de alvenaria. Este tipo de material é proveniente das olarias existentes no próprio município. Estas casas não se localizam na margem do rio Manacapuru, que circunda parte deste bairro. Além disso, as moradias de alvenaria são aquelas em que o seu morador tem um melhor poder aquisitivo. Outra informação importante é a de que estas moradias também servem como pequenos comércios, principalmente para a venda de gêneros alimentícios (mercearias, mini-mercados). E apenas 2% salientaram que as moradias são mistas, ou seja, usam a madeira e a alvenaria

com material de construção. Esses dados mostram que há desigualdades internas ao próprio Bairro.

**Gráfico 6:** Renda mensal do morador do Bairro do Biribiri.




**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

A exclusão dos moradores do Bairro do Biribiri do mercado de trabalho relaciona-se diretamente com a falta de escolaridade. O mercado de trabalho é exigente e, atualmente vive-se na sociedade da tecnologia, uma possibilidade ainda inacessível a esse grupo de moradores que está vivendo sem a qualificação necessária para disputar uma vaga no mercado de trabalho formal, ou até mesmo no informal.

O morador do Bairro do Biribiri tem como principal ambiente de trabalho o setor informal, além disso, possui em média, o nível fundamental, as profissões comuns são: agricultor, pescador, ambulante, autônomo. No mercado formal, nota-se principalmente empregados em lojas localizadas no centro da cidade de Manacapuru. Contudo, a maioria absoluta, de um total de 120 entrevistados, correspondendo ao percentual de 70% atuam na informalidade.

O trabalhador informal do Bairro do Biribiri, que percebe ao mês, no máximo 3 (três) salários mínimos, torna-se também um indivíduo desprotegido economicamente. Isso porque, quando se acidenta ou quando está enfermo, precisa recorrer à ajuda financeira de outros membros de sua família ou amigos. Salienta-se que na área de saúde,

o Biribiri possui dois postos de saúde, porém, não há médicos especialistas. Isso confirma que o morador do Biribiri, é também um excluído de programas de assistência a saúde por parte do Poder Público.

O trabalho informal para o morador do Bairro do Biribiri, também o exclui de direitos básicos, como: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aposentadoria ou outro tipo de benefício social. Dessa forma, o trabalhador informal, que sobrevive com apenas um salário mínimo de R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) tem que se dispor a uma jornada diária estafante, em situações extremas, para que sua família possa ao menos se alimentar medianamente.

Segundo Matsuo (2009, p. 15):

> Um emprego com carteira assinada pode ser considerado por alguns trabalhadores na informalidade como a solução para sair de uma dura rotina de trabalho, marcada, por exemplo, pelo enfrentamento da jornada prolongada, a intensificação do ritmo de trabalho, os baixos salários, a ausência de férias, a falta de direitos ao auxílio doença e acidentário, ao FGTS, à aposentadoria e a qualquer proteção social.

Para aqueles que disseram possuir uma renda mensal em torno de dois salários mínimos, é importante esclarecer que dividem a responsabilidade com os demais membros da família. Exemplo dessa realidade é o trabalho em barracas de alimentação espalhadas em diversos pontos do próprio Bairro do Biribiri e centro da cidade. Quando há alguma festividade, esses trabalhadores chegam a dormir nas próprias barracas, com objetivo de melhorar a sua renda mensal. Portanto, aqueles que ganham em média dois salários mínimos, realizam suas atividades laborais informais, com os demais membros de sua família.

Apenas 10% salientaram que ganham por mês até três salários mínimos, estes trabalhadores, na maioria informal são os proprietários de pequenos comércios localizados no próprio Bairro. Nesses comércios são vendidos principalmente gêneros alimentícios não perecíveis. É importante esclarecer que este grupo possui apenas o nível fundamental e que foram, na sua maioria, os primeiros a fixar suas casas.

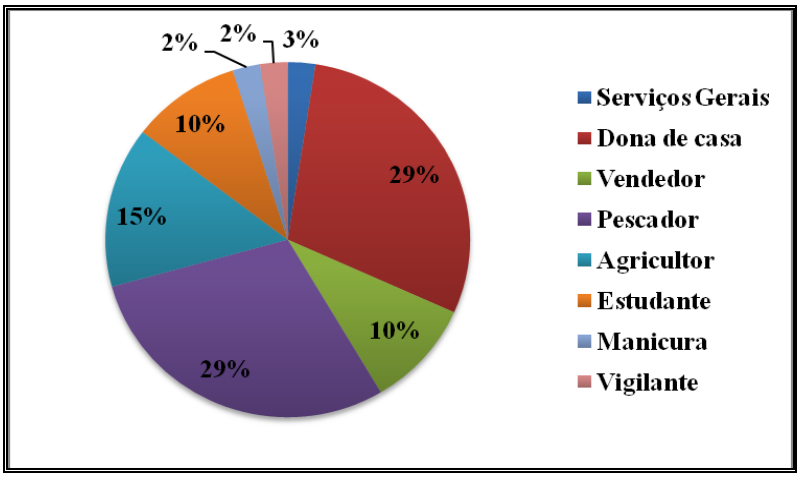
Segundo Pochmann (2001, p. 46):

> Os trabalhadores informais seriam aqueles vinculados ao sistema de produção simples de mercadorias e serviços, onde o assalariamento não é regra, sendo antes exceção. Aqui o empregador também trabalha como empregado, podendo fazer uso de ajudantes não-remunerados (membros de sua família).

O trabalho informal é mais frequente nas camadas sociais da população de baixa renda, por exemplo, a população residente no Biribiri. Para justificar este posicionamento, é preciso considerar que este público acabou se constituindo ao longo de mais de quatro décadas em excluídos de políticas públicas, dentre as quais as de urbanização.

Assim fica evidente que os moradores do Bairro do Biribiri possuem um baixo poder aquisitivo .

**Gráfico 7:** Atividade profissional do morador do Bairro do Biribiri



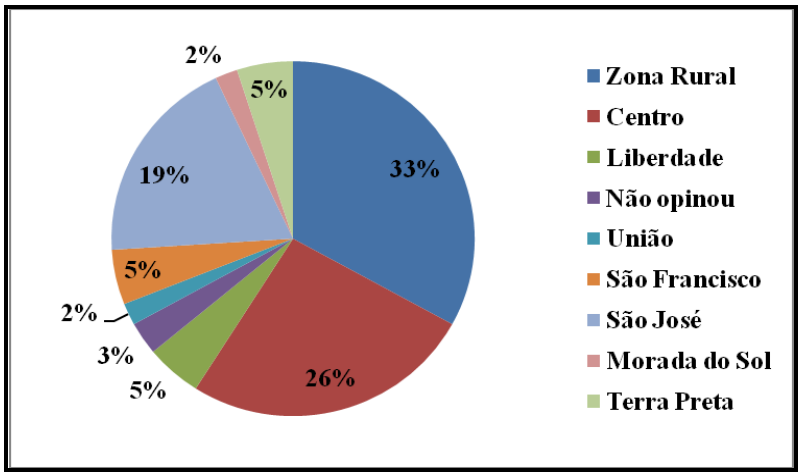

**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Analisando os percentuais estatísticos acima é possível observar que as atividades profissionais dos moradores do Bairro do Biribiri acabam não exigindo uma formação escolar elevada. São profissões que exigem mais esforço físico que mental. Ante a esta realidade conclui-se que o referido morador, por desconhecer seus direitos, e também

devido sua limitada formação escolar deixa de colocar em prática o exercício de cidadania.

As atividades laborais apresentadas no gráfico refletem uma preocupação, visto que em cidades interioranas empregos formalizados são reduzidos, surgem então as opções do circuito inferior da economia, que em Manacapuru, estão diretamente relacionados com a economia extrativista, por exemplo: pesca e agricultura, fato este evidenciado junto ao perfil sócio-econômico do morador do Bairro do Biribiri.

**Gráfico 8:** Local de residência antes de morar no Bairro do Biribiri



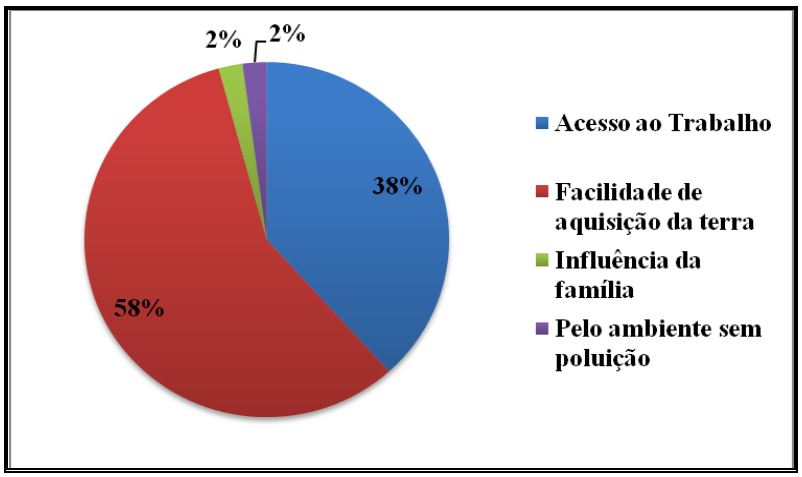

**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

O gráfico 8 mostra que a maioria da população do bairro (33%) é oriunda da Zona Rural, 26% eram moradores da área central da cidade e 19% vieram do bairro São José. A expulsão dos moradores se deu porque alguns lotes eram de propriedade particular e estavam ocupados irregularmente. É o caso do bairro São José, em que os ocupantes perderam o local para a construção de um pequeno condomínio particular. Outro fator de saída, foi a já citada venda de casas para morarem em local próximo ao centro, como é o caso do Bairro do Biribiri.

Os percentuais deixam claro que a classe social de baixa renda acaba se instalando em locais pobres e que modificam o espaço com objetivo de atender suas necessidades

imediatas, por exemplo, moradia. Nota-se também com à exceção do centro (26%), o restante dos moradores acabou informando que veio de outros bairros como do bairro da Liberdade, devido esse bairro se tornar importante sob o ponto de vista econômico, principalmente comercial. Pois na parte sul do bairro da Liberdade concentrou-se variados tipos de comércio como supermercados, feira de peixe e de legumes, drogarias, e principalmente a venda de materiais de construção, porque os terrenos são grandes o suficiente para acomodar materiais como tijolos, areia, seixo, madeira e outros. Desse modo, os moradores foram "empurrados" para o Bairro do Biribiri. Além disso, é importante repetir que a existência de indústrias, tem contribuído significativamente para um movimento migratório, ou seja, aquelas pessoas mais pobres são surpreendidas com uma oferta de compra de suas casas que se localizam no entorno dessas indústrias, vindo a se mudar para outro local, nem que para isso façam uso de invasões, como a que se iniciou na década de 1970 ampliando o Bairro do Biribiri, as margens do Igarapé do Miriti.

**Gráfico 9:** Principais razões para fixar moradia nas margens do Igarapé do Miriti, no Bairro do Biribiri




**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Uma das motivações para a vinda de moradores para o bairro, mesmo sabendo que se tratava de uma área de proteção ambiental permanente, e estar localizada às margens do Igarapé do Miriti, foi à facilidade quanto à ocupação de um lote de terra, que

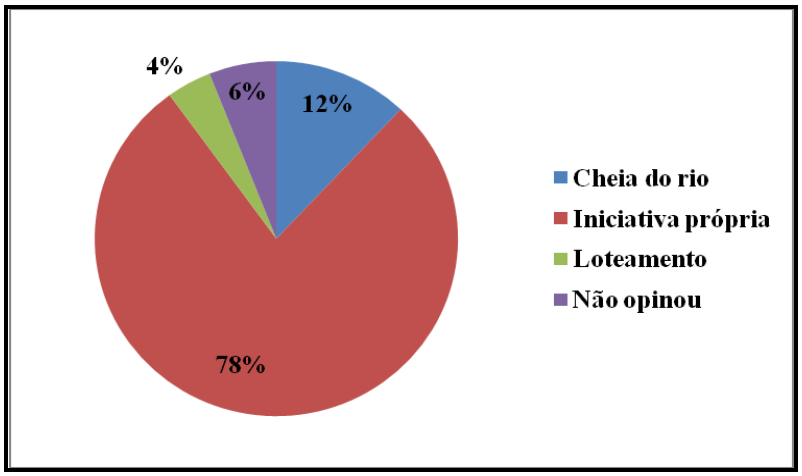
correspondeu a 58% dos entrevistados. É importante considerar que este lote de terras onde as famílias foram ocupando, não passou por nenhum tipo de serviço público de infra-estrutura e saneamento ambiental. Isso nos leva a pensar que a intenção dos governantes do município de Manacapuru, a princípio, era de ignorar completamente a existência de moradores as margens do Miriti. Pode-se então deduzir que ao ignorar, também se tornou conivente com a situação. Para Corrêa (1995, p.4), vale reforçar, é por intermédio da "ocupação destes terrenos, em favelas, em terrenos públicos e privados que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes" produtores do espaço.

Para 38% o motivo de ocuparem a área do Bairro do Biribiri deu-se principalmente pela facilidade de acesso ao local de trabalho. Analisando este percentual é possível compreender que existem dois grupos de trabalhadores: formais e informais. Como a maioria da população do bairro tem baixo nível escolar, deduz-se que a atividade informal seja dominante. Quanto a justificativa de acesso, nota-se que este trabalhador informal, economiza por estar próximo ao centro da cidade, isso porque, o comércio informal encontra nas ruas principais uma maior clientela. Isso é aceitável se considerarmos como exemplo o período do festival de cirandas: o Parque do Ingá está bem ao centro da cidade de Manacapuru, próximo do Bairro do Biribiri, e as bancas de vendas de alimentação, bebidas e artesanatos que se situam ao redor do parque são todas de trabalhadores informais. Portanto há uma coerência quando os entrevistados salientam que é pela facilidade de acesso que optaram em se fixar no Biribiri.

Outros 2% disseram que é pela influência da família e outros 2% pelo ambiente sem poluição. Nesse sentido, é possível concordar com aqueles que justificaram sofrer influência de suas famílias na escolha do local onde devem morar. Esse hábito é cultural do caboclo amazônico, ou seja, permanecer próximo de sua família, mesmo que tenha constituído a sua. Isso facilita em momentos de problemas de saúde e contribui para mantê-los sempre próximos. Quanto aos entrevistados que salientaram ser pelo ambiente sem poluição, há como discordar. O Bairro do Biribiri foi ocupado sem planejamento, parte das casas que foram erguidas às margens do lago do Miriti não possui sequer rede de esgoto ou fossa séptica aliado a um precário serviço de coleta de lixo. Portanto, é

possível deduzir que esta paisagem não seja assim tão despoluída, talvez o fosse nos anos 1970.

**Gráfico 10:** Fatores que levaram à ocupação do bairro sem ordenamento urbano




**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Para o caboclo amazonense, o problema comum e que enfrenta todos os anos é a estiagem e a elevação das águas dos rios, lagos, paranás, igarapés, etc. Esse fluxo hidrológico muita da vez acaba comprometendo sua produção agrícola como também a pesca, dessa forma, ele acaba migrando para as cidades mais próximas, e se instalando, na forma de invasões, em bairros periféricos, quase sempre localizados na margem de algum rio ou lago, em terras desvalorizadas pelo mercado imobiliário.

O Bairro do Biribiri surgiu por invasão e por loteamentos irregulares em terras particulares, pertencentes à antiga fazenda de propriedade da família Ventura. Ao norte do Bairro, as habitações predominantes como vimos são palafitas, provindas das autoconstruções, caracterizando-se em verdadeira favela. Em tempo, para Santos (2008, p. 197), favela tem a seguinte definição:

> É um *habitat* clandestino, instala-se em terrenos públicos ou abandonados [...]. Quanto à infra-estrutura e à qualidade da

> construção, são praticamente nulas, face o caráter ilegal da instalação e, principalmente, ao nível de renda dos habitantes: raras fontes públicas, eletricidade quase sempre inexistente, falta de esgoto etc. As casas são exíguas, seu tipo de construção (madeira, esteira, barro batido, zinco) varia segundo herança cultural ligada à região de origem do novo citadino.

Neste contexto, no Bairro do Biribiri, os moradores, em sua maioria, são oriundos da Zona Rural de Manacapuru, onde o caboclo amazonense geralmente constrói casas do tipo palafita, mais não sobre águas poluídas. No Biribiri, como temos visto, as habitações são construídas de madeira, em área degradada e com péssimas condições de moradia, muitos residentes vivem com renda mínima e não conseguem comprar ou alugar uma habitação em locais valorizados pelo mercado imobiliário.

Nesse sentido Alves, (2011, p.116) confirma sobre a produção do espaço metropolitano de São Paulo:

> Para a população de mais baixa renda ou mesmo sem nenhuma renda, morar nessas áreas não é uma opção, é contingência, necessidade de sobrevivência, diferentemente da população de mais alta renda que "opta" por morar em enclaves fortificados, associando segurança a melhor qualidade de vida.

Além do mais, nesse Bairro, vimos que o uso do solo não é legítimo, visto que os terrenos na maioria não são legalizados, porque não possuem escritura. Quanto a essa ilegalidade, Davis (2006, p.220) afirma que: "a ilegalidade contribui para a deteriorização, pois não dá à Prefeitura o poder de fiscalização quanto ao uso e à apropriação do solo, no local". De acordo com os moradores no Bairro, as autoconstruções em áreas deterioradas têm aumentado cada vez mais nos últimos anos.

Contudo, é nessa situação que o Poder Público isenta-se da geração de políticas de infra-estrutura, como habitação, rede esgoto e de geração de emprego e renda, não só para os moradores do Biribiri, mas para toda a cidade. No entanto, o reflexo do descaso da gestão municipal, quanto às problemáticas citadas no Bairro, ocasiona doenças e contribui para a degradação social e ambiental, no caso específico, o Igarapé do Areal que é reflexo desse cenário.

Quando o caboclo migra da Zona Rural para urbana (12%), procura um local onde possa manter o contato direto com o rio, e o utiliza como via de acesso ao seu trabalho, seja na agricultura ou na pesca, e quando o rio enche é inviável economicamente utilizar a várzea para o cultivo de tubérculos, grãos, frutas e verduras. Ante esta realidade acaba por se instalar definitivamente na cidade.

Para 78% a justificativa foi a de facilidade de invadir o local onde hoje se encontra o Bairro do Biribiri. Isso acabou desencadeando a vinda de outros moradores que aos poucos foram definindo a favelização predominante como paisagem naquele lugar. Corrêa (1995), "a favelização pode até se tornar em um bairro popular".

Para 6% não houve justificativa alguma; 4% salientaram que foi devido ao loteamento e outros. Destes percentuais, o que mais chama atenção é o grupo que afirmou ser por loteamento da área. É importante esclarecer que a distribuição desses lotes foram feita pelos próprios moradores, aqueles que fundaram o Bairro. Não houve loteamento público, fato este percebido pela precária urbanização e pelas condições de acesso, visto que a maioria das ruas continua sem a camada de asfalto. Conforme Corrêa (1995), "é mais viável investir em urbanização na área central das cidades, pois é o ambiente em que os empresários procuram para estabelecer seus comércios".

Esclarecidos estes aspectos, conclui-se que os motivos para vir morar na cidade são vários, muito embora o maior destaque no gráfico acima mostre que a maioria é por iniciativa própria e por causa cheia do rio, mas ao chegar ao espaço urbano desconhecido, o morador acaba enfrentando outros problemas, como veremos a seguir.

## 5.3 Causas Para os Impactos Socioambientais no Bairro do Biribiri

É importante ressaltar que os problemas socioambientais apresentados neste trabalho necessitam de estudos técnicos detalhados, a serem realizados por órgãos competentes para que sejam solucionados ou mitigados. Os impactos negativos da urbanização do Bairro do Biribiri sobre os recursos naturais, a segurança e a qualidade de vida[28] da população deveriam ser priorizados ao invés de serem ignorados.

[28] Medida pela existência ou não de serviços de saneamento ambiental.

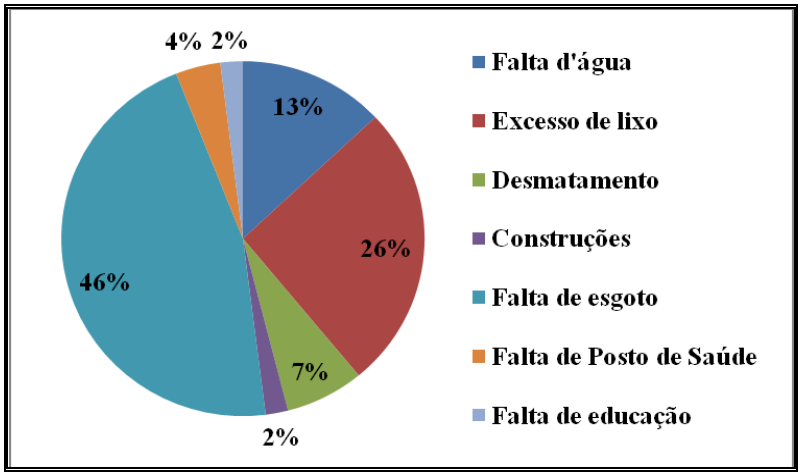
Visando outros aspectos para a melhoria do Bairro, percebemos a urgência da implantação de um sistema de drenagem pluvial, coleta e tratamento de efluentes sanitários que estão sendo destinados ao rio Miriti, e melhoria na água potável.

A proteção dos igarapés do rio Miriti, juntamente com a implementação de projetos de paisagismo e arborização merecem destaque, visto a necessidade de revitalização do bairro, na margem do rio Miriti. É imprescindível também uma política de controle efetivo da ocupação de áreas alagadiças e implementação de projetos destinados à moradia evitando futuros problemas, no período das cheias, assim como medidas de controle e recuperação de áreas degradadas nas margens dos igarapés.

Desse modo, para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, a relembrar, como ocorreu a produção do espaço geradora dos impactos socioambientais existentes no Bairro do Biribiri, em Manacapuru torna-se fundamental o aprofundamento da análise dos vínculos entre a realidade física, as atividades sócio-econômicas, os impactos ambientais e a capacidade de gestão administrativa.

Nesse sentido o gráfico 11 apresenta os principais problemas do Bairro

**Gráfico 11:** Principais problemas enfrentados pelos moradores



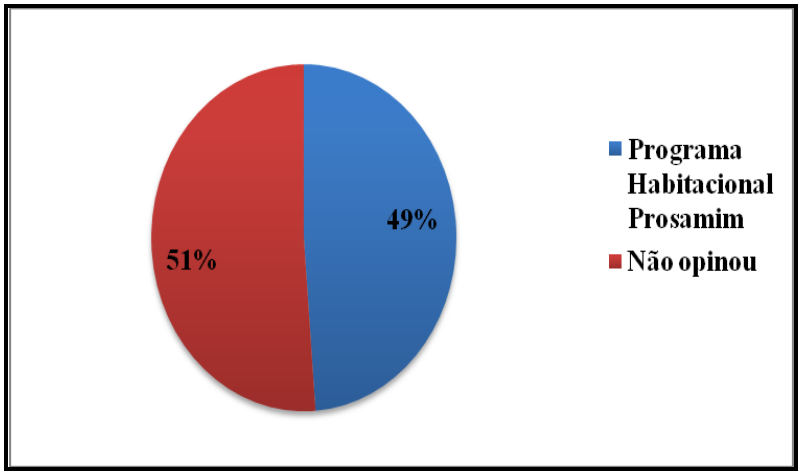

**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Entra em cena a questão ambiental, isso porque é uma responsabilidade do município zelar pelo meio ambiente e também promover programas habitacionais e de inclusão social.

Nesse contexto, a saúde pública tem papel relevante e a questão do saneamento ambiental adquire conotação especial. O saneamento ambiental não tem sido historicamente priorizado, seja na formulação de políticas públicas ou nas ações do setor privado da economia, resultando em condições insatisfatórias, que decorrem da sua insuficiência ou deficiência. Esse fato é agravado pela falta de informação e de educação da população para enfrentar as condições sanitárias precárias, aliando-se à falta de incorporação de hábitos e práticas sanitárias e ambientais em seu cotidiano. Esse cenário agrava as já indesejáveis condições de saúde, de impacto ambiental e da baixa qualidade de vida da população. Na (figura 22) confirma-se a escassez de água potável no Bairro.

**Figura 22:** Coleta de água do poço artesiano da Escola Magnólia Ventura.
**Fonte:** Lima, 2011

**Gráfico 12:** Programas e/ou projetos desenvolvidos junto aos moradores




**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

A participação da comunidade em programas ou projetos de sensibilização do espaço é importante para que todos cresçam em responsabilidade, tomando atitudes que valorizem a qualidade de vida, bem como auxiliem no resgate da cidadania. É importante também salientar que Manacapuru, por fazer parte do eixo metropolitano de Manaus é, em tese, uma das beneficiadas pelo Prosamin, que tem como principal objetivo sanear os igarapés e urbanizar o seu entorno.

O Prosamim em Manaus vem obtendo êxito. Foram saneados diversos igarapés, contudo, há muito a se fazer. Em relação a Manacapuru, programas de saneamento ainda se limitam a atender a demanda que se concentra no centro econômico ou próxima ao centro. Essa prática é comum se considerarmos a própria história do município, que em primeiro lugar urbanizou as ruas do centro e as ruas secundárias. Fazendo um contraponto com a realidade atual do Bairro do Biribiri podemos deduzir que ainda levarão alguns anos até que sejam realizadas obras de urbanização e de saneamento ambiental.

Segundo o site do Prosamim (2011, p. 03):

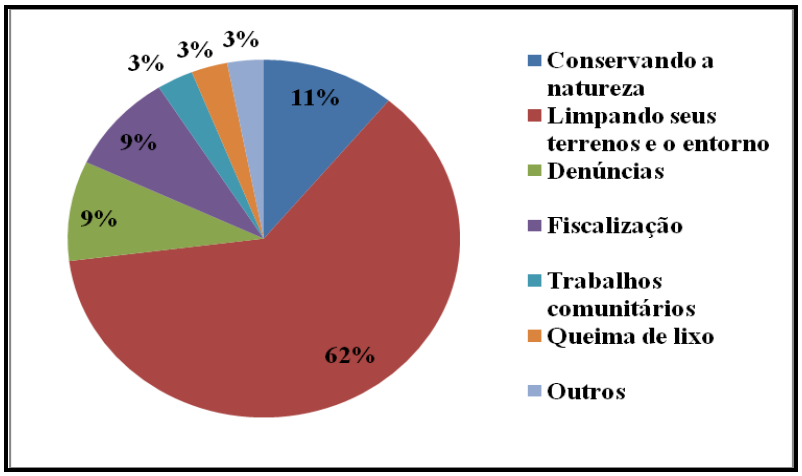
> Desde 2006 o Governo do Estado do Amazonas tem investido na rede de igarapés de Manaus. No primeiro financiamento foram US$ 200 milhões, sendo 140 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US$ 60 milhões de contrapartida do Governo do Estado.

Com o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), o Governo do Estado do Amazonas tem promovido o saneamento, o desassoreamento e a utilização do solo às margens dos igarapés, com vistas à manutenção do patrimônio natural e melhoria das condições de vida da população envolvida. O que deve ser compreendido é como o PROSAMIM será desenvolvido em Manacapuru, pode ser que venha a contribuir em investimentos na infra-estrutura e saneamento, em bairros pobres como o Biribiri.

O grupo de moradores, 49%, que afirmaram ter o PROSAMIM na área do bairro, na realidade desconhece os objetivos do projeto. Em primeiro lugar é preciso realizar um levantamento sócio-econômico e também cadastrar as famílias que estão em situação de risco de morte. Além disso, é preciso combater novas ocupações. Nenhumas dessas ações foram colocadas em prática no Bairro do Biribiri. As iniciativas de oferecer uma melhor qualidade de vida aos moradores se limitam a ações políticas às vésperas de eleições.

O percentual de 51% dos entrevistados preferiram não opinar, são moradores que além de desconhecer o PROSAMIM, fazem questão em demonstrar sua insatisfação. Insatisfação por morarem em um bairro próximo ao centro, e que é ignorado pelo Poder Público, por ser constituídos de moradores de baixa renda ou excluídos socialmente.

**Gráfico 13:** Principais iniciativas na busca de solução dos problemas ambientais

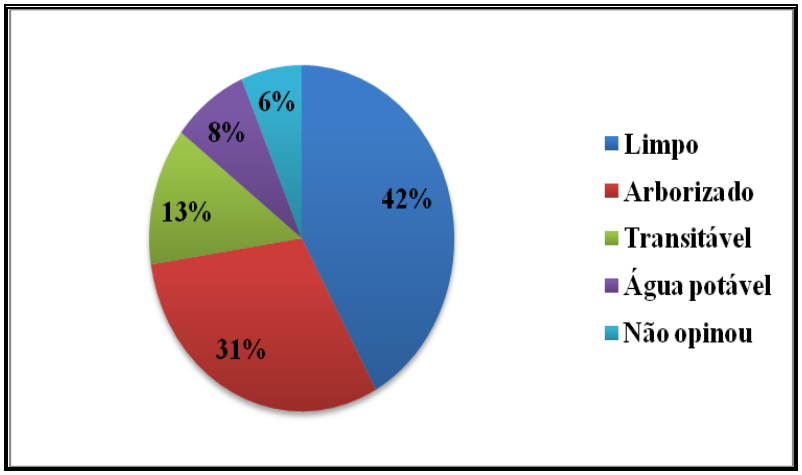



**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

As iniciativas indicadas no gráfico 13 cabem a princípio aos próprios moradores que também deveriam executar ações de cunho ambiental que venham a contribuir para a qualidade de vida e o exercício da cidadania. Nesse sentido, identificou-se que os moradores do Bairro do Biribiri, apesar do baixo nível escolar, de uma renda mensal limitada, com no máximo dois salários mínimos, e dividindo a casa com até 10 pessoas, cujo trabalho está relegado à informalidade, praticam ações ambientais como, por exemplo, a limpeza do bairro (67%). Isso deixa claro que até mesmo serviços básicos, dentre os quais os de coleta de lixo, não são priorizados pelo Poder Público. Isso provoca outra tomada de atitude, a de queima do lixo (9%).

De acordo com o artigo 30 da Constituição Federal de 1988, cabe à administração municipal a responsabilidade pela gestão dos serviços de interesse local, como a coleta e o destino final de todos os resíduos sólidos gerados no município. Embora estes serviços sejam passíveis de terceirização, a responsabilidade sobre a sua correta gestão ainda recai sobre as prefeituras.

**Gráfico 14:** Aspectos originais do Igarapé do Miriti, no Bairro do Biribiri



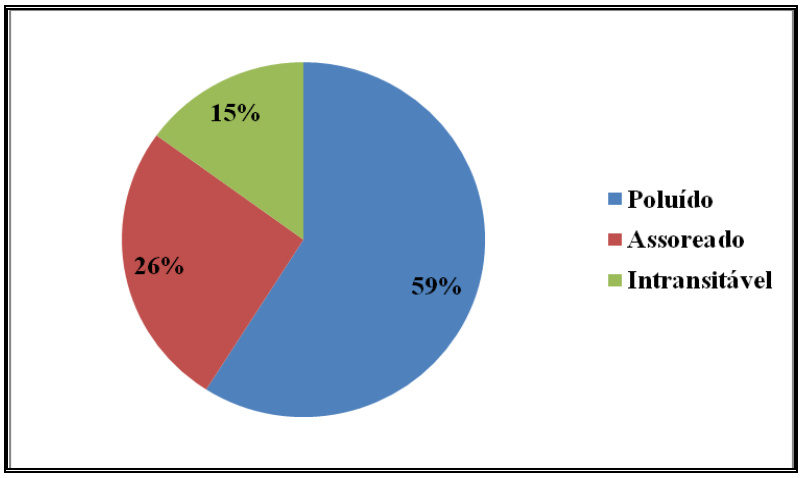

**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Os aspectos paisagísticos do espaço servem como um dos parâmetros para se identificar o tipo de ocupação e a forma como os recursos ambientais estão sendo utilizados. Nesse sentido, segundo os entrevistados, o Igarapé do Miriti, situado as

margens do Bairro do Biribiri era limpo (47%), ou seja, livre dos agentes poluidores ambientais. Esses moradores em média residem no Bairro entre 15 e 20 anos, portanto, presenciaram as mudanças na paisagem local.

Os usos dos recursos ambientais do Bairro do Biribiri vieram a se constituir em elemento impactante negativo não só ambiental, visto que este mesmo morador utiliza aquele ambiente para seu trabalho diário, quer seja na agricultura ou na pesca.

**Gráfico 15:** Aspectos atuais do Igarapé do Miriti, no Bairro do Biribiri

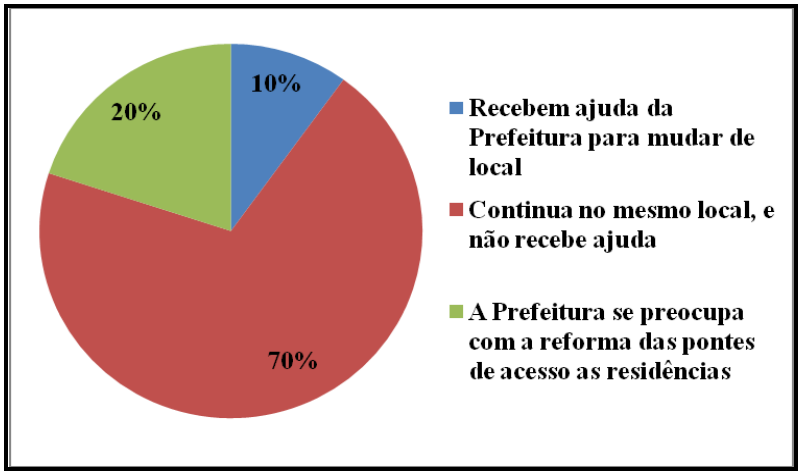



**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Para a maioria (59%), o Igarapé do Miriti se encontra poluído, ou seja, não oferece condições econômicas para a atividade pesqueira, tão pouco para o lazer dos moradores. O assoreamento a partir das margens do Lago do Miriti, onde está localizado o Bairro do Biribiri foi citado por a 26% dos entrevistados. O assoreamento é provocado, segundo o Código Florestal Brasileiro de 1983, pelo desmatamento da vegetação ciliar, de galeria ou ripária. Com a construção das palafitas, a vegetação foi retirada, isso deixou desprotegida a água do Igarapé do Miriti, além disso, os moradores desse tipo de moradia não possuem rede de esgoto doméstico e nem fossa séptica, portanto, estes poluentes também são levados pelas águas do igarapé. Portanto, o impacto ambiental tende a persistir, pois, até então, o Poder Público não se sensibilizou para a solução do problema.

Para 15%, as condições ambientais do Igarapé do Miriti o tornam atualmente intransitável. Isso se deve em parte pela poluição ambiental e também pelo número de palafitas às margens do igarapé ocupando o local onde antes havia uma bela vegetação. A situação atual nada mais é do que o reflexo do descaso das autoridades com as políticas públicas de expansão urbana, pois, é mais cômodo, investir na área central da cidade, onde se localizam todos os serviços e o comércio é crescente, do que em bairros periféricos como o Biribiri, que apesar de ser próximo do centro da cidade é ocupado por pessoas excluídas dos benefícios sociais, como salienta Corrêa (1995).

**Gráfico 16:** Alternativas utilizadas para enfrentar a enchente no Igarapé do Miriti




**Fonte:** Acervo Lima, 2011.

Os moradores do Bairro do Biribiri, diante dos resultados até aqui apresentados, são desassistidos. As iniciativas acabam se limitando a riscos iminentes de tragédias, contudo, essas ações acabam se limitando ao centro da cidade, especificamente às ruas de acesso aos prédios públicos, às indústrias e ao comércio. Dessa forma, continuam a existir os mesmos problemas desde a invasão na década de 1970 que deu origem ao referido Bairro.

Caso o Igarapé do Miriti venha a desaparecer, pode haver um comprometimento ambiental de grande parte da cidade de Manacapuru, visto que a sua extensão geográfica é bem destacada. Um dos primeiros impactos poderá ser o desaparecimento do fluxo de água e da vegetação. Há também que se destacar o impacto econômico e social, pois

muitas famílias buscam no entorno do Igarapé, manter as despesas de suas casas com o trabalho na agricultura e na pesca.

A tabela 7 informa a quantidade de famílias a serem retiradas das áreas de risco, tanto no Bairro do Biribiri, como nos demais bairros do município de Manacapuru. Estes números estão no Plano Diretor e são da Secretaria de Defesa Civil, que visitou, com suas equipes, cada área de risco. Observa-se que o Biribiri não é o caso mais grave do município, em números de famílias, mas chega a quase duas centenas de famílias.

**Tabela 7:** Famílias em área de risco

| **Bairros** | **Famílias em áreas de risco** |
|---|---|
| Aparecida | 48 |
| Biribiri | 185 |
| Centro | 105 |
| Correnteza | 330 |
| Liberdade | 377 |
| Morado do Sol | 00 |
| Novo Manacá | 00 |
| São Francisco | 397 |
| São José | 215 |
| Terra Preta | 48 |
| União | 00 |
| **Total** | **1.705** |

**Fonte:** Plano Diretor. Prefeitura de Manacapuru, 2010.

A paisagem do sítio do Bairro do Biribiri que era de campos naturais foi sendo modificada com o crescimento da cidade. O balneario do Igarapé do Areal que anos 1970 e 1980 servira como local de lazer, e até mesmo para coleta de água, teve suas margens comprometidas. Atualmente o que sobrou foi o assoreamento do Igarapé do Areal, os fétidos aningais[29] formados por capim de canarana que na época da cheia do rio dá abrigo aos animais como jacaré, cobra, puraquê[30] entre outros. Nos dizeres da moradora do

[29] Aningais ( *montrichardia linifera)* é uma planta macrofita aquática vastamente distribuída na várzeas da Amazônia. É encontrada nos igapós, furos e igarapés. Disponível: www google .com acesso em: 27 out. 2011

[30] Puraquê ( *Electrophorus Electricus*) espécie de peixe que pode chegar a três metros de comprimento, conhecido como peixe elétrico que varia acerca de 300 volts.

Bairro que exerce a função de pescadora, a senhora Maria do Socorro Costa, "até os anos 1970 e 1980 era possível se banhar e beber água daqui do igarapé, agora até mesmo o peixe acará bararuá que se esconde nas tronqueiras[31] ficou escasso". A moradora expressa o seu sentimento pelo lugar.

### 5.4 O Bairro do Biribiri no Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor é um instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana e funções sociais e, nele deverá constar todo o diagnóstico da realidade do município, para servir de instrumento de ação para a elaboração de políticas públicas. Tem como fundamento legal o artigo 182 parágrafo 1° da Constituição Federal.

O Plano Diretor do município de Manacapuru foi elaborado pela lei nº 52 e aprovado em 10 de outubro de 2006, para atender determinações impostas pela Constituição Brasileira (1988) e pelo Estatuto da Cidade lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. O Plano Diretor municipal de Manacapuru teve a participação de diversos segmentos da sociedade civil como professores, entidades religiosas, Poder Legislativo, Ministério Público, Universidades, Secretária da Fazenda (SEFAZ), do Ministério do Trabalho, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e das áreas de Saúde, Cultura, Associações, Sindicatos, dentre outros.

No dia 10 de julho de 2006, realizou-se a décima reunião no Bairro Biribiri no Centro Comunitário da Igreja Católica, participaram dessa reunião o senhor Natalino de Souza, representante da equipe gestora do Plano e na sequência o representante do Poder Legislativo, senhor Elmênio Rodrigues, explicou a necessidade da participação da comunidade com o intuito de melhorar o Bairro e a cidade de uma maneira geral.

Na ata da reunião do dia de 10 de julho de 2006, constou para a discussão do Plano, que a moderadora, a professora Maria Imaculada, utilizou a metodologia do esgotamento de sugestões por temas discutidos, por exemplo, discussão sobre a questão

[31] Tronqueiras são troncos de árvores que ficam sobre a água na cheia.

da água, da educação, do emprego e renda, da energia, do esgoto sanitário, da moradia e da cultura.

Sobre a questão da água no Bairro, o senhor Francisco Maria Nobre disse que "água chega por hora", mas a senhora Maria Solange, moradora há 25 anos, disse que "a água não é de boa qualidade", como também o senhor Manoel Neres, disse que "toda segunda-feira falta água nas torneiras e que a população do Bairro depende da água dos poços artesianos das escolas do Bairro". Sobre a educação, a moradora Silândia Souza Tavares, comentou que o "Bairro não possui escola municipal", questão complementada pelo senhor Manoel Neres, no sentido de que o "Bairro precisa de uma escola que atenda à educação infantil". Na questão do emprego e renda ficou confirmado durante a reunião, pela senhora Maria Aparecida e pelo senhor Manoel Neres, que a falta de emprego é geral, e que a maioria da população residente no Bairro sobrevive da pesca, da aposentadoria e do emprego informal como venda de churrasquinho nas beiras das calçadas. Na questão da energia, a senhora Antonia Melo de Castro, revelou que as ruas finais do Bairro não possuem iluminação, o que é um perigo porque nos becos próximos ao rio aparecem cobras. Sobre esgoto, ficou confirmado pelos moradores que participaram da reunião: Francisco Nobre Cibele Tavares, João Lelis, Pedro Neres, entre outros, que o problema da falta de esgotamento é muito sério e que as águas servidas escoam para o rio Miriti, e ainda acrescentaram que a situação do esgoto do Biribiri é a pior dentre todos os bairros de Manacapuru. Sobre a questão da habitação, os moradores afirmaram que o Bairro possui muitas moradias, porém o número de residentes em uma só casa é muito grande, entre 6 a 10 pessoas, e a maioria mora em palafitas, aspectos confirmados pelo trabalho de campo.

Observa-se que a produção do Plano Diretor de Manacapuru obedeceu, até certo ponto, os trâmites legais, com audiências públicas, reuniões efetivas, mas na verdade as propostas que definiram as diretrizes e os objetivos da Lei, pelo visto, não emanaram da população em geral, ou mesmo dos representantes dos moradores de bairros, mas apenas dos componentes dos grupos de trabalhos, em consenso com a Comissão Municipal de elaboração do Plano Diretor. Cabe aqui destacar alguns trechos:

> Art. 14 O perímetro urbano instituído por esse Plano Diretor define os limites entre a macrozona urbana, e a rural. Ainda sobre o Cap. II do Macro zoneamento:
> Art. 15 O território do município de Manacapuru, subdivide-se nas seguintes Macrozonas: Macrozonas Rural, Macrozona Urbana, Macrozona de Transição.

O macrozoneamento delimita porções do território para as quais se pensa um determinado ordenamento territorial, tendo como referências as características dos ambientes natural e construído. Citamos neste trabalho apenas a finalidade da macrozona urbana:

> Art. 20 A macrozona urbana caracteriza-se como área urbana consolidada pelos investimentos públicos e privados, realizados em diversas edificações, equipamentos comunitários, sistema viário, infraestrutura de saneamento básico, distribuição de energia elétrica e iluminação pública'
> Art.21 O objetivo da macrozona urbana é regular o crescimento da cidade e o usos e ocupação do solo para fins urbanos, segundo as normas para zoneamento urbano e para a zona de expansão urbana, definidas nos artigos 23 e 28 desta lei.

O Bairro do Biribiri está na macrozona urbana, na área urbana da Orla do Miriti, em situação precária. O objetivo para essa área é o de regular o uso e ocupação do solo com baixa densidade construtiva onde a oferta de infra-estrutura viária, de saneamento básico e de equipamentos comunitários é precária.

Neste sentido, o Bairro do Biribiri, deveria receber toda a atenção do Poder Público no que tange as políticas de regularização do solo e a infraestrutura urbana, por meio de equipamentos nas áreas de educação, saúde, cultura, enfim, todo tipo de infra-estrutura física e social. Mais na análise do Plano Diretor não encontramos referências a projetos de infra-estrutura para melhoria do Bairro do Biribiri.

Portanto, o Plano Diretor de Manacapuru, foi elaborado mais para responder as exigências do Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257/2001, como afirmou acima o vice-secretário de obras do município. O referido Documento precisa ser reformulado para poder dar conta de um planejamento urbanístico que cumpra a verdadeira função social de moradia, terra, infra-estrutura urbana, transporte e tantos outros serviços públicos, que possa legitimar as igualdades de condições para todos os munícipes.

Portanto, este trabalho não esgota as informações sobre a problemática da produção do espaço urbano, os agentes envolvidos e os impactos socioambientais na cidade de Manacapuru, e no Bairro do Biribiri, iniciada com a economia da juta e malva, avançando a sua expansão com a construção da rodovia AM 70, e atualmente com as indústrias de tijolos, telhas, e a construção da Ponte sobre o Rio Negro.

Considerando os dados analisados, chega-se a conclusão de que a maioria dos moradores, encontra-se satisfeita no lugar que habitam porque é um Bairro próximo do centro da cidade, onde se localizam os serviços públicos, é próximo do trabalho, principalmente para os que trabalham na fábricas de juta e de pesca, como também para os pescadores. Um pescador, o senhor Boanerges Feitosa confirma com os dizeres:

> Aqui é bom de morar porque guardamos todo nossos utensílios de pesca, como canoa, remo entre outros aqui mesmo na beira do rio, e quando precisamos pescar é só empurrar a canoa pro meio do rio e seguir. E os que tem roças aí nas terras do Sabá ou no Calado é só atravessar de canoa que já está lá no seu trabalho.

Os resultados aqui expostos, por intermédio dos gráficos, nos permitem afirmar que na produção do Bairro do Biribiri, diversos agentes atuam e que o Bairro apresenta contradições e desigualdades sociais, econômicas e ambientais frutos da ação desses agentes. Portanto, o resultado da pesquisa foi significativo por revelar como ocorreu tal ação geradora dos impactos socioambientais existentes no Bairro do Biribiri, por demonstrar que a produção da cidade é coletiva, realizada por múltiplos agentes e que o espaço da cidade se constrói de forma desigual.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs-se a analisar como ocorreu a produção do espaço geradora dos impactos socioambientais no Bairro do Biribiiri, em Manacapuru. Para essa análise e a compreensão foi necessário identificar os processos de transformações da cidade e do Bairro pelo Poder Público e outros agentes envolvidos.

Contudo, afirma-se a partir deste estudo, que Manacapuru é produto de migração, assim o Bairro do Biribiri é produto do processo de êxodo rural ocasionado pelo fenômeno natural das cheias do Rio Solimões, da dinâmica econômica da juta e malva ocorrida na cidade nos anos de 1970, do asfaltamento da rodovia AM 70, do setor oleiro, da ciranda e da ponte sobre o Rio Negro. Todos esses fatores atraíram as populações ribeirinhas e demais imigrantes de todas as regiões do País, que chegaram à cidade em busca de emprego. Em relação ao Bairro do Biribiri, a expansão se acentuou nos anos de 1970, na forma de invasão e lotes irregulares.

Assim, as mudanças estruturais da cidade e do Bairro do Biribiri foram ocorrendo conforme o intenso fluxo migratório que atingiu esses espaços gradativamente. O Bairro foi habitado por imigrantes vindos da zona rural, outros vindos de bairros adjacentes com baixa renda, desde o início de sua implantação. Os sucessivos loteamentos irregulares no Bairro repercutiram numa paisagem urbana marcada por carências de infra-estruturas que acabaram agravando os problemas socioambientais e produziu-se um espaço diferenciado, segregado, de pobreza.

Justiça seja feita, pois o Biribiri recebeu intervenções com alguns serviços públicos implantado pelo poder executivo em diversos mandatos, fazendo com que o Bairro fosse mudando suas formas e conteúdos principalmente quando foi construída a área de lazer para os jovens e estudantes das escolas, posto de saúde, estrutura básica de luz e água, entretanto ainda é pouco.

Durante as pesquisas de campo, nas conversas informais e literaturas consultadas, não se pôde deixar de perceber que a produção do espaço urbano está

relacionada com o poder dos agentes que compõem a sociedade, principalmente pelo Poder Público.

A pesquisa mostra que muitos problemas urbanos atuais no Biribiri, são de natureza espacial e alguns estão particularmente ligados à questão fundiária. Espera-se que a partir deste estudo os governantes do município se sensibilizem em efetivar políticas de infra-estrutura urbana para o Bairro que possibilitará aos moradores o direito à cidadania.

Assim, pode-se concluir que as profundas desigualdades de políticas de infra-estrutura urbana do Bairro do Bibiribiri estão presentes desde a produção de seus espaços, pois a forma como cada um se apresenta atualmente trás as marcas do poder do capital, no qual o espaço urbano é selecionado para quem pode pagar por um pedaço de terra.

Isso fica evidente quando comparamos os tipos de moradias do Bairro, com outros espaços como o centro da cidade e os bairros de Terra Preta, São Francisco entre outros.

Esses espaços são ocupados por modernos comércios e residências. Paisagem igual às citadas se faz presente no Bairro do Biribiri apenas nas ruas iniciais do Bairro, por exemplo, na rua Luciano Galvão, Marcilio Dias e parte da travessa Paulo Jacob. Visto que, uma grande parcela dos moradores tem um poder aquisitivo melhor, dos que moram no fim do Bairro. Contudo, o Biribiri continua recebendo uma população rural, historicamente considerada pobre quando comparada com a população urbana, por isso, há necessidade de investimentos das políticas públicas de habitação, coleta de lixo nas ruas de difícil acesso do Bairro, melhoria na qualidade da água, entre outros.

A falta de esgoto no Bairro tem gerado um problema sério de impacto ambiental para o Igarapé do Areal, pois o mesmo é fétido e assoreado, pelo lixo e dejetos que lhe são despejados. O Bairro ainda necessita de política para emprego, educação, saúde e saneamento básico.

Enfim, respondendo nossa questão básica, o Bairro do Biribiri é um Bairro popular, querido por seus moradores, apesar dos problemas existentes e da produção urbana de condições que os mantém como subordinados à ação dos agentes produtores do espaço

urbanos, mais agressivos em uma organização e determinantes dos impactos socioambientais negativos que o Bairro do Biribiri vivencia.

# REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALEXANDRE, A. F. **Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil:** o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina. Blumenau; Florianópolis: Edifurb; Editora da UFSC, 2004.

ALVES, G. da Anunciação, A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, A. A; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. Beltrão (Org.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

ALCANTARA A. P. de. **Periferização em Trindade**: Um estudo de caso do Bairro Mariápoles. Enciclopédia Biosfera, n.02, 2006.

AMAZONAS. Governo do Estado. Secretaria de Estado Cultura e Turismo. **Programa de Ação Administrativa e Gerencial do Município de Manacapuru.** Manaus, 1999.

ANTONIO, A. C. **Entendendo Manacapuru através de suas fachadas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1996.

AMARAL, R. **Festa à brasileira: os sentidos do festejar no país que não é sério.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

ANDRADE, R. O. Bernardes de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Person Makron Books, 2002.

ARAUJO Jr, A. F. Raízes Econômicas da Criminalidade Violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudo-painel - 1981/1996. **Revista de Economia e Administração**, v.1, n.3, 2002.

ARRUDA, M. B. Gestão integrada de ecossistemas: a escala da conservação da biodiversidade expandida. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS BRASILEIROS:

CONSERVAÇÃO, 5., 2000, Vitória. **Anais...** São Paulo: ACIESP, 2000. p. 1-9 (Publicações ACIESP, 109-1).

BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, B. K. **O papel das cidades na ocupação da Amazônia.** Brasília: IPA/CEPAL, 1987.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BAUMAM, Z. **Identidade. Entrevista a Benedito Vecchi/Zygmunt Bauman.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

BIELAVSKY, M. **Para onde cresce a cidade:** dinâmica da expansão urbana e caracterização urbano ambiental. 1975. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

BRAGA, Sig. **Festas religiosas e populares na Amazônia**: Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades. Coimbra, Oficina do CES, n.28, out., 2007.

BRAGA, S. I. Gil (org.). **Culturas populares em meio urbano**. Manaus: Valer, 2009.

BRUNHES, J. (1962). **Geografia Humana.** *In*: Oliveira José Aldemir. **Cidades na Selva.** Manaus: Valer, 2000. p.36.

CARPANEZZI, A.A; COSTA, L.G.S; KAGEYAMA, P. Y e CASTRO, C.F.A. 1990: Espécies pioneiras para a recuperação de áreas degradadas: observação de laboratório naturais. In: VI Congresso Florestal Brasileiro. **Anais...** Campos do Jordão. Sociedade de Silvicultura.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Coletânea de legislação ambiental**. Editora dos Tribunais - 1998 5 ed. rev. São Paulo: 2006.

CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Org). **Geografias das metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2006.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Censo Demográfico de Manacapuru. Amazonas: IBGE, 2010.

Censo Demográfico de Manacapuru Amazonas: IBGE, 2010.Pesquisa Local

COELHO, M.C.N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: Guerra, AJT. & Cunha, SB. (Org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** Rio de Janeiro: Ática. 1994.

_____. **Espaço, um conceito chave da geografia.** In: CASTRO, Iná Elias de; et al. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 2003.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2004.

_____. **O espaço urbano.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço:** um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011 (p.41-51).

COSTA, A. A**. A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal- RN.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

COX. H. **A festa dos foliões**. Petrópolis: Vozes, 1974.

CRESPO. A. A. **Estatística Fácil**. 18. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CRUZ, Vera do C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

CUSTÓDIO, V. A retomada do planejamento federal e as políticas públicas no ordenamento do território municipal: a temática das águas e do saneamento. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.16, 2005.

DIAS, L. C. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DAVIS, M. **Planeta favela**. (Trad). Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** (tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti). 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

FERLINI, V. L. A. **Folguedos, feiras e feriados**: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.) **Festa:** cultura e sociabilidade na América Portuguesa. Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2001.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, Hucitec. 1980.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In**: Revista Espaço e Debates.** nº 39, p. 48-64, 1996.

HOLANDA Y. L. **A festa na cidade que o barranco levou: d**inâmicas culturais e políticas do brincar de boi em Fonte Boa (AM). Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Demográfico de Manacapuru Amazonas.** IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Demográfico de Manacapuru Amazonas.** IBGE, 2010.

IBAMA. 1990. **Manual de recuperação de áreas degradadas pela mineração**: técnicas de revegetação. Brasília, 1990.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 1999.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

**_____**. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

**_____**. **A produção do espaço**. In: Tradução do Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MELLO, N. A. de; THÉRY, H. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. **ALCEU,** v.1, n.2, p.181-214, jan./jul. 2005.

MONTEIRO, C. A. de F. **Teoria e clima urbano.** 1975. Tese (Livre Docência em Geografia Física), Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente.** 2. ed. rev., ampl. e atualiz. São Paulo: RT, 2001.

MATSUO, M. T**rabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2009.

NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jalles-**SP.2007. Tese (Doutorado). UNESP Rio Claro, 2007.

NOGUEIRA, W. **Festas Amazônicas:** boi-bumbá, ciranda e sairé: Manaus: Editora Valer, 2008.

OLIVEIRA, J. A. de. As cidades da Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. In: **Caderno Prudentino de Geografia,** nº 21, Presidente Prudente: AGB, jul. 1999.

_____. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

_____. **Manaus de 1920-1967**: a cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003.

PEREIRA, J.C.M. **Importância e significado das cidades médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). Dissertação de mestrado. UFPA, 2004.

POCHMANN, M. **O emprego na Globalização**. São Paulo: Bomtempo, 2001. (p. 103)

Plano Diretor Participativo do Município de Manacapuru (2006). Lei Municipal nº 052 de 10 de outubro de 2006, Manacapuru, AM: Câmara Municipal, 2006.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água.** São Paulo: Annablume, 2008.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o meio ambiente : produção do espaço urbano- agentes escala e conflitos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SALATI, E.; Ferreira A. M. M. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Revista Estudos Avançados,** 19 (54): 25-44, 2005.

SANTOS, A.S. M. dos, **A produção do Urbano em áreas inundáveis: o** uso residencial do Igarapé do Mindú. Dissertação de Mestradro. UFAM, 2001. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. **Manual da geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Espaço e método.** 3ª Ed. São Paulo, Nobel, 1992.

_____. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____.**A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção.São Paulo: Hucitec, 1996.

_____**O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Editora, 1979.

_____**. Por uma geografia nova. São Paulo:** Hucitec, 1978.

_____. **A Urbanização Brasileira.** 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Metrópole coorporativa fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp. 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Manual de geografia urbana.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____.A urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2009

SANTOS, M; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERPA, A. (Org.). **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: Edufba, 2002.

SEABRA, O. C. L. **São Paulo:** a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. de. **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2010, p. 271-311.

SEABRA, Odette C. L. **Urbanização e fragmentação**: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Tese ( Livre Docência). Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, R. N. As singularidades do Bairro da cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa,(Dissertação de Mestrado) 1999.

SOUZA, I. dos S. As condições de vida e saneamento nas comunidades da área de influência do Gasoduto Coarí-Manaus. **Hygeia**, v. 5, n.9, p.88-98, dez. 2007.

SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 51, n.2, Rio de Janeiro, 1989.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SOUZA, J. A. de A. Difusão do urbano na Amazônia ribeirinha*:* o incremento do turismo no município de São Domingos do Capim. In. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; TAVARES, M. G.da Costa. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.

SPÓSITO, M. da E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolística da cidade**. (Tese de Doutorado),USP. São Paulo: 1991.

_____. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

TELLES, V. da S. Espaço em mutação. In: **Revista Ciência e Vida.** Sociologia Especial. n. 3. São Paulo: Escala, 2007

TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: **C**ARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Org.). **Geografias das Metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006,

TRINDADE J, Saint-Clair. **Produção do espaço e uso do solo em Belém.** Belém: NAEA/UFPA, 1997.

TUAN, Y.-Fu. Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980 (p.64)

TUAN, Y. Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL,1983 (p.64)

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 1998.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Contexto 1992.

YAMAMOTO, K. C; SOARES, M. G. M; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. Alimentação de Triportheus angulatus (Spix & Agassiz, 1829) no lago Camaleão, Manaus. **Acta Amaz**, v. 34, n.4, p. 653-659, out./dez. 2004.

***SITES***

AMAZONAS. Disponível em: http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/manacapuru.php.>Acesso em: 17 jul. 2010.

GOOGLE.</images.google.com.br/images?um=1&hl=PT BR&q=manaus+e+favelas+e+fotos > Acesso em: 1 jul. 2009.

IBGE. **Estimativas da população para 1º de julho de 2009** (PDF). Disponível em: http://www.ibge.gov.br Acesso em: 28 ago. 2009.

htt://www.crea-pr.org.br acesso em 2 de jun. de 2011

http://www.google.com.br. Acesso em: 3 maio 2011.

Prefeitura de Manacapuru. Disponível em: < http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/manacapuru.php > Secretaria de meio ambiente, turismo, indústria e comércio de Manacapuru (SEMATUR). Acesso em: 5 out. 2009.

Prefeitura de Manacapuru. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/manacapuru.php>. Acesso em: 17 jul. 2010.

Revista ComCiência. **Seção Cidades**. Disponível em: < www.comciencia.br>. Acesso em: 15 abr. 2010.

http/:www.suhabprosamim.am.gov.br acesso acesso 17 de jil.2010.

# ANEXO A

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**
**DEPARTAMENTE DO GEOGRAFIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**
**CONVÊNIO UEA/USP- MINTER**

## FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS DO TRABALHO:
***Produção do Espaço Urbano e Impactos Socioambientais na Cidade de Manacapuru-AM – o Bairro do Biribiri***

Instrumento: Questionário

Objetivo: Coleta de dados

Local da pesquisa: Bairro do Biribiri - Manacapuru

Público Alvo: Moradores do Bairro

Ficha de Identificação.

BairroVisitado----------

1- Nome----------Sexo: ( ) F ( )M

Grau de Instrução: ( ) ensino fundamental ( ) ensino médio ( ) superior

Nacionalidade ----------Naturalidade----------

Ocupação Profissional----------

Tipo de moradia: ( ) madeira ( ) alvenaria ( ) palafita ( ) mista

Quantas pessoas moram na residência? ----------

2-Você nasceu em Manacapuru? ( )Sim ( ) Não onde morava?----------

3- Há quantos anos mora em Manacapuru?----------

4-Em que bairro você residia antes de se mudar para o bairro Biribiri?

5-Por que motivo você mora nas margens do igarapé do Areal?

( ) acesso ao trabalho ( ) facilidade de aquisição da terra ( ) outros----------

6-Você sabe como iniciou o bairro?

( ) loteamento ( ) crise das cheias ( ) “invasão”

7- Para você qual é o maior problema do seu bairro?

( ) falta de água potável ( ) excesso de lixo ( ) falta de esgoto

( ) aumento de construções ( ) construções em locais proibidos

( ) falta de assistência a saúde ( ) falta de escola. Outros----------

8-Existe no município algum tipo de programa para a habitação da população que reside nas margens dos igarapés?

( ) PROSAMIM ( ) Minha Casa, Minha Vida Outros----------

9-Quais as medidas tomadas pela Prefeitura na questão das enchentes?

( ) recebe ajuda da Prefeitura para mudar de local.

( ) continua no mesmo local sem ajuda

( ) a Prefeitura se preocupa com a questão das pontes para o acesso às residências

10-Qual a contribuição da fábrica de juta para o bairro?

11- Que tipo de comércio existe no bairro?

12- Quais a renda familiar da sua residência?

13- Quais os investimentos realizados pelo poder público no seu bairro?.